

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO

DISSERTAÇÃO

**IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS DO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DE PL DO
AGRO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)**

CLARA CRISTINA SCHEIDT FRAGOSO

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS

**IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS DO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DE PL DO
AGRO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)**

CLARA CRISTINA SCHEIDT FRAGOSO

Sob a orientação do Professor

André Santos da Rocha

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), para a obtenção do Título de Mestre em Geografia, Área Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. André Santos da Rocha

**Seropédica – Rio de Janeiro
2024**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S321i Scheidt, Clara Cristina Fragoso, 1994-
IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS DO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE
DE PL DO AGRO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022) /
Clara Cristina Fragoso Scheidt. - Rio de Janeiro,
2024.
110 f.

Orientador: André Santos Rocha.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA - PPGGEO, 2024.

1. Brasil celeiro do mundo. 2. Ideologia
geográfica. 3. Agronegócio. 4. Estado. 5. Congresso
Nacional. I. Rocha, André Santos, 1983-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGEO III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 66/2024 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.040513/2024-61

Seropédica-RJ, 07 de agosto de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CLARA CRISTINA SCHEIDT FRAGOSO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/07/2024

Identificar membros da banca:

André Santos da Rocha. (Dr.) PPGGEO-UFRRJ
(Orientador, presidente da banca)

Guilherme da Silva Ribeiro. (Dr.). PPGGEO-UFRRJ
(Membro Interno - banca)

Pablo Ibañez. (Dr.) PPGGEO-UFRRJ
(Membro Interno - banca)

Ivaldo Gonçalves de Lima. (Dr.) POSGEO-UFF
(Membro Externo- banca)

(Assinado digitalmente em 07/08/2024 13:18)
ANDRÉ SANTOS DA ROCHA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGGEO (12.28.01.00.00.00.35)
Matricula: ###326#9

(Assinado digitalmente em 07/08/2024 12:54)
GUILHERME DA SILVA RIBEIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matricula: ###723#0

(Assinado digitalmente em 07/08/2024 13:56)
PABLO IBANEZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGGEOGRF (12.28.01.00.00.00.28)
Matricula: ###268#4

(Assinado digitalmente em 09/08/2024 17:44)
IVALDO GONÇALVES DE LIMA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.647-##

DEDICATÓRIA

À minha família, que é a razão de eu ter conseguido chegar até aqui;

Aos meus avós Vera Scheidt (in memoriam) e Günter Scheidt (in memoriam), por contribuírem para a formação do ser humano que sou hoje, por toda a educação, carinho e amor.

À minha mãe Ursula Scheidt, por todo o amor sem medida, por todos os importantes momentos que foram fator de soma para que eu chegasse até aqui e por sempre me apoiar.

Ao meu marido Júlio César Vieira, por todo o companheirismo, amor, cuidado e incentivo nos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a Deus, Senhor e doador da vida, que me concede saúde, disposição e entendimento para que eu seja capaz de concluir mais essa importante etapa da minha vida.

Agradeço a minha mãe Ursula Scheidt, ao meu marido Júlio César Vieira e a minha querida amiga Gabriela Nazareth, que me apoiaram e me incentivaram desde o começo até o término desse curso de mestrado.

Agradeço ao Professor Doutor Ivaldo Lima, que desde a minha graduação me ajudou e me orientou na confecção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, o agradeço também por ter me apresentado ao Professor Doutor André Santos da Rocha, e agora faz também parte desta banca, mais uma vez contribuindo com o meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço ao Professor Doutor André Santos da Rocha que aceitou me orientar nesse trabalho, agradeço o por todo o entendimento, conselhos e inspiração.

Agradeço aos Professores doutores Guilherme Ribeiro e Pablo Ibañez, que participaram da minha qualificação e contribuíram para o andamento deste trabalho.

Agradeço também a todas as pessoas que trabalham no Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e possibilitam o funcionamento desse local de ensino.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

Nos últimos anos o Brasil tem se destacado no cenário internacional assumindo uma posição relevante no Sistema-mundo. Entre as características centrais está a permanência de um país com forte traço agroexportador. Todavia, surge um questionamento: como pode o país que carrega a vocação de ser o “celeiro do mundo” ter tantas pessoas passando fome? O que o fomento deste tipo de ideologia geográfica busca legitimar? O objetivo central desta pesquisa é analisar Atores políticos que estão associados a legitimar a ideologia geográfica “Brasil celeiro do mundo”, tendo como foco a análise de PL’s (Projeto de Leis) elaborados por tais atores. A elite agrária obtém bastante sucesso, o que é explicado pela forma como a economia brasileira se consolidou e o uso que essa elite faz do Estado, ocupando cargos importantes de tomadores de decisões. A dissertação se estrutura em uma pesquisa exploratória, buscando informações sobre a difusão de ideologias geográficas atreladas ao agronegócio, bem como para identificar as táticas e estratégias tomadas por esses grupos políticos, tendo como recorte empírico as PL produzidas durante o governo Bolsonaro 2019-2022. Toda a análise foi fundamentada no método materialista histórico-dialético, tendo como elementos interpretar a construção histórica e as contradições inerentes aos jogos de poder na política e econômica Brasileira. O movimento do Estado em direção ao Agro tem sido entendido por estudiosos como uma reprimarização da economia, voltando assim seus recursos em favor do *agribusiness*. A partir da análise dos Projetos de Lei propostos pela bancada parlamentar mais influente no Congresso Nacional – a bancada ruralista – é possível compreender com clareza como esses políticos operam para favorecer interesses financeiros particulares e demonstram que não se importam com o provimento de um alimento saudável, nem com as comunidades tradicionais e nem com a preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Brasil celeiro do mundo; Ideologia geográfica; Agronegócio; Estado; Congresso Nacional.

ABSTRACT

In recent years, Brazil has stood out on the international scene, assuming a relevant position in the world system. Among the central characteristics is the permanence of a country with a strong agro-export profile. However, a question arises: how can the country that has the vocation of being the “breadbasket of the world” have so many people going hungry? What does the promotion of this type of geographic ideology seek to legitimize? The central objective of this research are the political actors who work to ensure that the country produces record harvests while at the same time analyzing where it remains on the hunger map. The reason why the geographical ideology “Brazil is the breadbasket of the world” of the agrarian elite is quite successful is explained by the way in which the Brazilian economy has consolidated itself and the use that the elite makes of the State, occupying important decision-making positions. The dissertation is structured around exploratory research, seeking information about the diffusion of geographic ideologies linked to agribusiness, as well as identifying the tactics and strategies taken by these political groups, taking as an empirical focus the PL produced during the 2019-2022 Bolsonaro government. The entire analysis was based on the dialectical historical materialist method, with the elements being to interpret the historical construction and contradictions inherent to power games in Brazilian politics and economics. The State's movement towards Agriculture has been understood by scholars as a reprimarization of the economy, thus turning its resources in favor of agribusiness. From the analysis of the Bills proposed by the most influential parliamentary group in the National Congress – the ruralist group – it is possible to clearly understand how these politicians operate to favor private financial interests and demonstrate that they do not care about providing healthy food, neither with traditional communities nor with the preservation of the environment.

Keywords: Brazil the breadbasket of the world; Geographic ideology; Agribusiness; State; National Congress.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	5
1.1 O estado brasileiro e sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) – papel da economia primária	5
1.2 Debate teórico: ideologia e ideologias geográficas	19
1.3 Ideologia(s) do agronegócio	30
CAPÍTULO 2 - A IDEOLOGIA EM AÇÃO: A FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA E O AGRO NO BRASIL	41
2.1 A Frente Parlamentar mista da Agropecuária (FPA)	41
2.2 Projetos de leis e a materialização das ideologias geográficas do agronegócio	45
CAPÍTULO 3 - ATORES FINANCEIROS E POLÍTICOS RELEVANTES DA IDEOLOGIA DO BRASIL CELEIRO DO MUNDO - O APOGEU NA ERA BOLSONARO	67
3.1 Financiadores da bancada ruralista	68
3.2 Governo Bolsonaro e o agronegócio - ideologias geográficas do agro nos discursos do ex-presidente	71
3.3 Deputados e representantes significativos da ideologia do agro no governo Bolsonaro	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A evolução da participação relativa das exportações por fator agregado (2005-2015)	11
Figura 2: Protesto indígena em Brasília	47
Figura 3: Protesto em Brasília com simulações de barras de ouro	48
Figura 4: Amazônia em perigo	49
Figura 5: Desmatamento da Gleba João Bento por ano	51
Figura 6: O avanço do desmatamento na Gleba João Bento	51
Figura 7: O círculo vicioso da grilagem	52
Figura 8: Manifestação com apresentação de famosos em Brasília	55
Figura 9: Protesto contra o PL do veneno	58
Figura 10: Indígenas Xokleng pedem demarcação do território	61
Figura 11: Protesto em São Paulo contra o marco temporal	64
Figura 12: Leonardo DiCaprio divulga uma petição feita pela deputada Célia Xakriabá	64
Figura 13: Quem financia da bancada ruralista	68
GRÁFICO 1: Deputados relacionados ao Agronegócio por partido Político	43

INTRODUÇÃO

O Brasil iniciou sua inserção no comércio externo e sua participação na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como exportador de matérias primas, devendo assim, abastecer o mercado europeu, onde se situavam as metrópoles. Contudo, com o passar do tempo, com a Primeira Revolução Industrial e a industrialização tardia, marca das ex-colônias de exploração, o Brasil não deixou de ter como base de sua economia a exportação de produtos primários (PORTO-GONÇALVES, 2004).

A inserção do Brasil na DIT e o papel que vem desenvolvendo nela são de muita relevância para os estudos que buscam entender o porquê de alguns países fazerem parte das economias centrais e outros das economias periféricas, que é o caso do Brasil. E também compreender como o Brasil permanece como periferia/semiperiferia do capital mesmo após ter desenvolvido seu parque industrial e esse ser um dos mais bem sucedidos da América Latina. Compreender a dependência econômica dos países ex-colônias de exploração das ex-metrópoles, foi tema de grande dedicação de autores como Ruy Mauro Marini, Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto-Gonçalves, David Harvey, dentre outros.

O presente trabalho busca explorar elementos da dependência da economia brasileira, através da ideologia geográfica de Brasil “celeiro do Mundo”, buscando identificar quem são os mantenedores dela dentro do território nacional e por quais meios operam. A questão financeira vem acompanhada de interesses políticos e particulares por trás, estabelecidos num plano de dominação (MARX, 1998). Será explorado adiante como tomadores de decisões brasileiros adotaram a ideologia celeiro do mundo (AGROSABER, 2019). Ou seja, a escolha por manter o Brasil como exportador de matérias primas vem de dentro, especificamente da elite ruralista.

Para explorar melhor esse plano de dominação que essa elite desempenha a partir do Estado, serão analisadas as influências que esse grupo dominante exerce sobre o mesmo. A elite agrária de fato tem tamanha capacidade de moldá-lo conforme seus interesses? Quais métodos são adotados pela burguesia agrária para fazer com que o povo não se revolte e chegue até a defender seus interesses?

O mecanismo de dominação utilizado pelas classes ricas, como apontou Marx, 1998, é a ideologia. Será então aqui evidenciado como essa ideologia geográfica de Brasil celeiro do mundo (MORAES, 2005), defendida pela burguesia agrária, se difunde pelo país, por meio de campanhas políticas e televisivas.

O método adotado foi o materialismo histórico dialético de Marx onde foram usadas obras de autores que se dedicaram ao estudo da ideologia como ferramenta de dominação, sobre a situação do Brasil como semiperiferia. Metodologicamente utilizamos uma pesquisa exploratória e qualitativa para levantar informações sobre o agrobusiness atual, como opera o agronegócio, sua articulação política no Congresso Nacional e a catalogação dos Projetos de Lei (PL) relacionados a tal ideologia, tendo como recorte o período de 2019-2022 (gestão de Jair Bolsonaro).

A escolha do recorte acontece em virtude das maiores evidências do apoio do setor do agronegócio às políticas desenvolvidas por esse governo. Sobretudo, no que tange a pautas ideológicas sobre apropriação de terras, flexibilização das legislações ambientais, estereotipização dos povos originários e valor atribuído ao setor na política de desenvolvimento.

A dialética, a contradição, aqui abordada é que o “celeiro do mundo” passa fome, no país a insegurança alimentar é um problema crônico; e através desses PLs a elite agrária conseguirá ampliar sua produção e seu lucro, assim como o uso de agrotóxicos (o veneno no prato e no meio ambiente), a redução de áreas preservadas, agravamento das catástrofes climáticas, dentre outros malefícios ainda não dimensionados, tanto para a saúde humana como para as florestas. Contudo, o agronegócio é a forma como o Brasil sustenta boa parte de sua economia historicamente, como será comprovado por autores no decorrer do trabalho.

É exposto também a participação popular que faz oposição a toda lógica e prática do agronegócio no país. Além dos motivos pelos quais a elite do agronegócio tanto se agradou das falas e posicionamentos do ex-presidente Bolsonaro, essa afeição que o político conquistou foi decisiva para sua eleição e para a aprovação de diversas leis que favoreceram os empresários do meio Agro.

No primeiro capítulo abordamos a inserção do Brasil na DIT, de colônia de exploração, da ideia de “subdesenvolvimento” e sua posição atual de semiperiferia do capitalismo, situação compartilhada por toda a América Latina. São debatidas as causas que não apenas levaram o Brasil a esse cenário de dependência, mas também as dificuldades encontradas para se transformar essa realidade. Tantos fatores internos quanto externos, afinal os países do centro precisam dos países periféricos para continuarem sendo centrais, é no contraste que o capitalismo se mantém.

Carleial (2010), chega a dar sugestões de medidas que poderiam ser tomadas no âmbito político interno para que o Brasil pudesse ter a chance de deixar de ter uma economia tão dependente. Lamoso (2020) traz uma análise sobre o desvio do foco dos investimentos para o

agronegócio, em detrimento da indústria, que seria o caminho para uma economia mais autônoma e menos dependente de *commodities*.

Utilizamos as leituras de Oliveira (2003) e Furtado (1974), que contribuem para o trabalho com suas considerações sobre o histórico da economia brasileira, apontando contradições sobre a acumulação de capital e o desenvolvimento econômico brasileiro, além da manutenção das desigualdades entre centro e periferia do capital.

Em seguida o campo da ideologia é mais explorado com o auxílio dos trabalhos elaborados por Marx (1998) e Chauí, (2008) que trazem considerações sobre como a elite é capaz de tornar as decisões tomadas pelo Estado a seu favor, os autores concordam que a elite exerce uma influência grande sobre o Estado, a ponto de moldá-lo, afinal o Estado é composto por pessoas, e as interessadas nele são justamente as da elite, que buscam garantir seu *status quo*.

Contudo, a respeito de estudos sobre o Estado, foi importante base teórica a leitura de Nico Poulantzas, (1980), que esclarece o fato do Estado ser altamente complexo, sendo possível em partes agradar a elite, mas também não totalmente comandado por ela, ou seja, a população é por ele também cuidada e beneficiada. Assim, o autor afirma que o Estado é independente e autônomo, não sendo submisso a uma determinada classe social.

Outro autor importante para a confecção desse texto é Porto-Gonçalves (2004) que traz uma análise profunda sobre a Revolução Verde, o surgimento do *agribusiness* e o agronegócio no Brasil. Melo (2008), Souza e Thomaz Jr (2012), também contribuem com suas considerações sobre esse mesmo assunto. Por fim, é citado o Agrosaber (2019), que afirma a importância do agronegócio brasileiro para a alimentação mundial, incitando a grande vocação do país que é ser o “celeiro do mundo” e trazendo a responsabilidade de alimentar a todos para os brasileiros.

No capítulo dois a redação é mais direta, dando destaque para a principal ferramenta política dos empresários do Agro no Congresso Nacional, que se materializa na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Os seus Projetos de Lei (PLs), bem como as articulações que são feitas para que eles sejam facilmente aprovados. Essas PLs são motivo de revolta popular, que mobiliza indígenas, intelectuais, artistas nacionais e internacionais, além da sociedade civil como um todo.

Neste capítulo são utilizados sites oficiais como referências, como o da Câmara dos deputados, agência do senado, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto de

Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), de jornais comerciais e acadêmicos, bem como de ONG relacionada a causa ambiental, como o Greenpeace.

No terceiro e último capítulo, são abordados os principais patrocinadores da bancada ruralista ou FPA, a principal fonte de informações é o site De Olho nos Ruralistas. Em seguida é abordado no capítulo os motivos pelos quais Bolsonaro despertou o interesse dos ruralistas, a ponto que esses decidiram apoiar sua candidatura à presidência, mesmo sem terem sido aliados políticos anteriormente, afinal, vale lembrar que Bolsonaro é deputado eleito pelo estado do Rio de Janeiro desde meados da década de 1990, e antes da campanha de 2018, não possuía expressivo apoio dos ruralistas.

Esse importante apoio político veio em boa hora, já que a bancada ruralista é a com maior número de parlamentares. Devida ajuda veio por causa das suas falas duras contra populações tradicionais que lutam pela demarcação de suas terras. As falas radicais de Bolsonaro agradaram aos empresários do Agro, que viram nele um aliado para conseguirem usurpar terras e liberar agrotóxicos.

Em suma, o objetivo deste trabalho é indicar a ideologia da elite agrária que domina o imaginário popular com a máxima “Brasil celeiro do mundo” e o quanto ela é parte das estratégias e táticas de grupos hegemônicos dentro do Congresso Nacional. Todavia, isso não isenta de conflito, uma vez que se percebe resistências por parte da população que realiza protestos contrários a aprovação de Projetos de Lei que visam prejudicar a saúde humana e a natureza. Esses protestos demonstram que parte da sociedade não está alienada.

CAPÍTULO 1 - IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

O presente capítulo é estruturado a partir da revisão teórica e bibliográfica de autores voltados a discutir América Latina e Brasil especificamente, com a utilização desses textos é possível analisar como os países latino-americanos seguem desde sua fundação um sistema mútuo de dependência com os países do centro econômico.

Os países latino-americanos se inserem no Sistema Mundo e na Divisão Internacional do Trabalho primeiro como colônias de exploração, depois com a industrialização tardia, privatizações, a dependência econômica das exportações de *commodities* e o encargo de atividades de montagem e reprodução, características determinantes das economias periféricas.

Por fim são trazidas ao debate as contradições que amarram esses países nesta condição. Uma situação imposta por agentes externos como o comércio mundial e as multinacionais, mas por outro lado também conta com uma escolha interna de permanecer nesse lugar de dependência e subordinação. Essa escolha vem por parte da elite local, que lucra com a venda desses produtos e acaba também fazendo a manutenção da imensa desigualdade social dos países em questão, outra marca da semiperiferia do capital.

1.1 O ESTADO BRASILEIRO E SUA INSERÇÃO NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (DIT) – PAPEL DA ECONOMIA PRIMÁRIA

De acordo com Ruy Mauro Marini em *Dialéctica de la Dependencia*, a América Latina começa a participar do mercado internacional no século XVI, ainda na condição de colônias europeias. Nesse período eram comercializados materiais extraídos da natureza e da agricultura – fornecidos pelas Plantations. O número de mercadorias circulando pelo mundo foi inédita e formas de pagamento também foram inauguradas, contribuindo para o crescimento dos mercados comercial e financeiro da Europa.

Os investimentos europeus se concentraram na manufatura que mais tarde deu início a indústria. Com o advento da Primeira Revolução Industrial as colônias americanas passaram a produzir cada vez mais produtos primários para abastecer e contribuir com o crescimento do recém inaugurado pólo industrial que era a Inglaterra, a indústria rapidamente se espalhou para os demais países europeus, o que resultava para as colônias mais demanda pelas matérias-primas. (MARINI, 1981, p. 18).

É a partir desse momento que se estabelece a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), junto com ela vem uma determinação de dependência entre os países participantes. Os países que vendem produtos manufaturados e industrializados ganham mais, afinal eles são mais caros devido ao emprego de tecnologia específica, dominada apenas por alguns. E os que vendem matérias-primas ganham menos, pois o produto final exige pouca tecnologia e muitos podem realizar a tarefa.

Os países industrializados desfrutam de mais vantagens por poderem estipular o preço da sua mercadoria, eles possuem menos concorrentes e tais objetos serão consumidos por quase todos os países, o que estabelece uma balança comercial favorável: compra de itens baratos de alguns e vende-se itens caros para todos.

Essa relação de dependência não é equivalente, os países dependentes de tecnologia ficam subordinados às vontades dos que possuem a tecnologia desejada. Essa dependência é de tempos em tempos, de acordo com as necessidades de cada momento histórico, adaptada para que a tecnologia e o poder do mercado internacional permaneçam sob o domínio dos mesmos, como bem aponta Marini.

Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra. (MARINI, 1981, p. 18)

A dependência é mútua, Marini defende que caso os países europeus não pudessem contar com as mercadorias provenientes da América e tivessem que desenvolver suas indústrias com materiais estritamente internos, não conseguiriam executar tão rapidamente sua indústria. Pelo fato de que precisariam dividir internamente quem seriam os responsáveis por proporcionar os subsídios básicos como alimento e matéria-prima, e quem se especializaria na indústria. O que resultaria num trabalho mais longo e com resultados menores do que os obtidos com a participação da América.

Assim, o êxito das indústrias europeias está intrinsecamente ligado ao fornecimento de matérias-primas das ex-colônias. Sem a participação das colônias a industrialização seria quase impossível de se concretizar. É neste momento que se torna mais explícita a Divisão Internacional do Trabalho e quem está responsável pelo fornecimento do que no mercado internacional.

En efecto, el desarrollo industrial supone una gran disponibilidad de bienes agrícolas, que permita la especialización de parte de la sociedad en la actividad específicamente industrial. En el caso de la industrialización europea, el recurso a la simple producción agrícola interna hubiera frenado la extremada especialización productiva que la gran industria hacía posible. El fuerte incremento de la clase obrera industrial y, en general, de la población urbana ocupada en la industria y en los servicios, que se verifica en los países industriales en el siglo pasado, no hubiera podido tener lugar si éstos no hubieran contado con los medios de subsistencia de origen agropecuario, proporcionados en forma considerable por los países latinoamericanos. Esto fue lo que permitió profundizar la división del trabajo y especializar a los países industriales como productores mundiales de manufacturas. (MARINI, 1981, p. 20 e 21)

Outro ponto em que as colônias têm um papel fundamental para impulsionar o crescimento industrial europeu é o fato deste ampliar seu mercado consumidor. Logo, as colônias da América não se limitam apenas a função de fornecedora de suprimentos básicos, mas também de consumidora dos produtos industrializados europeus. O que impulsiona cada vez mais o aprimoramento das tecnologias dos países centrais.

Esse método dos industrialistas europeus de seguirem desenvolvendo suas indústrias e destinarem os latino americanos a meros fornecedores de matérias primas e consumidores se repete desde que a DIT foi inaugurada. Com um processo de industrialização tardia, executada pela política econômica de substituição de importações, o Brasil passou em meados do século XX a investir em políticas econômicas voltadas para desenvolver o parque industrial do país, o setor automobilístico por exemplo foi bastante priorizado no governo de Juscelino Kubitschek (JK)¹.

Durante a ditadura civil militar (1964-1988) o Estado brasileiro também se dedicou a industrialização e geração de energia para que a mesma obtivesse êxito, exemplo disso são a usina hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu (PR) e a usina nuclear em Angra dos Reis (RJ). Foram construídas por meio de endividamentos, porém a expectativa era tornar o Brasil numa potência competitiva e independente internacionalmente. E para o avanço nessa área era necessário fornecimento energético de alta potência.

Esse avanço na construção de infraestrutura pública estratégica para geração de energia e industrialização, ocorreu por meio de elevado endividamento externo, conforme Rogério Haesbaert 1991, o crédito disponibilizado para os países periféricos nas décadas de 1960-70, fornecido pelos países capitalistas ricos, foi o que possibilitou uma melhora na industrialização da periferia do capital.

O avanço tecnológico dos países periféricos promoveu uma alteração na DIT tradicional, que se dividia entre países exportadores de manufaturados e países exportadores de

¹ Foi o 21º Presidente do Brasil, governou durante 1956-1961.

produtos primários. Contudo, nem toda tecnologia foi exportada, os países periféricos não podiam acessar todas as formas tecnológicas, apenas uma parcela, suficiente para se industrializarem, mas não o bastante para competirem com os países centrais.

Haesbaert, chama atenção para o fato de atualmente ser difícil encontrar países que sejam exclusivamente exportadores de matérias-primas, afinal a indústria está presente em diversos setores, inclusive na agropecuária. O que torna necessário observar os países de acordo com a qualificação da mão de obra e em concomitância seu grau de desenvolvimento tecnológico.

O autor ainda destaca que hoje um país poderoso é o que mantém o maior controle sobre a tecnologia e a informação, em detrimento do poderio militar, comercial e até financeiro, claro que estas permanecem importantes, contudo, em menor nível. Ou seja, quem tem ditado as regras do jogo no contexto internacional são os que dominam as tecnologias de ponta e da informação. Conforme já tinham apontado Milton Santos, Claude Raffestin, dentre outros.

Dessa forma, podemos considerar como resultado da nova DIT baseada nos (des)níveis tecnológicos, a seguinte diferenciação entre os Estados:

- aqueles que dominam a engenharia e a tecnologia de ponta, mais avançadas, com mão-de-obra altamente qualificada (os países centrais capitalistas);
- aqueles em que predominam atividades produtivas padronizadas, como a fabricação qualificada que exige um nível intermediário de qualificação profissional;
- aqueles onde domina a produção voltada basicamente para as etapas de execução e montagem de produtos, exigindo pouca ou nenhuma qualificação técnica da força de trabalho (caso da economia na maioria dos países periféricos). (HAESBAERT, 1991, p. 8).

Haesbaert vislumbrou uma nova maneira de divisão dos países para além da DIT: os blocos internacionais do poder. Para o escritor, o bloco - mesmo que composto por países não muito homogêneos - tem uma construção hierárquica e um contrato de ajuda mútua nos âmbitos econômico e militar. O bloco é feito para fortalecer os membros e combater um “inimigo comum”, o inimigo a ser superado na maioria dos casos é a competição econômica.

Haesbaert foi além em seu texto, por isso voltou para o estágio de divisão entre os países ainda segundo o que vendem no mercado externo e conseqüentemente suas economias. Assim o Brasil - bem como a América Latina - ocupa uma posição de semiperiferia do capital. Parte interessante do que é exposto no texto de Carleial 2010, se refere ao sistema capitalista, que para seu funcionamento depende da existência da contradição centro x periferia. O capitalismo classifica os países em estágios econômicos e tecnológicos, como se eles estivessem num caminho único de ascensão, porém, para que o sistema exista e seja alimentado é necessário

que exista sempre esse desnivelamento. O desequilíbrio entre as nações garante a perpetuação do capitalismo.

O subdesenvolvimento, segundo Furtado (1961, 1995) é uma especificidade de dada sociedade e é uma produção do próprio desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, não se constitui em etapa do processo de desenvolvimento, ou seja, o subdesenvolvido não ascende à condição de desenvolvido necessariamente. Assim, a condição de subdesenvolvimento pode persistir, pode aprofundar-se e pode ser irreversível, se não forem implementadas as medidas/políticas necessárias à sua reversão. Nesse sentido, mesmo que desejável, o desenvolvimento não necessariamente será atingido por todos os países. (CARLEIAL, 2010, p. 130).

Para alterar as relações com os países centrais, os periféricos da América Latina e Caribe, optaram pela substituição de importações. Contudo, o “subdesenvolvimento” da região acabou alimentando essa condição, pelo próprio funcionamento mundial da acumulação de capital. A substituição de importações contribuiu para produzir e reproduzir a condição de “subdesenvolvimento”.

Segundo a autora, a indústria na América Latina não ocorre para satisfazer uma necessidade interna, ela nasce para suprir uma demanda externa, logo sua estruturação foi feita para atender aos requerimentos externos dos países centrais. A América Latina mais uma vez daria passos no seu desenvolvimento para suprir as necessidades de abastecimento do centro.

A industrialização latino-americana corresponde, assim, a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente. Tem-se, então, uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho. (CARLEIAL, 2010, p. 136).

Para Carleial 2010, em 1990, o Estado brasileiro opta por uma postura de política econômica na qual as multinacionais (estrangeiras) passam a ter um controle ainda não visto, esse poder se deu via privatizações, fusões ou ainda compra de empresas brasileiras. Assim elas passaram a ditar qual deve ser o padrão de produção, em que nível haveria inovação tecnológica, qual seria a necessidade da qualificação dos profissionais, a produtividade, o que traz por consequência, o domínio sobre a atuação da economia brasileira no mercado globalizado.

A autora segue afirmando que isso é o que traduz a DIT: os países centrais contribuindo com “atividades de concepção e design”, enquanto a contribuição dos periféricos são “as atividades de montagem”. Para ela, a consequência disso tudo acarreta num processo de desindustrialização do Brasil e o que agrava a condição periférica, dificultando as possibilidades de transformação.

Todo esse processo se concretiza também em evidência de desindustrialização. De fato, essa desindustrialização é demonstrada pela redução da participação do produto industrial no produto interno bruto (PIB) brasileiro, mas principalmente pela perda de elos importantes das cadeias

industriais. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003) denunciou esse processo e o intitulou de “desindustrialização negativa”. Entretanto, Carneiro (2003) já havia remarcado a redução da diversidade industrial brasileira; Carleial (2004), por sua vez, nomeou esse processo de ‘subdesenvolvimento globalizado’ e o Instituto de Educação e Inovação (IEDI, 2005) indicou uma “desindustrialização relativa”, chamando atenção sobre os efeitos negativos deste quadro sobre o dinamismo econômico do país. (CARLEIAL, 2010, p. 145).

Carleial, aponta para o fato de que ao deixar multinacionais estrangeiras, do centro capitalista, tomarem decisões importantes pelo Brasil no mundo globalizado, deixa o país numa situação de dependência permanente, fixado no status de periferia. E conforme o tempo passa esse cenário se agrava, pois a industrialização vai cada vez mais sendo deixada de lado, com menores investimentos estatais para priorizar o que o centro espera receber como produto exportado pelo Brasil, que são os produtos primários.

Vale ressaltar que os produtos primários exportados pelo Brasil são pouco refinados ou estão até in natura. O campo brasileiro conta com bastante avanço tecnológico, mas esse é direcionado para o tratamento do solo (fertilizantes), transformação de sementes (por exemplo as transgênicas), agrotóxicos para eliminar as pragas, tratores, colheitadeiras, dentre outros. Assim o país planta, colhe e distribui mais, daí vem os recordes de exportação, contudo o produto em si possui baixo valor agregado.

A autora em seu texto dá algumas sugestões para alterar esse quadro, como: trazer de volta para o Estado brasileiro o poder sobre a estrutura produtiva e setores estratégicos, que hoje se encontram nas mãos de multinacionais, melhorias das políticas públicas no contexto negocial, trazer as concepções de design para dentro do país no intuito de melhorar a capacidade e incentivar a tecnologia nacional.

Para realizar essa transformação, a autora informa que poderia ser feita com a participação do BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e Banco da Amazônia. Ela ainda elogiou o sistema de financiamento de produção brasileiro como sendo único no mundo. Carleial, também aponta para a possibilidade de acionar “condicionalidades produtivas, de localização e de geração de emprego em suas concessões de financiamento” (CARLEIAL, 2010, p. 154).

No entanto, para o mercado internacional o Brasil sempre foi um grande exportador primário, na região Sul-americana o cenário foi aos poucos se tornando diferente, no sul do continente a indústria brasileira é de grande relevância. No contexto regional o país se destaca como grande economia, com moeda e política razoavelmente estáveis, com indústria avançada

em comparação aos vizinhos. Contudo, no meio global - na DIT - o Brasil nunca deixou de ocupar o posto de economia crescente com indústria tardia e dependente de insumos tecnológicos. O progresso regional não modificou seu perfil econômico internacional.

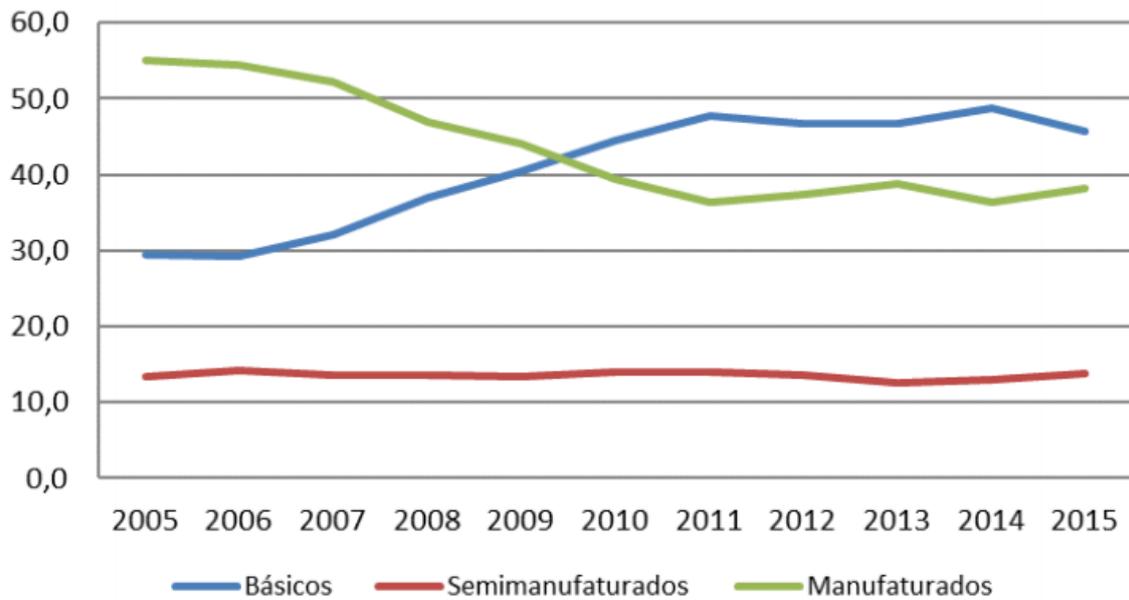
Conforme Lisandra Lamoso ressalta em seu texto, o Brasil possui um dos mais complexos parques industriais da América Latina, o que gera um PIB expressivo para a região. A industrialização no Brasil se deu pelo programa de Substituição de Importações introduzido na década de 1930, e é a partir de então que o país passa a exportar produtos manufaturados. Esse parque industrial foi montado para atender o mercado externo, por isso corresponde aos seus estímulos de expansão ou retração.

Contudo a indústria brasileira que era para seguir se desenvolvendo sofreu redução nos investimentos e foi superada pelas exportações de produtos primários, segundo Lamoso é em 2010 que a exportação de produtos básicos ultrapassa a de manufaturados e semimanufaturados. “Essa reprimarização foi acompanhada de desindustrialização” (LAMOSO, 2020, p. 3). A autora caracteriza em seu artigo a reprimarização da economia como um retrocesso, concordando com Carleial.

[...] o retorno a venda de produtos básicos representa um retrocesso econômico e, por desdobramento, socioespacial. Por retrocesso socioespacial consideramos a ausência da verticalização da cadeia produtiva, maior pressão sobre o meio ambiente, precarização das relações de trabalho e fortalecimento das relações políticas conservadoras ou neoliberais. (LAMOSO, 2020, p.7)

Lamoso revela que esse fenômeno da reprimarização começa a ser sentido antes mesmo da crise de 2008, dando sinais já em 2006. O período que a autora destaca é entre 2005-2015, como apresentado na figura 1, onde é apontado o ano de 2009 como o ano da virada, ou seja, quando de fato o Brasil passa a exportar mais produtos básicos em detrimento dos manufaturados e isso se mantém nos anos seguintes.

Figura 1 - A evolução da participação relativa das exportações por fator agregado (2005-2015)



Fonte: MDIC, 2017. Org.: da Autora, 2009

A autora segue seu artigo destacando o papel fundamental desempenhado pela política nacional frente os atores da globalização, que por meio de corporações acabam ditando para os nossos políticos como e onde devem agir. E pela sua conclusão a política interna tem cedido aos reclamos internacionais, tornando nossa economia cada vez mais neoliberal e as possibilidades de intervenção do Estado cada vez menores, o que estimula estudos a respeito da política no território nacional.

Outro importante autor que aborda a questão de semiperiferia do Brasil, que é essa situação do país ter que responder às necessidades externas em detrimento das internas, é Francisco de Oliveira 2003, que vai além do dualismo centro x periferia - composto pelo avançado se beneficiando do atrasado - para o autor esse processo é a consequência da expansão capitalista, “as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global” (OLIVEIRA, 2003, p. 22), sendo assim, a periferia e semiperiferia procede do sistema capitalista e não apenas de um processo histórico.

Na sequência, o autor critica a forma como estudiosos deixaram de lado os fatores internos que formavam as estruturas de dominação e se direcionaram para as relações internacionais, o que colocava as nações em oposição. Contudo, anterior a isso estão as diferenças entre as classes sociais internas. Para Oliveira a questão sobre quem prevalece, se são as leis internas que refletem o “todo” ou se o que liga o interno com o restante do sistema que opera a estrutura de relacionamentos, segue em aberto.

Penetrado de ambigüidade, o "subdesenvolvimento" pareceria ser um sistema que se move entre sua capacidade de produzir um excedente que é apropriado parcialmente pelo exterior e sua incapacidade de absorver internamente de modo produtivo a outra parte do excedente que gera. (OLIVEIRA, 2003, p. 22).

Oliveira afirma que a teoria do “subdesenvolvimento” veio junto com o “desenvolvimentismo”, ambos desviaram a atenção da luta de classes, que se agravou no período em que a base da economia passava do agrário para a industrial-urbana. Segundo o autor a teoria do “subdesenvolvimentismo” serviu de ideologia para o período populista e hoje essa máscara não se faz mais necessária, pois a classe hegemônica está tão fortalecida que não precisa mais do disfarce.

Já no texto em si do “Ornitorrinco” o autor inicia seu discurso apontando que nem Marx e nem os teóricos do “subdesenvolvimento” eram evolucionistas, ou seja, não acreditavam em etapas a serem desenvolvidas pelos países, onde alguns estariam mais avançados que outros. O Fato de existirem países “subdesenvolvidos” se dá por uma “singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro” (OLIVEIRA, 2003, p. 82) e essa situação impossibilitou a “evolução” da periferia, apesar desta ter realizado modificações.

O marxismo apesar de bem sucedido com a teoria do “desenvolvimento” e acumulação do capital, não obteve êxito real ao analisar a realidade das periferias, embora tenha somado alguns resultados. Assim a teoria que analisa as transformações que aconteciam no centro não foi inteiramente capaz de analisar o que acontecia nas ex-colônias, seus fenômenos capitalistas são mais complexos e diversos.

Como a periferia costuma olhar para o centro para desenvolver suas estratégias econômicas e políticas acabou por impor medidas equivocadas e “reformistas” o que aproximou a América Latina do imperialismo norte americano. Na periferia o “etapismo” foi levado a sério, fazendo com que os países agravassem suas condições de “subdesenvolvidos”, o que veio a favorecer a ideologia do centro.

“[...] o subdesenvolvimento não era, exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos.” (OLIVEIRA, 2003, p. 83) nessa afirmação o autor concorda com Marini, ambos defendem que a DIT estabelece uma relação hierárquica de

dependência - feita por acordos injustos - somada ao consentimento das elites nacionais, o que ressalta a luta de classes dentro dos Estados periféricos.

Para Oliveira, a luta de classes nacional na busca pela alteração da DIT é exemplificada na Revolução de 1930 e também a partir dela que surge a industrialização por substituição de importações. Para detalhar melhor as peculiaridades do “subdesenvolvimento” brasileiro o autor investiga o papel da agricultura de subsistência e sua relação com a acumulação de capital interno. Oliveira, concluiu que a agricultura arcaica financiava a moderna e também o processo de industrialização, prova disso é o sistema bancário moderno brasileiro que possibilita o relacionamento entre o setor agrícola de subsistência e o setor avançado do capital. O setor de subsistência foi importante para diminuir o custo da reprodução da mão de obra nas cidades, o que contribuiu para a acumulação de capital industrial.

Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista, que havia deixado de ser percebido pela teorização cepalino-furtadiana, [...]. (OLIVEIRA, 2003, p. 85).

A respeito da elite nacional o autor a critica afirmando que ela poderia ter compartilhado o “projeto emancipador”, o que teria melhorado as condições dos trabalhadores brasileiros e seus salários, contudo isso diminuiria substancialmente o “exército de reserva” e daria direitos que a burguesia não estava disposta a negociar. Mesmo a elite perdendo espaço nacional e seu poder para a internacionalização da propriedade industrial, ela não quis se unir à classe operária. O golpe civil-militar de 1964 acabou em definitivo com essa possibilidade de união. A ditadura militar abriu o mercado para o capital estrangeiro e fez dívidas com o mesmo, para realizar sua industrialização tardia.

Para o autor a situação financeira do “ornitorrinco” se assemelha a da pré crise de 1930, porém agora não depende do café a economia, mas sim da indústria, no entanto esta encontra-se em igual situação de subordinação financeira. “Essa dependência financeira externa cria, também, uma dívida financeira interna igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos” (OLIVEIRA, 2003, p. 88).

A situação da semiperiferia se retroalimenta, segundo Oliveira, para que o PIB anual se realize é necessário um endividamento proporcional, com dívidas tanto internas quanto externas, essa é a financeirização da economia. Para ele, a semiperiferia se apresenta como uma

“evolução às avessas”, onde a elite nacional participa da DIT e copia o modelo internacional internamente, de colocar os produtores primários em oposição aos produtores de manufaturas.

São as consequências do “subdesenvolvimento”: Fica permitido aos países periféricos apenas a cópia do que é dispensável à matriz técnico-científica, o autor faz uma analogia: “eterna corrida contra o relógio”. Outra consequência é que a acumulação realizada pela periferia é ineficaz, pois copiar o que é dispensável resulta em rápida obsolescência; é exigido alto investimento para países pobres - sobrecarregando assim os seus cofres - o que por sua vez resulta em dependência do capital externo. O resultado fica sempre no negativo, visto que “as taxas de acumulação, medidas pelo coeficiente da inversão sobre o PIB, são declinantes, e declinantes também as taxas de crescimento” (OLIVEIRA, 2003). A associação entre produto e capital se degrada, dado que cada vez mais para se adquirir menos produtos são necessários maiores investimentos.

E a contradição se agudiza porque a mundialização introduz aumento da produtividade do trabalho sem acumulação de capital, justamente pelo caráter divisível da forma técnica molecular-digital, do que resulta a permanência da má distribuição da renda. (OLIVEIRA, 2003, p. 91).

Para reverter esse quadro do “subdesenvolvimento” é necessário “um esforço descomunal de pesquisa científico-tecnológica” (OLIVEIRA, 2003, p. 91), tal esforço citado pelo autor pode ser interpretado como uma forma de revolução, afinal serão necessárias mudanças profundas em estruturas e comportamentos já cristalizados na sociedade brasileira. O novo terá de superar resistências tanto internas como externas, para que se possa consolidar e trazer bons resultados. Sair da mera reprodução de bens descartáveis para alcançar a tecnologia dos produtos manufaturados é o objetivo a ser alcançado pela produção econômica do Brasil.

Para realizar tal esforço ou revolução é preciso ter capital em caixa, segundo o autor o caminho seria “elevar muito o coeficiente de inversão sobre o PIB em período longo” (OLIVEIRA, 2003, p. 91), o autor informa que alguns Estados já colocaram em prática essa estratégia e obtiveram bons resultados, contudo aderiram a grande repressão política. Para Oliveira esse caminho não parece ser o que o país percorrerá devido ao fato da implementação do programa Fome Zero, onde é feita uma distribuição de renda.

Oliveira termina seu texto sobre o “ornitorrinco” afirmando que ele não pode permanecer como semiperiferia, porém não dá para avançar, não possui as bases para concretizar a acumulação digital-molecular. O que se torna possível são as “acumulações

primitivas”, que são as privatizações, onde há transferência de capital, logo não são acumulações. O ornitorrinco será sempre submetido a financeirização do capital. E termina com a afirmação: “O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.” (OLIVEIRA, 2003, p. 97).

É tentador concordar com essa visão pessimista do Oliveira, contudo, eu prefiro o otimismo de Santos, que acredita no potencial transformador da periferia. As relações políticas e econômicas que tem se apresentado no cenário internacional entre os países do Sul global reiteram essa esperança. A meu ver, acreditar que o *status quo* não será modificado e que não tem jeito, só fortalece o mesmo.

Oliveira é fundamental, pois ajuda os estudantes a compreenderem os tantos paradoxos e contradições que formaram o Brasil e seguem fazendo dele um “ornitorrinco”. É preciso conhecer a fundo o que se pretende combater e transformar, o problema deve ser explorado em todos os seus aspectos, para que as melhores soluções possam se apresentar e apontar uma saída definitiva, onde não seja possível uma recaída ou retorno do problema. No entanto, é necessário que se imagine caminhos possíveis, onde transformações possam ser realizadas e as realidades modificadas.

Celso Furtado (1974), também possui significativos trabalhos a respeito do desenvolvimento econômico e como é desempenhado entre centro e periferia do capital. Furtado sabiamente afirma que não é possível que os países “em desenvolvimento” alcancem o desenvolvimento econômico e as elevadas taxas de consumo dos países centrais. Tal impossibilidade se dá pelo fato de que não há recursos suficientes no planeta para serem consumidos por todos os habitantes, na verdade não há nem para menos da metade da população mundial.

Assim ele conclui que as periferias nunca serão - em padrão de consumo - como o centro. Contudo, o autor ainda se indaga sobre como então seria possível que essa ideologia do desenvolvimento tivesse tanto poder de mobilização e aceitação nas periferias, a ponto dos periféricos acharem pertinente esquecer suas culturas tradicionais e destruir a natureza para chegarem próximos de um “desenvolvimento” que na verdade só reforça as relações de dependência.

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p. 75).

Furtado acrescenta que as relações econômicas desiguais entre os países do centro e da periferia remontam o período colonial no Brasil, desde aquela época Portugal e Inglaterra faziam acordos que beneficiavam bem mais o lado inglês do que o português. E esse capital adquirido pela periferia não era utilizado para contribuir para a formação própria de capital, mas sim para consumir os novos produtos criados pelo centro, assim os periféricos adquiriram o posto de importadores.

Esse processo já era esperado pelo centro capitalista, afinal para que eles possam acumular é fundamental que seus mercados consumidores sejam gradativamente ampliados, a periferia presta esse papel de consumidora e não produtora de bens manufaturados, ou seja, não cabe a ela criar concorrência. Vale lembrar que nos países periféricos quem são os consumidores dos produtos do centro é uma minoria privilegiada, a esmagadora maioria da população não tem acesso às tecnologias de ponta, pelo contrário, usam equipamentos já obsoletos.

Outro ponto salientado pelo autor, é que as elites dos países periféricos não apenas consumiam produtos de acordo com os padrões de países com acumulação de capital bastante superior, mas também deixavam de lado aspectos das suas culturas. O que transmite para a população a ideia de que o progresso técnico também tem relação com substituir a sua cultura por outra, ou seja, para ser moderno é necessário deixar de lado a sua cultura e princípios “atrasados” para poder usufruir do moderno e por consequência da cultura estrangeira. A substituição de termos da sua língua natal por palavras estrangeiras é um exemplo disso, como se o seu idioma não fosse suficiente para expressar o que se pretende. Vem então dessa prática da elite a homogeneização cultural.

Segundo Furtado, para entendermos a semiperiferia devemos concomitantemente considerar o nível de produção e os problemas de circulação do capital. A consequência de como têm sido feitos os processos de produção e circulação nos países periféricos é “a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes” (FURTADO, 1974, p. 80).

Conforme defende Furtado, a dependência de países periféricos não ocorre exclusivamente por causa dos investimentos estrangeiros, ela se mantém sem eles. O principal causador da dependência está no uso que é feito do excedente que transita pelo comércio internacional. Assim, o domínio exercido pelas empresas estrangeiras na produção local viabiliza e facilita a dependência, contudo não é o fator principal desta. O autor ainda acrescenta

que tornar públicos todos os bens de produção não tirariam o país da dependência, caso o mesmo continuasse a captar a cultura e os padrões de consumo dos países centrais.

Sobre essa reprodução de padrões culturais que os países periféricos fazem, o autor diz ser uma colonização cultural. E que a história tem provado que esses grupos que detêm o excedente, mesmo quando podem, não deixam de reproduzir os padrões de consumo típicos dos países centrais. A classe dominante também não se afasta da ideia de desenvolvimento a partir da imitação das economias centrais e da repetição dos padrões culturais destes.

Furtado ainda aponta que mesmo quando o processo de substituição de importações dava sinais de exaustão - devido às dificuldades na balança de pagamentos e agravamento da desigualdade social - a classe dirigente insistia em reproduzir os padrões de consumo dos países centrais e aguardava que esse projeto de mimesis traria a mesma acumulação de capital conquistada pelos países do centro. Superar essa ilusão é o desafio dos países periféricos.

Em suma, a semiperiferia é explicada pelo processo histórico desses países, o país que iniciou a Revolução Industrial e os que rapidamente o conseguiram acompanhar determinaram como funcionaria a Divisão Internacional do Trabalho, categorizando os países pertencentes ao centro do processo e os a periferia do mesmo. A modernização dividiu os Estados em exploradores - criadores da tecnologia e da cultura hegemônica - e os explorados - destinados a copiar o centro e abdicar da cultura local.

E como bem explica Furtado a condição de semiperiferia só se agrava ao longo do tempo, pois para manter algum crescimento se faz necessário mais exploração (mais trabalho, menos salário e direitos, e mais concentração de renda). Para sustentar esse sistema as elites precisam elaborar cada vez mais a ideologia para que a maioria precarizada aceite de forma pacífica a crescente desigualdade social que é aprofundada gradativamente.

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravamento tanto da dependência externa como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais. (FURTADO, 1974, p. 94).

Vale ainda salientar que a formação e reprodução das economias semiperiféricas e periféricas faz parte do crescimento do capitalismo industrial dos países centrais, sem a grande massa dos precarizados não seria possível ter mantido por tanto tempo os crescentes privilégios da minoria detentora dos meios de produção. A semiperiferia e periferia não são apenas

consequência, elas são necessárias, fazem parte da economia capitalista, sem os semiperiféricos e periféricos não haveria centro.

Sobre o caso específico do Brasil, o autor afirma que o crescimento econômico se deu por “realocação de recursos visando à maximização de vantagens comparativas estáticas no comércio exterior.” (FURTADO, 1974, p. 100). A concentração de terras no país somada a oferta de mão de obra favoreceu uma minoria que se modernizou, essa minoria foi eficaz no desenvolvimento urbano e para o início da industrialização.

Em sua análise o autor conclui que a economia capitalista brasileira depende particularmente do Estado para combinar a oferta com a demanda e isso não é visto nos demais países capitalistas. Outro aspecto que diferencia o modelo brasileiro é a exclusão estrutural “da massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico.” A base desse sistema, o que permite sua continuidade, é a habilidade da classe dominante em coagir qualquer possibilidade de levante social de caráter opositor e social, que busque uma situação mais igualitária para a população.

Neste sentido, a trajetória e elementos que constrói a participação do Brasil no sistema mundo, está ancorada também na própria formação e suas elites. Elites essas que estarão corroborando ideologias geográficas que legitimam suas estratégias de ação e manutenção da ideia de um país agroexportador.

1.2 DEBATE TEÓRICO: IDEOLOGIA E IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS

De acordo com Marilena Chauí no seu livro “O que é ideologia”, o termo ideologia surge na França no contexto da Revolução Francesa. Seu primeiro significado estava atrelado aos pensadores materialistas, que rejeitavam qualquer explicação de origem invisível para as ideias humanas. Eles eram a favor do fim do império e instauração da república, com o desenrolar da história acabaram se tornando inimigos do governante Bonaparte e este passou a disseminar que os ideólogos desenvolviam ideias para distorcer a realidade.

Assim, ideólogos e ideologia se descolaram do significado original e passaram a ter um sentido pejorativo e contrário ao inicial. E é sobre esse segundo significado que Marx irá se referir e criticar os teóricos alemães. Posteriormente Comte escreveu sobre ideologia adotando seu primeiro significado, logo, dentro da academia ambas definições são aceitas, por isso a necessidade de se esclarecer qual delas o acadêmico pretende adotar.

No livro “A ideologia alemã” de Karl Marx e Friedrich Engels, os autores apontam que as ideologias são compostas pelas crenças em coisas e seres invisíveis que não aceitam questionamentos, como: a religião, moral e metafísica. O fato de a população crer que existe algo maior que ela, incompreendida na sua totalidade, superpoderosa, que sabe o melhor para ela e a coloca no melhor lugar possível é encarado pelos autores como um prato cheio para a dominação de um grupo sobre o outro.

Para explicar melhor o conceito de ideologia é necessário abordar outro conceito, o de alienação. A alienação trabalhada pelos autores se refere a falta de consciência a que os trabalhadores do sistema capitalista estão sujeitos. Se trata de não reconhecer as causas e as consequências que regem a sua vida, é como estar alheio a sua própria realidade. O homem alienado não se reconhece enquanto ser histórico e agente social, logo não se vê capaz de mudar sua condição de vida.

A burguesia utiliza o mecanismo da ideologia (crença de que existe algo superior que rege a vida das pessoas incapaz de ser compreendida pelos homens e que dita de forma permanente como é e será a vida de todos) para fazer com que a maioria das pessoas não se reconheça como produtor, não se identifique como um agente de mudança das questões sociais (como se o Estado fosse uma coisa cristalizada e que nada irá mudá-lo) e que aceite como algo já preestabelecido sua classe social.

Acreditar que forças sobrenaturais imbatíveis são as responsáveis por escolher quem nasceu rico e com fartura e o outro pobre e com escassez, ajuda a manter os pobres conformados e os ricos na manutenção do *status quo*. Ou seja, a ideologia só pode ser aplicada com sucesso mediante a alienação dos grupos dominados.

A forma inicial da consciência é, portanto, a alienação, [...]. E porque a alienação é a manifestação inicial da consciência, a ideologia será possível: as ideias serão tomadas como anteriores à práxis, como superiores e exteriores a ela, como um poder espiritual autônomo que comanda a ação material dos homens. (CHAUÍ, 2008, p. 62)

Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. (CHAUÍ, 2008, p. 63)

Outro importante elemento imbuído de ideologia é a crença de que o Estado é formado pelos interesses coletivos. Porém ele é uma ferramenta da elite, é ela quem ocupa tais postos de poder. O Estado capitalista foi criado pela burguesia para se manter no poder, ele é a forma como os interesses dessa elite “ganham a aparência de interesses de toda a sociedade” (CHAUÍ, 2008, p. 66).

A ideia de Estado é vendida como uma instituição justa e que busca como objetivo saciar as necessidades de todos os cidadãos, onde “todos são iguais perante a lei”, a justiça cega que não vê quem julga, pois não interessa sua aparência física e nem sua classe social. Porém tal ideia de Estado faz parte da ideologia controlada pela burguesia, ela portanto é enganosa, Marx e Engels criticam esse discurso como escreveram: “interesse ‘universal’ ilusório sob forma de Estado.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 30).

No entanto o filósofo grego Nicos Poulantzas discorda que o Estado seja tão submisso aos interesses da elite como afirmou Marx e Engels, para ele o Estado possui funções e mecanismos que estão fora do alcance da elite. Defende que seu sistema é mais complexo: “O Estado, (...) possui uma ossatura material própria que não é reduzível (tal e qual) de dominação política” (POULANTZAS, 1980, p. 15). Para ele, tratar o Estado como uma instituição que apenas serve aos interesses políticos de uma classe social é um reducionismo da sua compreensão, todavia o autor não nega que o Estado sim favoreça uma classe em detrimento de outra.

Contudo, favorecer uma classe não quer dizer que ela exerça sobre o Estado uma espécie de ditadura de classe, como afirmou Poulantzas. O Estado concede benefícios, o autor afirma que a elite se agrada desse Estado, se fosse escolher um Estado para si, seguiria optando por este. No entanto, existem algumas funções desempenhadas pelo Estado que não se limitam ao domínio político, o exemplo dado pelo autor é a segurança social.

Segundo sua interpretação da teoria do Estado não se pode afirmar “uma natureza de classe”, mas sim “uma utilização de classe do Estado”. “Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado” (POULANTZAS, 1980, p.17). O Estado não age apenas motivado pela política, mas ela o integra, assim como ele também possui partes mais ligadas às questões econômicas e outras em que isso não terá tanto peso. Para o autor as questões sobre meios de reprodução, luta de classe e Estado estão relacionadas no que tange a teoria geral do Estado, mas separadas o suficiente para que o Estado garanta a sua ossatura, ou seja, uma independência, uma parte não mutável, que não se altera conforme os rumos econômicos.

Recapitulando: se as relações de produção traçam o campo do Estado, este desempenha contudo um papel autônomo na formação dessas relações. A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes. No que diz respeito ao Estado capitalista, a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento organizacional de sua ossatura orgânica e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes sob o capitalismo. (POULANTZAS, 1980, p. 30)

Apesar de o autor defender certa neutralidade do Estado a respeito da luta de classes, para que possa garantir sua ossatura, ele afirma que “o Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante” (POULANTZAS, 1980), afinal a ideologia se concretiza nas “práticas materiais”, nas ações sociais e suas relações. As interações ideológicas são fundamentais na composição da propriedade, na divisão social do trabalho, bem como nas relações de produção (POULANTZAS, 1980). “A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante” (POULANTZAS, 1980, p. 33).

Poulantzas também faz suas considerações a respeito do domínio ideológico feito pela elite sobre as classes desfavorecidas a partir do Estado como instrumento; “O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante” (POULANTZAS, 1980, p. 33). Como bem afirma o autor a ideologia é propagada de diversas maneiras para a população e o Estado desempenha um papel fundamental nessa etapa de divulgação.

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. As relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção. [...] A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante.

Desse modo, a ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Esse é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado, designados *aparelhos ideológicos de Estado* [...]: Igreja (aparelho religioso), aparelho escolar, aparelho oficial de informações (rádio, televisão), aparelho cultural etc. (POULANTZAS, 1980, p. 33-34)

O autor reforça outra característica da ideologia, além dela pertencer a uma determinada classe, se permear pelo Estado, ela também “só faz sentido se admitir que os procedimentos ideológicos comportam uma estrutura de ocultação-inversão” (POULANTZAS, 1980, p. 36), ou seja, ela esconde a realidade, a verdade sobre o que de fato acontece na sociedade e quando tem dificuldade em esconder algo que vem à tona, adota a outra estratégia de inverter a realidade para que fatos e provas possam ser interpretados de forma que favoreça sempre a classe dominante.

Poulantzas defende que apesar do Estado estar envolvido com a ideologia dominante, e mesmo fazendo a manutenção da luta de classes, ele é capaz de realizar “medidas materiais positivas para as massas populares”. O autor cita o regime fascista como exemplo, afinal mesmo

esse sistema político opressor conseguiu trazer alguns benefícios para a população como redução do desemprego e aumento do poder de compra. Com isso o autor busca confirmar sua tese de que o Estado apesar de beneficiar uma classe em detrimento da outra, acaba fazendo manutenções sociais benéficas para a classe oprimida, sua essência permaneceu até mesmo numa ditadura, ou seja, sua ação vai além da repressão e da ideologia.

Nessa parte do texto o autor reitera que a elite e o Estado se diferenciam, ele tem uma função de organizar a burguesia. O Estado não se esconde, mas desempenha um papel “cênico” de “representação dessas classes”. O Estado declara seu poder e suas elaborações e formulações a respeito das suas estratégias políticas. Faz parte do Estado um “silêncio burocrático”, para a elite esse silêncio é o organizador das ideias. “Se o Estado nem sempre diz sua estratégia ao discursar à classe dominante, é que frequentemente receia desvendar seus desígnios às classes dominadas” (POULANTZAS, 1980, p. 38).

O Estado não produz um discurso unificado, e, sim, vários, encarnados diferentemente nos diversos aparelhos de acordo com a classe a que se destinam; discursos dirigidos às diversas classes. Ou então produz discurso segmentar e fragmentado segundo as diretrizes da estratégia do poder.

[...]

O índice de ideologização do discurso e também das práticas materiais do Estado é portanto flutuante, variável e diversificado segundo as classes e frações de classe às quais se dirige o Estado e sobre as quais age. A verdade do poder escapa frequentemente às massas populares, não porque o Estado a esconda, mascare expressamente; sim, porque, por razões infinitamente mais complexas, as massas não conseguem compreender o discurso do Estado às classes dominantes. (POULANTZAS, 1980, p. 38-39)

Para o autor, o Estado não se oculta, mas sim adota discursos diferentes de acordo com seu público, se molda para ter seus objetivos alcançados. E para Poulantzas porque as massas não compreendem o Estado em toda a sua complexidade tendem a interpretá-lo através do binômio repressão-ideologia, de qualquer forma a afirmação sobre a falta de compreensão das massas é polêmica.

Segundo Poulantzas os poderes de classe não se encontram apenas no Estado e seus aparelhos, os ultrapassam. Contudo o Estado desempenha importante função na produção e reprodução dos poderes de classe e por isso na luta de classes também. Em suma, “onde existe divisão de classes, há portanto luta e poder de classe, existe o Estado, o poder político institucionalizado” (POULANTZAS, 1980, p. 45). O autor cita Marx a respeito do fim da luta de classes resultar no fim do Estado, o que revela o quanto ambos acreditam que a disputa entre as classes se expressa no Estado, ou seja, o disputam. Entretanto o autor reforça que apesar disso a luta de classes não tem sua origem no Estado.

Segundo o autor o “Estado constitui a unidade política das classes dominantes” (POULANTZAS, 1980, p. 45) e reafirma que o Estado desempenha o papel de organizar as classes burguesas. Poulantzas salienta que é importante não se ter uma visão do Estado como se ele fosse uma coisa, um instrumento da burguesia. O Estado é um sujeito autônomo, ele detém o próprio poder e racionalidade, por meio da burocracia e das elites políticas, ele “é a condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classes.” (POULANTZAS, 1980, p. 148).

O autor afirma que mesmo que a esquerda chegue ao poder, não pode simplesmente controlar o Estado, pois esse possui uma organização institucional que permite a burguesia ocupar lugares de poder. A centralidade do Estado não é uma pirâmide, onde basta chegar ao topo e será possível dominar todo o restante, o “Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico” (POULANTZAS, 1980, p. 160).

Contudo comandar os ditos “aparelhos ideológicos de Estado” requer cautela, a elite precisa que a ideologia esteja bem consolidada para que a maioria subjugada seja controlada sem se saber controlada, é necessário que as pessoas acreditem que as coisas acontecem porque forças sobrenaturais pré determinaram assim. É preciso que elas não se sintam parte da sociedade, desfazer a ideia de comunidade e solidariedade contribui para o fortalecimento da ideologia.

O caminho é fazer com que os indivíduos acreditem que são especiais e capazes de chegar no mesmo patamar da elite, pelos esforços próprios (mérito). Manter a ilusão de que um dia poderão desfrutar dos privilégios faz com que eles não queiram acabar com os mesmos. Garantir a massa desunida, sem consciência dos seus trabalhos, sem consciência de que são uma classe e no lugar disso reforçar que são concorrentes, rivais, que não há espaço para todos, que o mundo é, sempre foi assim e continuará sendo e em especial: que não há alternativa melhor que o capitalismo, representa o sucesso da ideologia.

É para essa alienação, esse acreditar que o mundo é imutável, que não há transformação possível, que Marx e Engels apontam como o pilar da ideologia, ela só funciona quando a maioria da população trabalhadora/produtiva está alienada, ou seja, sem consciência do seu modo de produzir e reproduzir suas vidas. Pela fixação do seu trabalho - mais manual do que intelectual - a pessoa se percebe sem direito de mudar. A fixação da atividade social consolida o próprio produto pessoal, enrijecendo, inflexibilizando a capacidade do trabalhador de

acreditar numa transformação e num mundo diferente desse submisso aos desmandos do grande capital.

Para abordar ideologias geográficas trazemos o geógrafo Antônio Carlos Robert de Moraes para o debate, com especial destaque para seu livro *Ideologias Geográficas*. Ele concorda que ideologia é um elemento da estrutura social, um conjunto de valores que dá estabilidade social. Para exemplificar uma ideologia geográfica podemos citar o Determinismo Geográfico elaborado por Ratzel, esse discurso defende que o homem é determinado pelo meio ambiente em que nasce e vive, ou seja, alguns indivíduos que nasceram em determinada localidade seriam naturalmente superiores a outros, o que é infundado, preconceituoso e irreal.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. (MORAES, 2005, p. 44).

Moraes organizou os atributos das ideologias geográficas em três modalidades de discurso (p. 44-45). O primeiro discurso veicula o espaço, território, lugar etc, a uma “aptidão” ou “destino”. O que se encaixa perfeitamente a ideologia celeiro do mundo, associando o Brasil a uma vocação natural para a plantação, sim o Brasil tem terras férteis, mas ele não deve ser determinado apenas por isso, afinal outros lugares também possuem terras férteis. Faz parte da ideologia deixar as pessoas de um local com a sensação de que não há escolha, o que forças sobrenaturais quiseram foi isso e só nos cabe aceitar.

O segundo discurso “tenta colocar as questões sociais como qualidades do espaço” (MORAES, 2005, p. 45), como o determinismo geográfico, a dádiva de alguns saberes sociais/humanos terem sido desenvolvidos por indivíduos em certo local dá mérito a esse espaço, como se ele tivesse contribuído para tal saber, e que indivíduos de outros locais não teriam acesso a esse saber porque habitavam locais inferiores, logo seriam eles também humanos inferiores.

O terceiro seria o discurso normativo “os planos e projetos que visam ordená-lo, destruí-lo, reconstruí-lo etc.” transformá-lo para atender aos interesses humanos, tratando o meio ambiente como algo feito para nos servir, por isso devemos nos apropriar dele e modificá-lo para nosso conforto e acumulação de riquezas. Esse discurso fomenta uma destruição desenfreada dos recursos naturais, para proporcionar o consumo crescente.

Pensando no corte e objeto de nossa investigação, um componente importante para a discussão sobre as ideologias geográficas, tais como àquelas ligadas ao grupo político-econômico do Agronegócio, são as consequências da Revolução Verde. Segundo Porto-

Gonçalves, ela tem por característica alta produção de poucas espécies, como é o caso da soja: Brasil, Estados Unidos e Argentina juntos são responsáveis por 82% da produção mundial do grão. Esse uso exclusivo de algumas espécies provoca o desaparecimento de outras. Para o fornecimento de dados Porto-Gonçalves cita José Santamarta que afirma que “90% de nossa alimentação procede de apenas 15 espécies de plantas e de 8 espécies de animais.” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 4). Isso acarreta a substituição das espécies nativas pelas exóticas, uniformização da agricultura, destruição da diversidade genética e aumento da vulnerabilidade.

Outra consequência da Revolução Verde salientada por Porto-Gonçalves, é o monopólio de sementes, o que torna o agricultor dependente do “complexo industrial financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo.” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 6). O monocultivo prejudica a vida no campo e agrava a fome. O monopólio das sementes nos aproxima mais da insegurança alimentar do que nos afasta, levando-a para além das fronteiras dos países periféricos. E apesar desse novo modelo agrícola produzir grãos que cada vez valem menos no mercado internacional, é o modelo que mais se expande. O autor usa como exemplo de como era o meio agrário antes desse novo modelo o Rio Grande do Sul:

A produção de soja no Rio Grande do Sul, até os anos 60, estava associada à produção de trigo, de milho e a pastagens para gado bovino, além da criação de porcos e todos os seus derivados (banhas, lingüiças etc.). Desde os anos 70 esse sistema de uso da terra, e toda a cultura a ele associado, vêm sendo substituído por um sistema que tende para o monocultivo sobretudo da soja, com todas as implicações que daí deriva. Consideremos que no antigo sistema de rotação de culturas, a soja, na verdade, subsidiava o solo com azoto (nitrogênio) e, além disso, a criação de animais garantia não só descanso (pousio) da terra, como também parte do adubo (esterco) e, com isso, proporcionava as condições ideais para o cultivo exigente do trigo. O trigo se constituía no centro desse sistema de uso da terra, que visava garantir o abastecimento nacional do pão nosso de cada dia e, assim, a segurança alimentar. Assim, a segurança alimentar que esse sistema representava mantinha fortes relações com a própria estrutura agrária da Zona Colonial gaúcha que, desde o início, visava o abastecimento das tropas que guardavam as fronteiras na Campanha Gaúcha. Vê-se, assim, que esse sistema de uso da terra estava associado à idéia de um projeto nacional. Não estranhemos, pois, que a insegurança alimentar mantenha fortes relações com um sistema agrário/agrícola que visa a mercantilização generalizada como o que vem caracterizando o período neoliberal. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 6)

Segundo Porto-Gonçalves, a Revolução Verde surgiu no fim da Segunda Guerra Mundial (a fome no continente europeu) e com a eclosão de revoluções socialistas no mundo - em especial a chinesa - que tinha como objetivo o combate à fome. Sendo assim a revolução verde foi a medida/resposta capitalista para solucionar a questão da fome. “O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica.” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 8).

Conforme o tempo foi passando, foi ficando cada vez mais claro que o problema da fome está muito mais atrelado a problemas sociais, políticos, interesses econômicos e de distribuição, do que a falta de conhecimento técnico científico, como se pretendia fazer acreditar os precursores da Revolução Verde. Afinal, muito tempo depois da propagação da Revolução Verde os países periféricos e semiperiféricos que a adotaram seguem longe de superar o obstáculo da fome.

Para exemplificar os prejuízos causados pela Revolução Verde, bem como pelo agronegócio, Porto-Gonçalves relata o que vem acontecendo no bioma do cerrado. Estudos realizados pela Embrapa (Empresa brasileira de pesquisa agropecuária) entre os anos 1970-80, encontraram uma solução para corrigir o solo do cerrado de forma que esse pudesse receber o cultivo de espécies não nativas, como a soja. As tecnologias também viabilizaram a captação de águas profundas, de 100 a 200 metros. Foi assim que começou o “latifúndio produtivo do agronegócio” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 19). O cerrado atrai esse tipo de negócio pois possui abundância hídrica e terreno plano nas chapadas, o que facilita o uso de máquinas.

Esse sistema de negócio não permite que os agricultores que já estavam no cerrado usufruam de qualquer benefício, afinal são necessárias grandes extensões de terras, dinheiro para adquirir as novas tecnologias e investir em melhorias, e ainda provocam o barateamento dos preços agrícolas, “esse modelo transfere para a sociedade como um todo e, até mesmo, para as gerações futuras sua enorme ineficiência energética global e seus danos ambientais diversos.” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 20).

O uso intensivo de adubos e fertilizantes trazem conseqüências danosas, como já vimos, sendo que aqui cabe destacar, ainda, o profundo desequilíbrio hídrico que se instaura com os latifúndios produtivos de agronegócio, com a captação de águas em profundidade trazidas à superfície para uma irrigação, com sistemas de pivô central, de baixíssima eficiência, onde se perde até 70% da água por evaporação direta e, assim, com a quebra/inversão da função de caixa d'água das chapadas. No fundo dos vales, a água já não jorra o ano todo, as fontes e córregos secam, rios se tornam intermitentes, o que passa a exigir, inclusive, barragens para regularizar o cursos de rios permanentes, como o São Francisco, que nasce nos cerrados, como tantos rios. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 19)

O agronegócio é assim chamado por causa do seu envolvimento com o sistema capitalista, ou seja, está baseado na lógica das metas a serem alcançadas. Essa lógica das metas implica na sua superação a cada ano - a meta é planejada, quando alcançada as pessoas envolvidas buscam dobrá-la para o próximo período. A competição de quem produz mais e vende mais é renovada a cada ano. Assim, os membros do agronegócio estão na busca de sempre obter mais lucro.

Quanto mais eles colocam determinado produto no mercado, mais esse produto tende a valer menos, e como lembra Porto-Gonçalves “a queda dos preços dos produtos agrícolas se deve não só ao aumento da produtividade mas, também, à diminuição da renda diferencial por localização” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 9). Ou seja, o pequeno agricultor não tem condições de disputar com todo o aporte tecnológico e logístico do qual desfrutam os empresários e ainda vê sua mercadoria desvalorizar a cada dia.

As questões que essa competição implica são: a necessidade permanente de mais investimentos financeiros e tecnológicos - tanto dos empresários quanto do Estado. A tentativa constante de se ter terras disponíveis para uma futura captação no intuito de aumentar a produtividade do agronegócio, isso é a causa dos interesses do Agro nas terras indígenas, nas áreas de proteção ambiental, nos quilombos, ...

Esse tema sobre expropriações, espoliações e expulsões das comunidades tradicionais pelos representantes dos interesses capitalistas é abordado por Saskia Sassen em seu livro: *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global* e por David Harvey em seu livro: *O novo imperialismo*, onde o autor substitui o termo “acumulação primitiva” por “acumulação por espoliação”, ou seja, uma acumulação oriunda do roubo. Esse papel de retirar as pessoas de suas terras e permitir que elas fiquem livres para serem incorporadas pelo agronegócio é desempenhado pelo Estado por meio dos projetos de lei (PL) que serão apresentados mais adiante.

E as consequências trazidas por essa competição do aumento da produtividade -que é travada entre todos os empresários fazendeiros do mundo e que mesmo com os recordes de produção não consegue acabar com a mazela da fome no Brasil - são: uma escassez hídrica, perda da diversidade genética e diversos problemas climáticos, como apontado por Porto-Gonçalves, além disso temos a contaminação de todo o meio ambiente e os problemas sociais como miséria no campo e superlotação nas cidades, que não conseguem atender os cidadãos com o básico, como: moradia, saneamento básico, alimentação, acesso à saúde e educação. Porto-Gonçalves também aborda a questão das expulsões:

Dados recentes divulgados pela CPT dão conta de que os estados brasileiros por onde se expande o agronegócio são os estados onde é maior o número de lideranças rurais assassinadas e de famílias despejadas. Em somente um desses estados, o Mato Grosso, governado pelo maior produtor de soja do mundo, o Sr. Blairo Maggy, somente no ano 2003, o equivalente 6,2% da população rural foi, simplesmente, despejada de suas terras ou das 22 terras que reivindicam. Isso implicaria que em menos de 15 anos toda a população rural do estado estaria despejada. Nem no período colonial se conseguiu tal façanha. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 22)

Porto-Gonçalves durante seu texto expõe dados atuais e os compara com o período colonial, como exposto acima, outra alusão que faz ao período do Brasil colonial é o uso do termo “latifúndios produtivos”. Assim, o leitor percebe que o autor observa muitas semelhanças entre o método agropecuário imposto pelo império e o atual, o que leva ao questionamento: será que o Brasil em algum momento deixou de usar os métodos coloniais? Em suma, o que podemos concluir é que esse método foi retomado e segue sendo ampliado pelo território do país.

Enfim, esse modelo agrário-agrícola analisado, que se apresenta como o que há de mais moderno sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos. Esses latifúndios produtivos são, *mutatis mutandis*, tão modernos como o foram as grandes fazendas e seus engenhos de produção da principal commodity dos séculos XVI e XVII - a cana de açúcar - no Brasil e nas Antilhas. À época não havia nada de mais moderno. A modernidade bem vale uma missa! (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 25)

O autor ainda chama à atenção para o fato de que cada vez mais os países europeus, EUA e Canadá estão diminuindo o consumo de agroquímicos, ao passo que os países pobres aumentam o consumo dos mesmos. As sedes das empresas desses agroquímicos se situam nesses países ricos, contudo suas fábricas estão sendo transferidas para os países pobres, o autor dá exemplo de uma fábrica na Índia que teve um acidente grave com 3000 vítimas fatais.

Para Porto-Gonçalves isso é consequência de um tratamento desigual que é dado entre lugares, ele chama de “geografia perversa e desigual”, onde alguns países são valorizados em detrimento de outros. O autor vai além, ao defender que essa lógica remonta o século XV, “é preciso ver aqui a mesma lógica moderno-colonial que vem comandando o processo de globalização desde 1492. Há, como se vê, uma injustiça ambiental de fundo comandando a geopolítica mundial.” (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Já na parte final de seu artigo o autor endossa que a concentração fundiária e de capital, somada a alta exigência de investimento, que são características do modelo de agronegócio, impedem a sua própria democratização. Para Porto-Gonçalves é paradoxal o fato de um setor importante, como é o de alimentos, estar cada vez mais concentrado nas mãos de poucas empresas transnacionais. O que coloca em risco a segurança alimentar. E para ele essa questão só será resolvida no âmbito nacional.

Porto-Gonçalves exemplifica a mudança que ocorreu entre a passagem da agricultura para o agronegócio, com as festividades relacionadas à colheita. Na agricultura as festas de São João são realizadas com a participação de toda a comunidade, num espaço comum, para todos.

Já as do agronegócio são feitas por organizadoras profissionais de grandes eventos, contam com a presença de cantores famosos e ingressos caros.

O que se pode observar do saldo gerado pela Revolução Verde é que ela de fato produziu muitos alimentos, na verdade mais até do que se precisa, contudo a fome persiste. “À época, Josué de Castro dizia que a vergonha de nossa época não é que hoje exista a fome e, sim, que hoje a fome conviva com as condições materiais para resolvê-la.” (PORTO-GONÇALVES, 2004).

1.3 IDEOLOGIA(S) DO AGRONEGÓCIO

Como bem vimos até agora a ideologia celeiro do mundo é criada e utilizada pela elite do agronegócio para legitimar suas ações visando atender a seus interesses particulares. Os representantes do Agro querem usufruir da “vocação” do território brasileiro para a plantação, já que quase todo o território brasileiro   fértil e propício para o cultivo de diversas espécies. Ignorar os pequenos agricultores, as comunidades tradicionais e a necessidade da floresta em p , faz parte do: “um mal que vem para o bem”, ou seja, um preç o a ser pago em prol do progresso.

A tão popular frase “Brasil celeiro do mundo” surgiu num discurso de Getúlio Vargas e foi resgatada por outro governo popular, Lula em 2002. Entre tais governos o Brasil não deixou de lado sua “vocação” para a agricultura, porém nos governos Vargas e Lula o Agro teve mais destaque.

A frase chega a ter um caráter apelativo, no sentido de unir pensamentos políticos divergentes em prol de um bem comum, que se guiado de forma correta beneficiar  a todos os brasileiros. Ela enche de esperanç a os mercados pela escassez de alimentos e interessa aos ouvidos dos investidores. Contudo, sua concretização benéfica está longe da realidade,   real que o Brasil é um dos maiores exportadores de gr os e por vezes   de fato o maior. Contudo, de maneira paradoxal, milhares brasileiros ainda são assolados pela fome diariamente, a miséria ainda é a realidade de muitos que vivem num dos países que mais exportam alimentos do mundo.

A origem do termo agronegócio se d  em 1990, para “representar a modernização da agricultura, o aumento a produtividade e com a finalidade política e ideológica de melhorar a imagem da grande propriedade no imaginário social” (MELO, p. 85), em seu artigo Melo

debruçou-se sobre o estudo da finalidade política e ideológica do termo agronegócio. Oriundo do *agribusiness* dos Estados Unidos da América (EUA), que buscava remeter as modernas fazendas à indústria - setor agrícola empresarial - a agricultura industrial pretendia melhorar a qualidade de vida da população, pois permitiria a maior durabilidade dos alimentos.

Com a ocorrência das duas Grandes Guerras Mundiais e o aumento da população mundial a necessidade de produzir mais alimentos também cresceu. Assim, os EUA acharam que seu agronegócio seria o responsável por alimentar o mundo a partir da exportação de grãos, tecnologia, agrotóxicos e fertilizantes, no intuito de ampliar a área cultivada.

O pavor da escassez de alimentos fez ressurgir a teoria Malthusiana sobre o crescimento *versus* a produção de alimentos, já combatida por Josué de Castro² em seu livro *A Geografia da Fome*, onde o autor afirma que a fome e a subnutrição não são consequências de causas naturais, mas sim das desiguais relações sociais e de produção que os indivíduos constituem entre si.

Contudo os EUA baseados mais em Malthus do que em Castro, usaram a ideia do “colapso alimentar” para justificar e até mesmo angariar apoio para uma massiva mecanização do campo, ampliação na elaboração de utilização de fertilizantes e agrotóxicos, dentre outros métodos, para aumentar a produtividade do campo sem levar em consideração o esgotamento do solo. Outras consequências desses investimentos são a maior demanda por combustíveis fósseis, desenvolvimento de sementes transgênicas e a inserção das indústrias genética e farmacêutica no setor primário, o que culminou em monopólios industriais. O patrocínio para o desenvolvimento do *agribusiness* veio dos donos de terras, empresas e em especial do Estado.

A visão do *agribusiness* do campo passa a ter grande difusão e aceitação da mídia e do Estado, que o incluiu em seus planejamentos estratégicos no Estados Unidos, e da academia que, a partir do desenvolvimento do conceito, conseguiu, logo nas primeiras décadas, estabelecer cursos em *agribusiness*. (MELO, 2018, p. 91).

Foi com esse discurso de “avanço” que os EUA venderam seus produtos para os demais países, que precisavam de créditos e subsídios a serem oferecidos por seus Estados. Assim, o *agribusiness* foi difundido para diversos locais do globo, inclusive o Brasil, o campo passou a ser mecanizado, com sementes transgênicas, com elevados despejos de agrotóxicos, que se espalhavam pelo ar e água, contaminando para além do solo da propriedade do dono do veneno. O *agribusiness* contribuiu também para o aumento da dívida externa do país.

² Josué de Castro (1908-1973): foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome.

A propaganda positiva espalhada pela mídia a respeito dos alimentos provenientes do *agribusiness* foi fundamental para convencer as pessoas a trocarem alimentos frescos pelos industrializados (MELO, 2018). O sucesso veio e junto com ele o processo de produção foi intensificado. Esse *agribusiness* que começou nos EUA e se espalhou para todo o mundo ficou conhecido como Revolução Verde, tratada anteriormente.

Esse *agribusiness* potencializado pela Revolução Verde chega a América Latina durante a Guerra Fria, com objetivo de combater os ideais que culminaram na Revolução Cubana, conforme aponta Melo, ainda segundo este autor o agronegócio no Brasil veio “suprimir o conceito de latifúndio” na “tentativa de ocultar o caráter rentista e explorador presente em ambos” (MELO, 2018, p. 98).

Segundo Sonia Souza e Antônio Junior, a revolução tecnológica no campo combinou ciência, tecnologia e informação (a Revolução Verde) trouxe para a agricultura brasileira uma mais-valia mundializada, a partir da fusão de capitais com outros setores econômicos, ou seja, integrou o agro do Brasil ao meio técnico-científico-informacional elaborado por Santos, 1996. Os autores buscam destacar a mundialização da economia e a disputa pelo controle e gestão dos mercados, dos territórios produtivos, das cadeias do processamento industrial e do capital financeiro. Para os autores, a participação dos centros de pesquisa foi decisiva para a propagação do discurso capitalista hegemônico.

E são definidores, nesse caso, a participação institucional representada pelos órgãos estatais, pelos institutos de pesquisa. Esses órgãos elaboram pesquisas, um conjunto de leis, de diretrizes com a pretensão de elaborar verdades e práticas sobre a agricultura. Assim, à medida que algum discurso se torna hegemônico, torna-se verdadeiro. Com isso, novos discursos são formulados e novas tecnologias de controle são efetivadas. Tudo isso validado pelos feitos de poder. Esses efeitos de poder, tanto no discurso político quanto no discurso econômico e científico controlam, selecionam e distribuem os discursos em si. Esses discursos durante as últimas décadas redesenharam a agricultura elaborando novas formas de ocupação do território e parecem ser sustentados valendo-se de duas premissas. (SOUZA; THOMAZ JR, 2012)

São essas premissas citadas pelos autores: a ciência e a tecnologia como sinônimos de desenvolvimento social e econômico, sem levar em consideração as drásticas transformações que ocorrem nas vidas dos camponeses, e uma ciência que está submissa aos interesses financeiros, ou seja, é usada para legitimar um discurso político. E a associação do espaço rural com lugares de atraso, de práticas obsoletas.

Esse discurso e essas associações feitas sobre o campo não são novos, mas reaparecem em virtude de uma crise do sistema capitalista mundial, alavancada pelas consequências das mudanças climáticas e o aquecimento global. O esgotamento das fontes de petróleo e a

necessidade cada vez maior de se adquirir fontes renováveis de energia, acabou deixando em destaque países que já investiam em energia limpa, como é o caso do Brasil com o Proálcool.

O Proálcool favoreceu a cultura canavieira, os latifundiários, a concentração de terras e de renda, dificultando assim a Reforma Agrária. A expansão do etanol se deu de cima para baixo, pois contou com a participação governamental, da burguesia rural e obteve recursos tanto nacionais, quanto estrangeiros.

Mais que uma aposta no crescimento e/ou desenvolvimento econômico calcado no discurso do país benfeitor e “à frente do espaço-tempo das economias globais”, o que se observa é uma articulação do capital em busca de controle e subordinação, por meio da atuação dos oligopólios das empresas transnacionais de insumos e produtos agropecuários, apoiados por agências multilaterais como a OMC, o FMI, o Banco Mundial, o BID, a FAO e os grandes bancos privados (THOMAZ JR, 2009, MARTINS, 2008, OLIVEIRA, 2009). (SOUZA; THOMAZ JR, 2012)

O campo vem se transformando cada vez mais num ambiente padronizado para atender às imposições do mercado externo e para se encaixar na nova ordem mundial. Fazer parte dessa financeirização e da crescente economia global é aceitar o tratamento desigual que é dado entre os diferentes agentes, na verdade é mais que isso, é se submeter a um capital que “move-se livremente em busca de novos espaços de valorização, pressionando pela abertura de novos mercados nacionais e pela desregulamentação do trabalho” (SOUZA; THOMAZ JR, 2012).

Para os autores a respeito do neoliberalismo e seu discurso para se adaptar as crises, em especial sobre as mudanças climáticas e esgotamento de algumas fontes de recursos naturais, o meio “político, o econômico e o científico se imbricam e buscam uma linguagem pautada pelo controle do natural, a exemplo da biotecnologia, do melhoramento genético, para se legitimar.” (SOUZA; THOMAZ JR, 2012). Os autores assim chamam a atenção para não apenas o político e o econômico estarem a serviço do discurso hegemônico do capitalismo, mas também os cientistas.

Outro apontamento feito pelos autores é sobre a humanidade querer sempre se “desenvolver”, o que acabou se tornando sinônimo de: conseguir acumular cada vez mais riqueza. E essa interpretação é usada para favorecer interesses de alguns em detrimento de outros, dando mais poder àqueles que a esses. Assim, o discurso do desenvolvimento - dominado pela lógica neoliberal - está relacionado à defesa da modernização da agricultura, bem como do agronegócio.

Vale lembrar que esse discurso e essa produção estão comprometidos com o crescimento do capitalismo industrial e não com a erradicação da fome, apesar da produção de safras recordes de itens alimentícios a cada ano. De acordo com os autores o ideário de

desenvolvimento - que tanto contribui para o aperfeiçoamento do sistema capitalista, representado pelo neoliberalismo - se baseia no iluminismo e é projetado pela ciência moderna, do qual o entendimento é sistematizado pelo enaltecimento do individualismo.

Esse apontamento sobre a valorização do indivíduo em detrimento do coletivo também é tratado por Bittencourt et. al. (2022), para os autores há uma disputa de identidade, o principal exemplo dessa disputa é a confusão entre a identidade de cidadão e a de consumidor, elas se misturam e acabam deixando o cidadão esvaziado de significado e importância, ao passo que o consumidor se torna cada vez mais central. Essa confusão é consequência do momento atual do capitalismo, o sistema hegemônico busca misturar a ideia de cidadão - membro da sociedade, que é o que o caracteriza como tal - com o sentido de consumidor - indivíduo detentor de capital.

O cidadão reflete parte do interesse do coletivo, ele exerce cidadania, ele é um ator político. Já o consumidor, é assim caracterizado, pelo seu poder de compra individual. Todos são cidadãos, de forma igualitária perante a sociedade. Já o consumidor tem níveis que o hierarquizam, entre os que possuem mais dinheiro e os que possuem menos, e é assim que a sociedade capitalista é dividida, por classes econômicas. O consumidor foi ganhando espaço enquanto o cidadão foi perdendo, a vitória do discurso hegemônico se exemplifica nessa situação, que é a busca pelos direitos do consumidor e a permissividade coletiva pela perda de direitos comuns.

O autor Bezerra, traz uma contribuição importante sobre o entendimento da ideologia do agronegócio, a respeito da riqueza e diversidade ambiental e social que existem nos extensos territórios pelo Brasil, sob a lógica neoliberal do agronegócio toda essa riqueza é vista apenas como um espaço bruto, onde se aplicando as tecnologias adequadas pode gerar uma rentabilidade crescente.

Sob a ótica perversa da busca pela lucratividade máxima do capital, desprezam o fato de que nesses 90 milhões de hectares existe uma diversidade socioambiental, assim como uma riqueza de culturas e saberes historicamente produzidos pela dinâmica social. (BEZERRA, 2009, p. 119)

Contudo, a balança comercial do país tem recebido prioridade em detrimento do socioambiental, a burguesia do Agro segue trabalhando para que políticos, intelectuais e economistas entendam e defendam mais ferozmente a importância do Agro e a sua necessidade de angariar mais recursos e apoio.

Segundo Bezerra, os empresários do Agro têm adquirido êxito em conseguir incentivos financeiros por parte do Estado. Os repasses públicos para a burguesia agrícola deixam marcado um “verdadeiro paradoxo no neoliberalismo praticado no Brasil” (BEZERRA, 2009, p. 119).

Ou seja, a grande contribuição que a produção agrícola dá para o PIB brasileiro é consequência do investimento governamental.

Vale salientar que os representantes do Agro não estão preocupados em obter o apoio só de camadas econômicas e políticas do país, mas também do cidadão comum, com propagandas que buscam aproximar os indivíduos da cidade com a produção que é feita no campo. Esses anúncios vêm carregados de um caráter apelativo, como o citado por Bezerra “Agronegócio, sua vida depende dele” (BEZERRA, 2009, p. 119), os publicitários tentam se justificar com o discurso da necessidade de esclarecer a população urbana sobre a importância do trabalho que está sendo realizado no meio rural.

Somado a valorização da produção da agroindústria estava também a depreciação da agricultura camponesa. Para estabelecer essa aproximação com a população urbana foram contratados artistas e atletas para serem os rostos e as vozes da “informação” vinda do campo que trabalha para a manutenção da vida da cidade. Esse discurso hegemônico permeado da ideologia dominante traz consigo uma distorção do cotidiano. Afinal a alimentação das pessoas da cidade, bem como toda a segurança alimentar do país, é mantida pela agricultura diversificada e voltada para o mercado interno.

[...] as estratégias vinculadas pelos gurus do agronegócio têm como meta tornar o agronegócio uma dimensão do cotidiano, tanto para quem vive no campo como para quem vive na cidade. O agronegócio como dimensão da própria vida transfigura o valor da soberania alimentar como prática histórica responsável pela reprodução social tanto dos povos camponeses como de toda a sociedade seja ela urbana ou rural, e passa a interferir no processo metabólico, condenando toda a sociedade a ter acesso aos alimentos somente através do mercado. (BEZERRA, 2009, p. 122)

A grande produção do Agro é baseada em monocultura, voltada para a exportação, passando pela cidade apenas para acessar os portos de escoamento e não para garantir a subsistência urbana. Outro ponto que o Agro busca salientar é que ele é feito de pessoas, gera empregos, entretanto isso não é verídico, já que uma de suas bases de produção são máquinas sofisticadas que substituem a mão de obra humana, e é justamente por isso que o desemprego no campo cresce vertiginosamente.

Continuando sobre as ideologias do agronegócio e como elas se apresentam para a população temos em Bittencourt et. al. (2022) que se debruçam sobre a Teoria do Discurso e seus marcos interpretativos, dentre eles destaca-se o método utilizado pelos formadores do discurso hegemônico que é a criação do antagonista, nós contra eles; luta político-simbólico.

Segundo os autores, esse discurso hegemônico é permeado por ordens políticas que não são naturais, baseadas num fundamento não racional e procuram ser interpretadas como um

destino o qual não é possível modificar. Esse caráter imutável, difundido pelo discurso, fica ao encargo dos marcos interpretativos, que são responsáveis pela construção do senso comum, e ajudam a formar as identidades pessoais. Eles passam a fazer parte do “inconsciente cognitivo”.

Para Galván, os marcos para a ação coletiva são o conjunto de estratégias discursivas que compõem a ideologia de um grupo ou movimento. Diante da ideologia como um sistema de crenças estável e fechado, os marcos são o resultado negociado e mutável da luta discursiva para impor, em um contexto de disputa, interpretações compartilhadas do mundo e dos sujeitos, que legitimam e motivam a ação coletiva. Em outras palavras: os marcos são as “armas” da batalha política pela apropriação e construção de sentido (Galván, 2012). (BITTENCOURT *et. al.*, 2022, p. 191).

O discurso hegemônico em questão é divulgado pelos porta-vozes do agronegócio, dentre eles estão Francisco Graziano (popularmente conhecido como Xico Graziano), que é formado em agronomia com especialização em administração, é um dos fundadores do PSDB e foi assessor do então presidente FHC (1995). Nas mídias sociais se autodenomina como agrônomo, agroambientalista, escritor e democrata.

Se encarregou de melhorar a imagem do Agro nas redes sociais, seu principal ativismo se dá contra conteúdos de livros didáticos usados nas escolas em São Paulo. Ele mobilizou o #mãesdoagro e @deolhonomaterialescolar (em referência ao @deolhonosruralistas). Publicou um livro em 2020: “Agricultura: fatos e mitos - Fundamentos para um debate racional sobre o agro brasileiro”. (Bittencourt *et. al.*, 2022, p. 193).

Para os autores os marcos interpretativos e a ideologia estão presentes no discurso de Xico Graziano quando este espalha os “agromitos”, o que gera desinformação e confunde o público. Graziano ao mesmo tempo em que diz combater a “agrofobia” acaba disseminando informação falsa e prejudicando a população brasileira, na prática isso acarreta más decisões de políticas públicas e metas para o futuro.

A ideologia da agrofobia seria, então, sustentada por preconceitos, mentiras, falácias e credices, que encontram terreno fértil nas redes da internet, onde pululam fake News, um mar de desinformação. E conclui, nesse diagnóstico, que o Brasil ainda não descobriu a força de seu agro, pois se apegava ao raciocínio econômico tradicional e vê apenas rasas commodities onde existe profundo valor agregado. (BITTENCOURT *et. al.*, 2022, p. 193)

Graziano também criticou o fato das pessoas da cidade ficarem em casa para fazer o isolamento social durante o ápice da Covid-19, enquanto os trabalhadores rurais continuavam a trabalhar, isso para sustentar a vida na cidade, pois o meio urbano sem o rural não sobreviveria. Com isso ele tentava chamar a atenção da população da cidade para a importância do Agro.

Assim como Bezerra apontou para as campanhas que o Agro vem desenvolvendo para melhorar sua imagem com a população urbana, Bittencourt *et. al.* também faz, o apoio das

peças residentes da cidade ao agronegócio tem ganhado mais importância para os representantes do Agro. O destaque da disseminação vai para as redes sociais, Graziano chama a juventude para se juntar a ele e ajudá-lo a levar boa informação para mais pessoas. Vale destacar que essa “boa informação” é sobre o agronegócio garantir a segurança alimentar do país, o que é sabido, não é verdade.

Outro meio de comunicação significativo que se aliou na divulgação da “boa nova” do Agro nos centros urbanos foi a televisão. Em especial a Rede Globo, que alcança mais de 183 milhões de brasileiros (Bittencourt *et. al.*, 2022, p. 197). Ela mantém no ar por mais de 40 anos o programa dominical “Globo Rural”, que tem por objetivo atualizar o público em geral sobre o que se passa no campo. E a propaganda do “Agro: indústria e riqueza do Brasil”, divulgada diariamente desde 2016, a cada 15 dias ela se diferencia e traz um novo elemento que enaltece os setores do agronegócio. Dentro da propaganda do Agro há ainda outras propagandas que são das marcas vinculadas à produção.

Cabe ter em conta que os vídeos, que ficaram conhecidos pelo slogan Agro é pop, Agro é tech, Agro é tudo, são também um projeto de conteúdo que atrai a presença de anunciantes interessados em veicular sua marca nos comerciais da TV aberta. Nesses casos, essas peças publicitárias que costumam ter duração de 50 segundos passam a ter 1 minuto, nos quais os 10 segundos a mais são dedicados aos patrocinadores, como por exemplo: Seara — marca do Grupo JBS, Ford e banco Bradesco. (BITTENCOURT *et. al.*, 2022, p. 197-8)

De acordo com os autores, o próprio diretor de marketing da TV Globo - Roberto Schmidt - afirma que a intenção é construir entre o agronegócio e a população um relacionamento de empatia e confiança. Um dos aspectos a ser observado nessa propaganda do Agro é como é divulgado esse discurso hegemônico, apresentando uma ordem, um único viés de como se vive no campo. “A partir disso, é possível entender o tom positivo e otimista dos vídeos, que intencionalmente omitem os antagonismos existentes.” (Bittencourt *et. al.*, 2022, p. 198).

Na forma de apresentar as dimensões relativas à alimentação, sustentabilidade, social e economia procura não tornar explícito os problemas propriamente ditos. Assim, quando se fala em alimentação, não se explicita as problemáticas em torno de questões de soberania alimentar, no entanto, enfatiza-se que o agro é o responsável por levar a comida à mesa dos brasileiros, e que esta está cada vez mais saudável graças à incorporação de novas tecnologias no plantio. (BITTENCOURT *et. al.*, 2022, p. 198)

Por mais que o Agro se diga responsável por tudo que é básico para o nosso consumo e sustento como: alimentos, papel e roupas; e também pelo crescimento econômico do país, a questão dos recordes de colheita e a soberania alimentar nunca estão no mesmo discurso, na verdade a pauta de soberania alimentar quase não é abordada pelos propagandistas do Agro. O que revela que de alguma forma, apesar dos “agromitos”, eles sabem que toda essa produção

não tem sido capaz de garantir a soberania alimentar do país, país esse que sempre condenou milhares de pessoas à fome e a pobreza extrema.

As “novas tecnologias no plantio” são citadas como benfeitorias que não possuem defeitos. Mas a propaganda não as contextualiza no cenário que estamos vivendo de mudança climáticas e poluição crescente dos rios e solos, além dos riscos à saúde que muitos agrotóxicos trouxeram aos agricultores. A sustentabilidade que eles abordam só se refere ao aumento da produção num espaço de tempo cada vez mais curto e não sobre a harmonia que deveria existir entre meio ambiente e crescimento econômico. “A questão é tratada como se o agro não fosse parte do problema, mas só da solução.” (Bittencourt *et. al.*, 2022, p. 198).

A questão central dessa análise é sobre como “o agronegócio está conseguindo transformar um discurso privado das elites agrárias e da nova financeirização da agricultura em discurso público de interesse cada vez mais geral.” (Bittencourt *et. al.*, 2022, p. 200). O discurso do Agro não se satisfaz mais só com a aprovação de investidores e do Estado, ele quer ser integrado no imaginário popular, na verdade é mais do que só querer, ele precisa, precisa dessa defesa para que continue se ampliando.

Ele deve estar próximo a população, antes que ela se dê conta de que o que é produzido no país é *commoditie* e isso não a alimentará, que o preço pago é a redução da diversidade de alimentos e o distanciamento cada vez mais crescente da garantia da soberania alimentar, além da destruição das florestas e desemprego no campo. E os benefícios do crescimento do PIB gerado pelo Agro não se reverte em melhorias para a sociedade brasileira. A elite agrária junto com seu discurso ideológico de Brasil celeiro do mundo se adianta, para que a consciência sobre a realidade que a população passa no país não chegue a ser um empecilho no futuro e comprometa seu crescimento econômico egoísta.

O ponto central do debate que é levantado nesse trabalho é a capacidade que a burguesia rural – interessada em ampliar a qualquer custo sua produção e exportação – tem de fazer com que essa ideologia de celeiro do mundo soe aos ouvidos das massas como algo maravilhoso para os brasileiros, em especial aqueles que passam fome. Afinal se o país se torna o maior produtor de grãos do mundo é claro que o povo não passa fome, pelo contrário, usufrui de alimentos em abundância.

Porém a realidade da população brasileira é bem diferente, pois durante anos ela apareceu no quadro da fome, saiu apenas em 2014. Vale destacar que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação utilizava até 2014 uma forma limitada de avaliação dos

indicativos da fome, não considerava o quesito nutrição, apenas se os indivíduos tinham acesso diário a tantas calorias. Fato que então não avalia se a segurança alimentar é garantida ou não.³

Segundo o geógrafo Josué de Castro⁴ em seu livro a Geografia da Fome, existem dois tipos de fome: a endêmica – quando a fome é permanente, não há alimento e a fome epidêmica – quando a fome é transitória ou sazonal, responsável pela subnutrição, os indivíduos se alimentam, porém não ingerem a quantidade necessária de nutrientes. Ou seja, uma pessoa mesmo que alimentada não quer dizer que ela está nutrida, é possível que uma pessoa esteja no seu peso ideal ou até com sobrepeso e seja anêmica.

Outro ponto a ser analisado é o fato de o Brasil, mesmo antes da pandemia do Covid 19, em especial nos anos 2018 e 2019, já apresentava um quadro de agravamento da situação da fome no país. Os alimentos essenciais já estavam sofrendo aumento de preço sem um acompanhamento justo do salário mínimo, em especial o óleo de soja que sofreu o maior aumento percentual no menor prazo e que faz parte da cesta básica.

O motivo do Brasil caminhar em direção a se tornar o celeiro do mundo, com a maior produção de grãos do mundo, e ao mesmo tempo caminhar em direção ao agravamento da fome se dá pelo fato de que o que tem sido plantado no Brasil não ter relação com a segurança alimentar. Hectares e hectares de uma mesma cultura. E tamanha plantação em larga escala se dá pelo fato de que o destino final desses grãos será o mercado externo.

O mercado interno também será abastecido, contudo pagará o mesmo preço que os estrangeiros, pois o produto que é oriundo de *commodity* é vinculado ao dólar, sendo assim, o consumidor brasileiro não tem vantagem alguma sobre o exterior, e por vezes ainda fica prejudicado com o risco de sofrer com a falta do item devido a preferência que os agentes internos tem em vender primeiro tudo para fora e depois - o que sobrar - comercializar internamente.

Sendo assim, Sustento a hipótese de que “o Brasil celeiro do mundo” é uma formulação da elite ruralista brasileira que não é trocada após ano de eleição, o que justifica a disseminação dessa ideologia refletida no discurso que faz com que ela soe aos mais inocentes como “vantajosa” para que a população ajude a defender os interesses dos ruralistas, achando que

³ PAJOLLA, M. Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU? *Brasil de Fato*, Lábrea (AM), 30 de Jun de 2021, Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu>>. Acesso em: 24 jun 2022.

⁴ Josué de Castro (1908-1973): foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome.

serão beneficiados também. Como apresentado no site “agrosaber”, induzindo seus leitores a associarem o Brasil celeiro do mundo com um Brasil sem fome.

Esta tendência vem se confirmando e o país vai aumentando a sua produção a cada ano, tendo recebido, dignamente, o apelido de ‘Celeiro do Mundo’, considerando que aquilo que aqui se produziu apenas no ano de 2015 representou quatro vezes mais alimentos do que a nossa população precisaria.

Ou seja, apenas um quarto do que produzimos poderia alimentar o Brasil inteiro, sendo que os outros três quartos poderiam ser exportados e alimentarem outras regiões do mundo. (Agrosaber, 2019)⁵

Infelizmente como mostrado anteriormente, os grãos plantados e colhidos aqui não irão primeiro abastecer o mercado interno e depois partir para o mercado externo como quer fazer acreditar essa afirmação do Agrosaber. Afinal o Brasil já produz há anos uma quantidade mais que suficiente para alimentar a população nacional e sempre houve um enorme problema para manter todos os brasileiros com o mínimo para a subsistência. O histórico de fome do país é tão antigo quanto ele e nunca foi plenamente superado, e não será graças às *commodities* que a superação acontecerá.

⁵ AGROSABER. A plataforma é fruto de uma iniciativa conjunta entre a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa) e a Associação Matrogrossense dos Produtores de Algodão (Ampa), 23 abr 2019, Mundo Agro. Disponível em: <<https://agrosaber.com.br/brasil-celeiro-do-mundo/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CAPÍTULO 2 - A IDEOLOGIA EM AÇÃO: A FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA E O AGRO NO BRASIL.

A ideologia segundo Marx é algo criado pelos homens com características de algo superior a eles, poderoso, que não pode ser destruído ou reinventado. É algo dado, ao qual devemos nos submeter, sem muita reflexão a respeito, afinal é todo poderoso. As ideologias são possíveis a partir da alienação, ou seja, da falta de compreensão sobre o todo, sobre os mecanismos de dominação. Assim as ideologias são muito úteis aos que se interessam em se manter no poder.

Uma ideologia a respeito do espaço geográfico, está ligada ao meio concreto, ao território, já que a finalidade da ideologia é submeter os corpos a uma forma específica de agir. O território que tem tanta relação com dominação, poder, controle, desfruta de algumas ideologias sobre si. Uma delas é a respeito do “Brasil celeiro do mundo”, onde o país deve seguir sua vocação para a agricultura sem questionamento ou oposição, afinal não apenas os brasileiros dependem do que é produzido pelo agronegócio brasileiro, mas o mercado externo também.

Todos sabemos das raízes agrárias do Brasil, contudo esse trabalho tem foco nos frutos, possibilitados pela entrada da ideologia da elite ruralista no âmago do Estado. Assim, trataremos neste capítulo os principais atores que atuam na organização intelectual, política e financeira de tais ideologias. Destacamos as ações mais representativas realizadas pela bancada ruralista ou Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) entre 2018 e 2023, fim do governo Temer, governo Bolsonaro e primeiro ano do governo Lula. Explicitando o quanto a bancada se sentiu representada ideologicamente durante esse período no poder executivo.

2.1 A FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA (FPA)

Uma Frente Parlamentar - de acordo com o site da câmara dos deputados - é uma associação entre parlamentares, podendo incluir deputados e senadores, o que a caracteriza como mista, que é o caso da Frente Parlamentar da Agropecuária. O objetivo é unir parlamentares que buscam debater e avançar com pautas, onde suas opiniões convergem, sobre um tema específico da sociedade.

A FPA foi criada em 2008, porém a união entre parlamentares a fim de defender os interesses do agronegócio é bem anterior a essa data. Contudo a FPA foi escolhida para ter esse destaque no trabalho devido sua importância no cenário político nacional, segundo Bittencourt

et. al. a FPA é o principal braço político de empresários agropecuaristas com atuação no Congresso Nacional. Além de ser a bancada mais poderosa, pois conta com mais de 300 membros, todos juntos são capazes de aprovar ou reprovam qualquer pauta no país.

De acordo com o próprio site da FPA sua história tem início na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88) quando um grupo de parlamentares ligados à agropecuária criam a Frente Ampla Ruralista, o principal interesse a ser defendido seria a propriedade de terras. Contudo é em 1995 que a bancada ruralista sai da informalidade por meio de uma ata assinada por deputados e senadores e assim passa a existir de fato a Frente Parlamentar da Agricultura. “Em 2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que em 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para se adequar às regras de regulamentação criadas pela Câmara dos Deputados.” (fpagropecuaria.org.br, 2023).

Com mais maturidade e poder, a FPA não se restringe atualmente a apenas lutar pela garantia das propriedades de terras, mas também busca ampliar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio nacional, modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, regulamentação de terras indígenas e quilombolas, com o intuito de “garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor.” (fpagropecuaria.org.br, 2023).

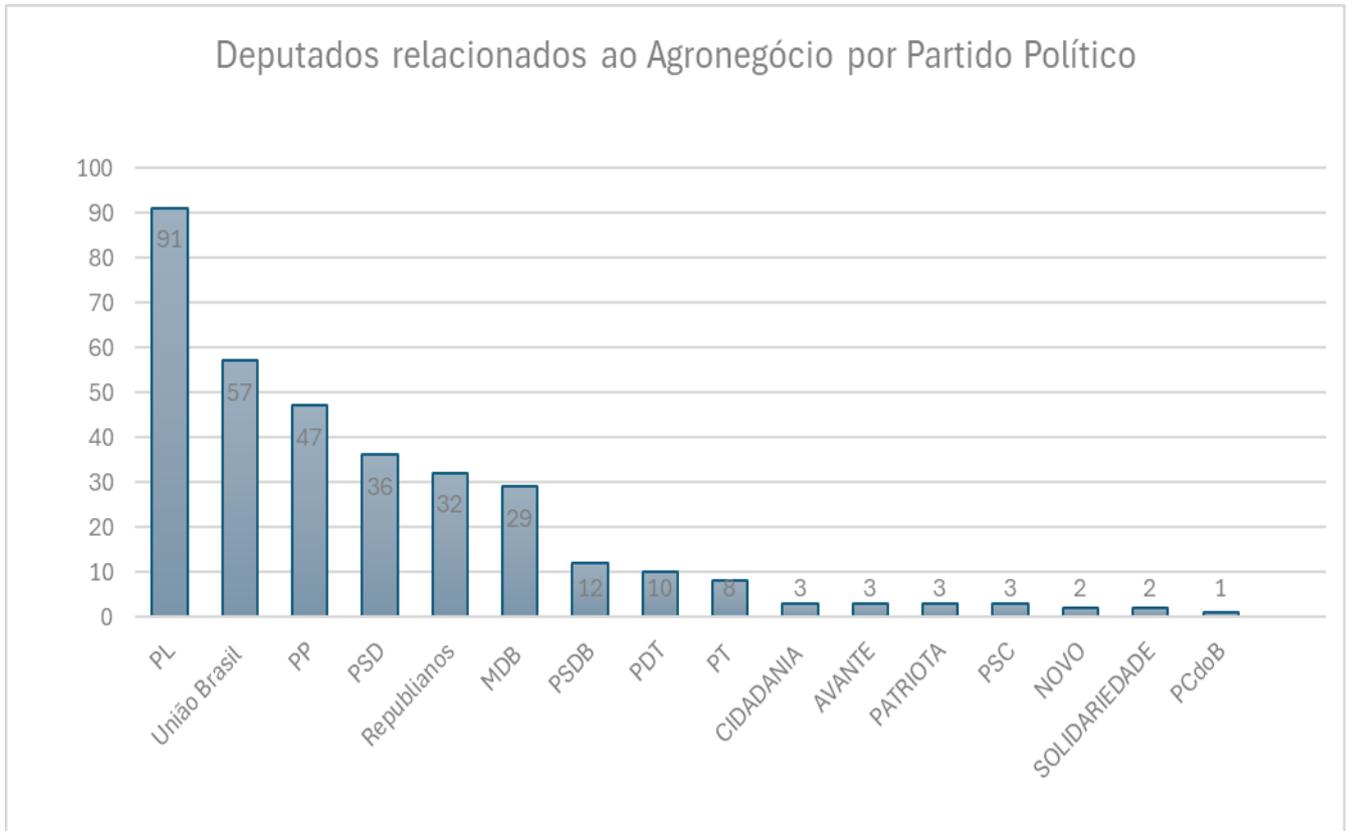
Ainda sobre sua importância, ou seja, sobre seu poder, segundo o próprio site, “É considerada a mais influente nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo.” Esse poder e influência não advém dos seus projetos sociais populares, mas sim do grande contingente que compõem essa frente.

Segundo os dados do próprio site da FPA, ela conta com 300 deputados e 47 senadores, somando um total de 347 parlamentares, mas no site da camara.leg.br a FPA aparece com 346 parlamentares. A critério de comparação, a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar - que faz oposição a FPA - possui 208 parlamentares, sendo todos deputados. A diferença de contingente é expressiva.

De acordo o site da FPA eles contam com 91 parlamentares do Partido Liberal (PL), atual partido do ex-presidente Bolsonaro; 57 parlamentares do União Brasil; 47 parlamentares do Partido Progressista (PP), o qual Bolsonaro foi filiado e eleito desde 2007 até 2015; 36 parlamentares do PSD. Participam ainda os filiados dos partidos: Republicanos com 32 parlamentares; MDB com 29 parlamentares; PSDB com 12 parlamentares; PDT com 10 parlamentares; PT com 8 parlamentares; PODE com 8 parlamentares; Cidadania, Avante,

Patriota e PSC com 3 parlamentares; Novo e Solidariedade com 2 parlamentares; por fim o PCdoB com 1 parlamentar. Conforme pode ser visto no gráfico abaixo

Gráfico 1 - Deputados relacionados ao Agronegócio por partido Político



Organização própria. Fonte: FPA

Vale destacar que em 2022 os brasileiros elegeram 513 deputados, ou seja, a bancada ruralista é representada por 58% dos deputados. Para elucidar as atribuições e o poder de um deputado federal, listo a seguir suas tarefas de acordo com o site da câmara (camara.leg.br). Um deputado se divide entre os seguintes deveres: legislação, fiscalização e participação de financiamentos locais.

O que compete à legislação são: propor e analisar projetos de leis, “emendas em projetos do governo” e discutir reformas e alterações na Constituição. A respeito da fiscalização, o deputado deverá participar de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), convocar autoridades, “fiscalizar e controlar com o auxílio do Tribunal de Contas da União” e “fazer requerimentos de informação para órgãos governamentais”.

Sobre a participação popular, o deputado deverá participar de audiências públicas, projetos de iniciativa popular, discutir questões relevantes dos âmbitos nacional e local, e ir a

reuniões com grupos da sociedade. A respeito do orçamento, fazem parte das suas atribuições: “financiamento de projetos estaduais com emendas de bancada, emendas individuais impositivas para a saúde: hospitais e atenção básica, emendas individuais para outros projetos”, recomendar projetos a serem financiados pelo relator do Orçamento e negociar a liberação de verbas para prefeituras com ministérios e órgãos federais.

Esse caso dos parlamentares que se unem numa bancada específica com o propósito de sugerir, alterar e aprovar ou não determinada pauta, exemplifica a elite (agrária) ocupando o aparelho estatal, essa estratégia da elite foi mencionada por Marx (1998) e Chauí (2008). A bancada em questão não se formou para defender interesses populares da comunidade, mas sim interesses particulares, como é relatado no começo da sua formação que o intuito primeiro dos parlamentares era defender a propriedade privada.

O poder político da elite agrária se fortaleceu ao longo dos anos no país que tem como a base da sua economia a exportação de produtos primários. Para manter as vantagens que vem do Estado para o agronegócio, os empresários do Agro, os donos de terras, donos de indústrias ligadas a produtos agrícolas, entraram para a política ou arrumaram fiéis aliados políticos que estivessem dispostos a legislar em favor dos seus negócios particulares; essa inclusive foi a razão para que os agentes do agronegócio fizessem campanha para Bolsonaro, confiaram nele para a defesa dos seus negócios.

O que está exposto acima será aprofundado mais a frente, mostrando que os membros da bancada de fato atuam politicamente não em favor da população ou do meio ambiente, mas sim para favorecer quem pretende ter mais terras disponíveis para compra, quem quer vender agrotóxico. E esses parlamentares conseguem a aprovação popular com o discurso de que essas medidas são um mal que vem para o bem, é venenoso sim, faz mal à saúde sim, mas sem isso haverá fome, desemprego e um enorme prejuízo econômico para o país, afinal os que optam por tais medidas representam o Estado, e o Estado é o provedor do bem comum, segundo a ideologia, sendo assim isso não é real, como afirma Chauí (2008).

É essa farsa que Porto-Gonçalves (2004) aponta - que esses males que vem para o bem - são uma mentira, a população não usufrui de benefícios advindos do Agro, pelo contrário. Segundo o autor, historicamente o Brasil só perdeu diversidade de espécies, aumentou o número de pessoas despejadas de suas terras e ainda está muito longe de acabar com a fome dos brasileiros.

2.2 PROJETOS DE LEIS E A MATERIALIZAÇÃO DAS IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS DO AGRONEGÓCIO

Através da pesquisa exploratória realizada nos sites da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de órgãos federais como a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), bem como sites mais independentes como Brasil de Fato, Mídia Ninja, Greenpeace, De Olho nos Ruralistas, Manuelzão da UFMG, Metrôpoles, dentre outros, foi possível trazer para esse trabalho um material razoável sobre como tem sido a repercussão dos PLs propostos pela FPA.

Os principais Projetos de Lei (PL) que a bancada ruralista tem colocado para votação tem atraído polêmica e por isso levam a sociedade civil a se manifestar, bem como parlamentares de oposição, são: PL da mineração 191/2020; PL da grilagem 2633/2020; PL do veneno antes conhecida como 6299/2002 atualizada para 1459/2022 e por último a PL do marco temporal 490/2007 atualmente 2.903/2023.

O primeiro projeto de lei aqui citado o **PL 191/2020** foi proposto pelo poder executivo no dia 06/02/2020 quando o presidente era Jair Bolsonaro. Segundo o site camara.leg.br a proposta era regulamentar a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. “A iniciativa vai ao encontro de declarações do presidente Jair Bolsonaro, que desde a posse defende o aproveitamento econômico de territórios indígenas”. Abaixo estão detalhadas o que se pretendia explorar e a necessidade de consultar as comunidades afetadas sobre o interesse ou não na exploração em suas terras e a garantia da participação nos lucros gerados.

O projeto define condições específicas para a pesquisa e lavra de recursos minerais, como ouro e minério de ferro, e de hidrocarbonetos, como petróleo e gás natural; e para o aproveitamento hídrico de rios para geração de energia elétrica nas reservas indígenas.

De acordo com a Constituição Federal, essas atividades só podem ser realizadas em solo indígena com prévia autorização do Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, e mediante consulta às comunidades afetadas, as quais é assegurada participação nos resultados. (camara.leg.br; Agência Câmara de Notícias, 2020)

No mesmo dia em que foi apresentada no Plenário (PLEN) o texto chegou à mesa diretora da câmara dos deputados (MESA). Com o início da guerra na Ucrânia o PL apareceu com um requerimento de urgência por 279 parlamentares, segundo o site do Estadão, com o propósito de extrair fertilizantes da exploração das terras indígenas, já que o acesso aos fertilizantes fornecidos pela Rússia não estavam chegando ao Brasil, assim em caráter de urgência o PL foi aprovado e passou para a aprovação do plenário.

Entre os opositores do PL estão os ambientalistas e algumas mineradoras que julgam o

projeto inadequado. Outro que se posiciona contra a aprovação do PL é “A Coalizão Brasil Clima, que reúne 324 grandes empresas de setores variados, também divulgou nota de repúdio ao PL nº 191, explicando que a integridade dos territórios indígenas é indispensável para a estabilidade climática.” A posição do representante da Coalizão, João Paulo Capobianco, é a de que a aprovação do PL não altera a produção de fertilizantes pelo Brasil, já que a maior parte das reservas de potássio, nitrogênio e fósforo (NPK) do país não estão sob terras indígenas, além da dificuldade que é minerar nessas terras que são bem conservadas, o que continua sendo mais vantajoso economicamente importar esses produtos. Assim tal aprovação seria mais uma aproximação entre o governo e o agronegócio do que uma real solução para problemas causados pela guerra na Ucrânia. (Estadão Política, Ministério Público Federal, Câmara dos Deputados).

Com as eleições de 2022, a saída de Jair Bolsonaro do cargo executivo e a entrada do eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o PL 191/2020 tomou rumos diferentes. No dia 31/03/2023, Lula oficializou o pedido de retirada da tramitação do PL em questão da Câmara dos Deputados. A presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, elogiou a decisão do presidente da República.

“Esse PL fere os direitos constitucionais dos Povos Indígenas. Naquela época, esse projeto tentou se justificar para a sociedade brasileira porque seria imprescindível para a agricultura e para assegurar a segurança alimentar, no caso, o agronegócio. Mas o texto do PL não fala isso e é totalmente contraditório”, afirmou.

“Esse PL foi uma forma do ex-presidente Bolsonaro confrontar os Povos Indígenas, que pediam para avançar na demarcação e na proteção de seus territórios. Ao invés de ajudá-los, o ex-presidente sempre foi contra os indígenas, criando mecanismos para confrontar esses direitos e colocar em mais vulnerabilidade a vida dos povos originários”, completou a presidenta da fundação. (gov.br/funai. Categoria: Meio Ambiente e Clima; 2023)

O PL 191/2020 configurou assim como um agrado do governo Bolsonarista a ala ruralista, já que enfraqueceria a autonomia que os povos indígenas já possuem sobre seus territórios. Além de um agrado aos ruralistas, essa PL configurava também uma promessa de governo de Bolsonaro, que desde o início de sua campanha em 2018 dizia fazer parte de seu projeto de governo reduzir os poderes e conquistas dos povos originários. Exemplo disso é uma declaração polêmica que fez durante sua campanha:

“As ONG’s e o governo estimulam o índio para o conflito. Se eu assumir como presidente da República, não haverá um centímetro a mais para demarcação. Na Bolívia temos um índio como presidente, porque aqui eles precisam de terra?”, disse Bolsonaro, segundo refere o site Dourado News.

A afirmação foi dada durante entrevista na sua chegada ao Parque de Exposições João Humberto de Carvalho.

“Índio é nosso irmão, quer ser reintegrado a sociedade. Índio já tem terra demais, vamos tratá-los como seres humanos, tem índio tenente do Exército, presidente da Bolívia [Evo Morales],

não quer viver em um zoológico", comparou Bolsonaro, depois de dizer que briga contra as demarcações desde 1991. (noticiasominuto.com.br/politica; 2018)

Tais falas ocorreram dia 08/02/2018 na cidade de Dourados no Mato Grosso. Elas apontam para o desprezo e o desconhecimento que Bolsonaro nutria pelos indígenas brasileiros, essas falas apontam para um posicionamento político que vai ao encontro das ideias de grande parte dos ruralistas que veem as terras demarcadas como um empecilho para sua expansão e desenvolvimento econômico do país. O que aponta para uma ideia retrógrada de desenvolvimento, já que existe tecnologia o suficiente para garantir o crescimento econômico e a floresta em pé juntos.

É esse tipo de declaração que foi atraindo os ruralistas para o apoio político à Bolsonaro, perceberam nele um alinhamento ideológico - como aponta a matéria do site *de olho nos ruralistas* - Bolsonaro e ruralistas compartilhavam do mesmo anseio de fragilizar e até acabar com os direitos garantidos pelos indígenas, como ocorre com o PL 490/2007 ou PL 2.903/2023, que será comentado mais adiante.

No dia 11 de abril de 2022, indígenas fizeram uma marcha de quatro quilômetros em Brasília como forma de protesto contra o PL. Eles ficaram acampados na região central da cidade e foram caminhando até à sede do Ministério de Minas e Energia, onde estenderam faixas com frases contrárias ao governo e ao PL. Fizeram também uma encenação com supostas barras de ouro enormes, sujas de sangue e que formavam a palavra crime. Segue as figuras 2 e 3 da marcha e da encenação:

Figura 2: Protesto indígena em Brasília



Fonte: Mídia Ninja; retirada do site Brasil de fato.

Figura 3: Protesto em Brasília com simulações de barras de ouro



Fonte: Mídia Ninja; retirada do site Brasil de fato.

O **PL 2.633/2020** é de autoria do deputado Zé Silva - Solidariedade/MG, foi apresentado dia 14/05/2020. De acordo com o site da Câmara a proposta que consta na Emenda é “sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União”, a proposta foi votada e aprovada na Câmara e segue para votação no Senado.

Há ainda outro PL que tem proposta similar e por isso foram unidos e são chamados assim de “PLs da grilagem”, de iniciativa do senador Irajá (PSD/TO) PL 510/2021. “Na prática, se o novo texto for aprovado pelas comissões temáticas, o PL 2.633/2020 deixará de tramitar e apenas o PL 510/2021, na forma de seu substitutivo, continuará a ser discutido no Senado.” (Prizibiszki, 2021). A matéria de Cristiane Prizibiszki, publicada no oeco.com.br, conta com uma nota técnica do Imazon que se posiciona contra a aprovação desses PLs.

“Tanto os dois projetos quanto a nova versão em discussão apresentam retrocessos em relação à legislação atual que, se aprovados, estimularão mais ocupações ilegais e desmatamentos em terras públicas federais”, diz uma nota técnica produzida pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) sobre o assunto. (PRIZIBISCZKI, 2021)

A grilagem não é caracterizada apenas pelo indivíduo que ocupou ilegalmente uma terra pública, mas também que esse mesmo indivíduo forjou um documento falso onde alega que a propriedade daquela terra o pertence e o coloca numa gaveta junto com grilos, a urina dos grilos

dá um aspecto de velho ao papel, assim quem o vê imagina ser de fato um documento antigo e, portanto, verdadeiro.

O PL ficou conhecido como PL da grilagem pois regularizar as terras da União que foram invadidas, assim quem as tomou teria o documento de propriedade da terra. Os principais alvos, de acordo Prizibiszki e o Greenpeace, são terras que estão na Amazônia Legal, devido sua vastidão, concentração de terras indígenas e Unidades de Conservação (UC), uma região que já sofre com intenso desmatamento e queimadas, local de tensão social agrária devido a diversidade de interesses sobre a terra. O site do Greenpeace fez uma matéria em março de 2022 exemplificando as consequências que serão causadas caso o PL da grilagem seja aprovado (Figura 4):

Figura 4: Amazônia em perigo

AMAZÔNIA EM PERIGO

Entenda como o PL da Grilagem pode aumentar a devastação na Amazônia e tornar mais crítica a crise climática

- 1 A Gleba João Bento, uma área gigantesca no sul do Amazonas, tem sido alvo de invasões e roubos de terra desde os anos 1970.
- 2 O que acontece no chão da floresta não fica na floresta. Desde 2009, o Congresso Nacional vem legislando em favor do roubo de terras públicas e colaborando diretamente para a destruição da Amazônia.
- 3 Na Gleba, de 295 mil hectares de floresta, já foram derrubados e queimados 93 mil hectares. Cerca de 57% dessa destruição se deu entre 2019 e 2021, durante o governo Bolsonaro.
- 4 O PL da Grilagem, em discussão no Senado, é a segunda revisão da lei fundiária desde 2009, e quer legalizar o que é ilegal.
- 5 Se o PL da Grilagem for aprovado, o desmatamento e a violência irão explodir, indo na contramão dos esforços para conter a crise climática.

A mamata dos grileiros não pode continuar! Para pressionar contra o PL da Grilagem, participe do abaixo-assinado.

A AMAZÔNIA TAMBÉM DEPENDE DE VOCÊ

GREENPEACE

Fonte: Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/pl-da-grilagem-legaliza-o-desmatamento-e-o-roubo-de-terras-publicas-no-brasil/>>. Acesso em: 29/08/2023.

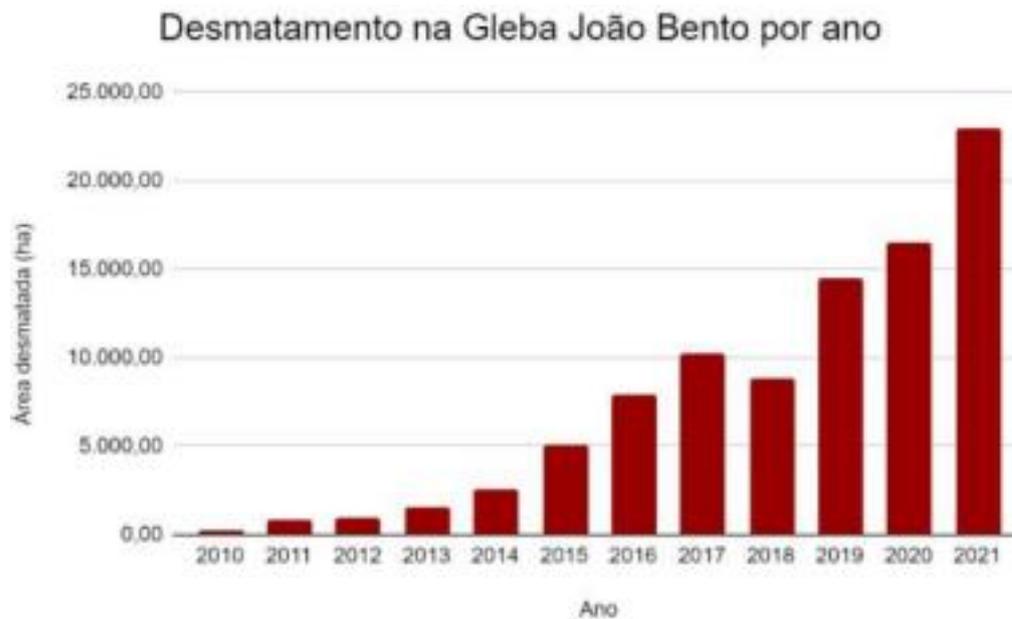
O PL da grilagem pode ser votado a qualquer momento no Senado Federal, vale lembrar que existem muitos parlamentares interessados na ampliação do mercado de terras no Brasil, assim, devido a interesses financeiros particulares uma boa parte da floresta poderá ser ainda mais desmatada, colocando a vida de animais e pessoas que dependem dela em pé em risco. A matéria do Greenpeace alerta também para esse fator que desfavorece e enfraquece a luta por uma política pró-floresta em pé.

Tudo se complica ainda mais porque existe muita influência de grupos organizados da grilagem (conhecido como lobby) sobre políticos em Brasília, que usam o poder econômico e negociatas para que a legislação fundiária siga mudando e se adequando aos interesses de quem invade terras públicas — como é o caso da Gleba João Bento. (GREENPEACE, 2022).

O Greenpeace traz ainda um gráfico (Figura 5) que representa o avanço do

desmatamento na Gleba João Bento por ano, local que o site utiliza para exemplificar o desastre ambiental que já está em curso mesmo antes do PL da grilagem ser aprovado, ou seja, o que os parlamentares buscam é regularizar na forma da lei o que já está sendo feito, e por isso a aprovação do PL tende a aumentar o desmatamento, já que tornará essa prática dentro dos conformes legais.

Figura 5: Desmatamento da Gleba João Bento por ano



Fonte: Dados do Prodes/INPE analisados pelo Greenpeace Brasil.

De acordo com a matéria dos 295 mil hectares 93 mil já foram queimados, resultando em pastos para a criação de bois. Também é possível observar com a análise do mapa que o período de maior avanço do desmatamento nessa área se deu depois da eleição de Bolsonaro em 2019, destaque para o ano 2021 que representou o maior número de derrubadas. Para melhor entendimento da devastação o Greenpeace apresenta duas imagens de satélite da área em questão (Figura 6):

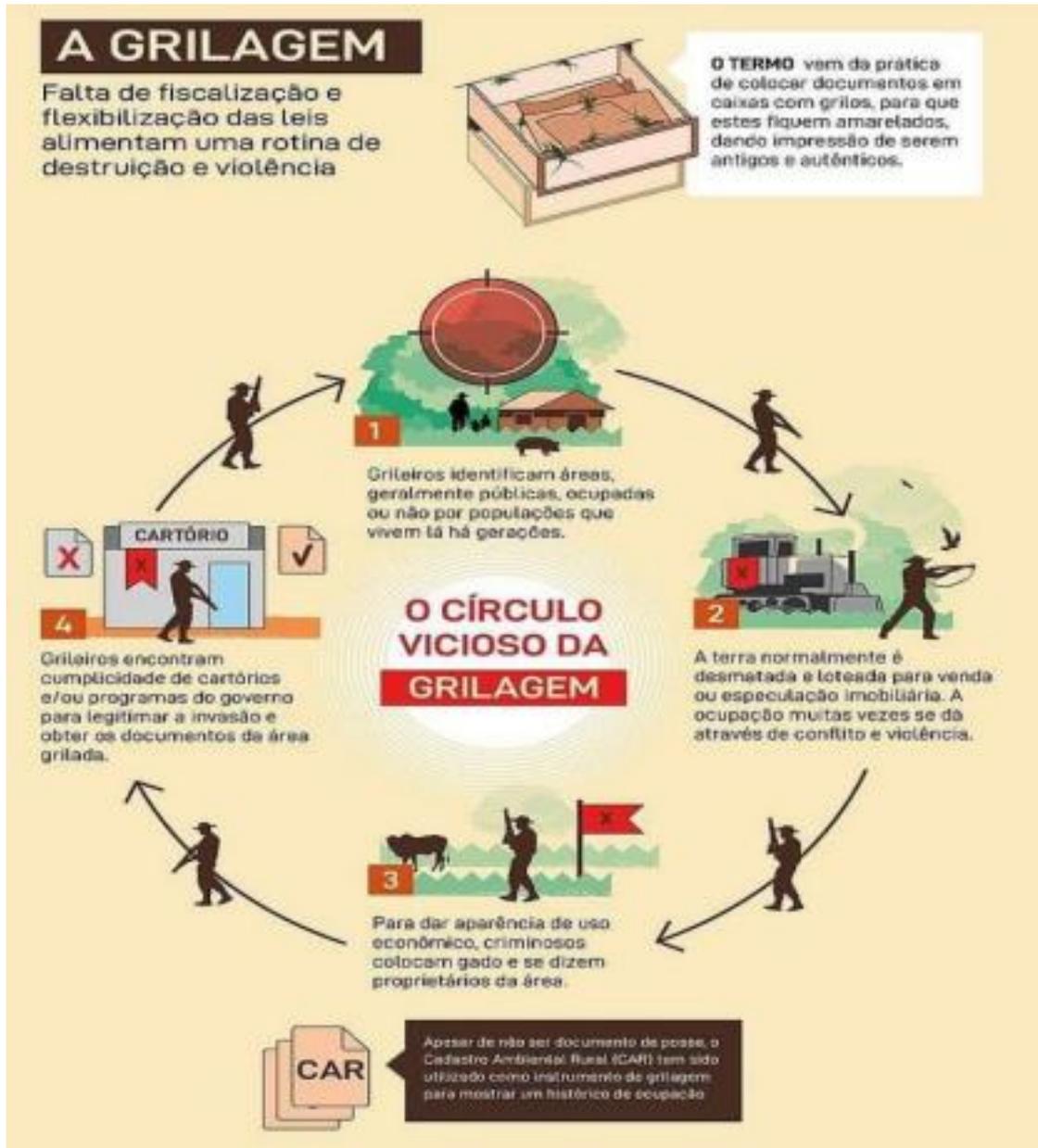
Figura 6: O avanço do desmatamento na Gleba João Bento



Fonte: Imagens de satélite comprovam o avanço do desmatamento na Gleba João Bento. Fonte: © Sentinel Hub tratada pelo GEOLab Greenpeace Brasil.

A matéria aborda outro crime que anda junto com o de grilagem, que é o desmatamento e comercialização ilegal de madeira. Existem espécies de árvores que não podem ser cortadas, pois se encontram em perigo de extinção e a floresta Amazônica é o habitat de várias delas, essas árvores possuem um valor comercial alto, então além de tomar uma terra pública os grileiros ainda contrabandeiam madeira ilegal (Figura 7).

Figura 7: O círculo vicioso da grilagem



Fonte: Greenpeace.

As ações que produzem danos materiais aos ecossistemas brasileiros acabam por serem viabilizadas por ações e legislações que busca fragilizar e permitir a atuação de agentes (grileiros e contrabandistas de madeira ilegal). Um exemplo que foi citado por organizações internacionais como Greenpeace foi o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

o Ipaam, órgão que deveria zelar pela conservação da floresta, aprovou planos de manejo florestal dentro da gleba, ignorando que ela é uma terra pública federal e que, portanto, os “proprietários” (os grileiros) não tinham título de domínio ou autorização do Incra para utilizar a área. Resumindo, o próprio estado do Amazonas permitiu a destruição da floresta.

Durante as investigações realizadas pela Polícia Federal em uma operação denominada Arquimedes, ficou evidenciado que as autorizações dadas pelo Ipaam faziam parte de um gigantesco esquema de extração ilegal de madeira no Amazonas. (GREENPEACE, 2022).

O autor ainda relata que uma fazenda chamada Bom Príncipe dentro da Gleba João Bento, que obteve o plano de manejo onde foi permitido a exploração de 13 mil metros cúbicos de madeira, o que gerou uma arrecadação de mais de um milhão de reais para os grileiros. O autor segue afirmando que toda essa madeira foi comercializada com a Industrial Madeireira Atalaia Ltda, que vendeu para oito estados brasileiros e ainda exportou “para Portugal, Bélgica e França um total de 28 containers lotados de madeira da floresta amazônica.”

Entre as empresas importadoras, estão a Tradelink e a Vogel, ambas com histórico de comprar madeira ilegal: entre 2011 e 2020, a Tradelink foi multada 26 vezes pelo Ibama, somando um total de R\$ 2,3 milhões. Já a Vogel esteve envolvida na importação de madeira de ipê explorado ilegalmente, conforme mostramos no relatório “Árvores Imaginárias”. (GREENPEACE, 2022).

O Greenpeace acertadamente define os PLs 2.633/2020 e o 510/2021 como prêmios para os grileiros, além de um claro incentivo a essa prática. E termina o texto alertando os leitores do quão desvantajoso essa prática é para a economia nacional e o principal que é a emergência climática, a manutenção e preservação da floresta em pé são necessárias para a continuação saudável da humanidade no planeta, a agenda ambiental se torna cada dia mais importante para todo mundo.

A edição de 16/08/2021 da revista *Manuelzão* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aponta para outro lado negativo caso esses PLs sejam aprovados que é em relação aos órgãos federais responsáveis pela fiscalização e garantia da conservação ambiental, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e até mesmo o próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Mais uma vez o autor aponta para o governo Bolsonaro como um propulsor, incentivador e realizador desse tipo de política de desmonte, que busca reduzir a autonomia e remover funções de órgãos fiscalizadores que têm por premissa garantir a execução da lei e defender o interesse público. Os ruralistas que possuem grande afinidade ideológica com Bolsonaro têm usado esse período governamental para andar com seus projetos de lei que suprimem os direitos das comunidades tradicionais e das áreas destinadas à preservação ambiental.

[...] existe o risco de esvaziamento de órgãos ambientais como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e o Ministério do Meio Ambiente, já que o projeto autoriza a vistoria por sensoriamento remoto e exige somente a adesão ao Programa de Regularização Ambiental. Isso pode gerar subnotificação nos dados de desmatamento, por exemplo, que vem crescendo vertiginosamente na Amazônia durante o Governo Bolsonaro. (MANUELZAO.UFMG.BR, 2021).

O texto do PL 2.633/2020 que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, de acordo com *Manuelzão UFMG*, possibilita o aumento das terras da União que podem ser regularizadas sem

a necessidade de vistoria antecipada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O que comprova mais uma vez que esse PL faz parte das ações dos interessados no desmonte das políticas ambientais brasileiras. O autor compartilha da ideia de que nunca os grileiros tiveram um governo tão a favor deles, o Congresso Nacional em pouco tempo já andou com medidas que beneficiam significativamente quem praticou ou pratica grilagem, além de incentivar novas grilagens.

Enquanto esse PL era votado no plenário, manifestações contrárias à sua aprovação ocorriam dentro e fora da Câmara, uma multidão se reuniu na frente do Congresso Nacional para protestar. “Povos indígenas, diversos representantes de movimentos sociais e sindicais e mais de 40 artistas, entre eles Caetano Veloso, reuniram-se com milhares de manifestantes para o “Ato pela Terra” (andes.org.br, 2022). Como podemos observar na figura 8:

Figura 8: Manifestação com apresentação de famosos em Brasília



Fonte: Mídia Ninja, retirado do site andes.org.br.

O **PL 6.299/2002** é de autoria do senador Blairo Maggi - SPART/MT, foi apresentado ao Congresso em 13/03/2002 e atualmente aguarda em regime de urgência para ser votado no Plenário do Senado. Segundo o site do senado - senado.leg.br - o PL busca alterar “as regras de aprovação e comercialização de agrotóxicos, produtos usados no setor agrícola para proteção e aumento das produções, mas que têm potencial de prejudicar a saúde humana e animal.” Curioso que o próprio site reconhece os prejuízos que a aprovação desse PL poderá trazer à

saúde humana e animal.

Outra informação que o site traz é que esse PL 6.299 é originário do PL 526/1999 de autoria do mesmo senador Maggi, que é “um grande empresário do agronegócio em Mato Grosso” (Agência do Senado, 2022), o texto sofreu alterações por isso mudou de nome, alterações essas necessárias para que o texto ficasse mais passível de aprovação, ou seja, menos nociva. Segue a baixo outra proposta do PL:

[...] o projeto altera a nomenclatura "agrotóxico", que passaria a ser chamada na legislação de "pesticida"; fixa prazo para a obtenção de registros desses produtos no Brasil, com possibilidade de licenças temporárias quando não cumpridos prazos pelos órgãos competentes; e altera a classificação explícita de produtos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente. (AGÊNCIA DO SENADO, 2022).

Outra curiosidade do texto, alterar o nome de “agrotóxico” para “pesticida”, como se o que fizesse mal à saúde fosse o nome e não o veneno, já que este permanece o mesmo ou ainda mais perigoso. Na verdade, o nome “agrotóxico” faz mal sim, ao bolso do seu vendedor, já que “pesticida” faz o consumidor pensar que esse é menos pior que o “agrotóxico”, assim tal alteração não beneficia a saúde humana, mas sim o lucro do comerciante. Cito abaixo a defesa dos ruralistas a respeito da mudança do termo.

O argumento da bancada ruralista é de que em âmbito internacional se utiliza o termo pesticida, enquanto agrotóxico seria pejorativo, sendo, assim, necessária a modernização da legislação nacional.

Nessa mesma linha, os agrotóxicos também poderão ser denominados de “produtos de controle ambiental” quando forem aplicados em florestas nativas ou de outros ecossistemas, assim como em ambientes híbridos. Nesse caso, o registro estará a cargo do Ibama. (AGÊNCIA DO SENADO, 2022).

O PL em questão foi aprovado pela Câmara dos deputados ainda no governo Bolsonaro e quase entrou em votação no Senado, o adiamento se deu por pressão da sociedade civil, segundo Adriana Amâncio numa reportagem ao oeco.org.br. A entrevistada Suzana Prizendt, acredita que esse PL pode sim ser aprovado pelo Senado, então para ela é necessário um envolvimento maior da sociedade civil para que esse PL seja levado à votação em outras comissões como esperança para que ele não entre em vigor.

A integrante da Campanha Nacional de Combate aos Agrotóxicos, Suzana Prizendt considera a conjuntura do Senado, após renovação parcial da Eleições 2022, desfavorável. “Tem alguns senadores novos, mesmo assim, nessa renovação, ainda teve uma forte presença da ultradireita. O caminho é o enfrentamento político, mobilizar a sociedade, os parlamentares, que a gente tem contato, acionar as organizações não-governamentais, fazer denúncia, inclusive internacional, pois a gente sabe que tem um olho internacional forte para o Brasil”, considera. (AMÂNCIO, 2023).

A matéria também revela a grande quantidade de agrotóxicos que foram liberados só durante o governo Bolsonaro, 2.182 tipos novos de agrotóxicos, quase 2 novos agrotóxicos por

dia, Suzana Prizendt afirma que o Brasil tinha uma média de 50 a 100 agrotóxicos aprovados por ano, o que já era muito. Segundo ela, tanta aprovação em tão pouco tempo não permite que o Ibama e a Anvisa façam análises de qualidade nos novos produtos.

“No governo Bolsonaro, nós não tivemos nenhum problema novo na nossa agricultura, mas nós temos 2 mil e poucos novos agrotóxicos, que são apresentados como modernos, mas, na verdade, são Franksteins, que estão sendo reeditados e vendidos como novos”, observa o ex-representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Comissão Técnica de Biossegurança, Leonardo Melgarejo. (AMÂNCIO, 2023).

Essa fala prova que especialistas são contra tamanha gama de novos agrotóxicos e que esses “novos” não são tão novos assim, estão mais para uma repaginação do que já existe. A própria tecnologia não tem como fazer produtos tão inovadores em tão pouco tempo, pesquisa de qualidade demanda tempo, tanto de estudo técnico quanto de experimento, ainda mais quando se trata da saúde humana e do meio ambiente, pressa e rapidez não são consideradas qualidades.

Segundo a matéria que entrevistou Leonardo Malgarejo e o professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Murilo Mendonça, muitos agrotóxicos não são mais aceitos na Europa e na China - que por vezes é o país de origem da própria fabricante - assim os vendedores desses produtos vão em busca de países que não se preocupem muito com a saúde da população e ambiental, e acabaram encontrando no Brasil um consumidor, em especial durante o governo de Bolsonaro. A professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Sônia Corina Hess, ainda complementa:

“O que me deixa muito nervosa e chateada é que a gente está usando lixo dos outros. Se o troço tá banido na União Europeia, porque que a gente tem que usar aqui? A Atrazina, proibida na União Europeia em 2004, em 2005, foram comercializadas 33 mil toneladas em um ano no Brasil. Aí fala em modernizar, modernizar o quê, com coisa velha! É porque nós somos sub, né!” (AMÂNCIO, 2023).

A franqueza que essa declaração tem revela nossa vulnerabilidade quando o assunto é priorizar a economia em detrimento da saúde pública. O país que já possui diversos agrotóxicos aprovados e que não apresenta nenhuma dificuldade grave na questão agrícola sobre produtividade não precisa de mais agrotóxicos, já temos muito mais do que seria necessário para manter as pragas afastadas das plantações, e a aprovação de mais deles compromete em maior proporção a saúde de quem manuseia o químico, quem está na mesma fazenda, quem está ao redor e também o consumidor final. Embora a consciência da nocividade desses produtos seja pouco difundida e compreendida na sua complexidade, grupos da sociedade civil se organizam e vão às ruas (figura 9) para dar visibilidade à causa e tentar impedir que esse PL entre em vigor, o que prejudicaria ainda mais o que já está muito prejudicado.

Figura 9: Protesto contra o PL do veneno



Fonte: Mídia Ninja, tirado do site brasildefato.com.br.

A esperança desses manifestantes é fazer com que o PL necessite da aprovação de algumas comissões, o que atrasa o processo e busca o cancelamento do PL. Seriam elas: Comissão de Assuntos Sociais (CAS); Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e Comissão de Meio Ambiente (CMA). O PL em questão já foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Contudo, segundo matéria de Cristiane Sampaio - publicada pelo Brasil de Fato - “lideranças ruralistas estariam se articulando para agilizar a votação em plenário.”

Enquanto a maioria dos países busca colocar limites e regras sobre as aprovações e usos dos agrotóxicos, como consta na matéria de Cristiane Sampaio, no intuito de aprovar o que será realmente necessário, e nada mais, pois é comprovado por cientistas os prejuízos causados à saúde pelos agrotóxicos. O Brasil parece andar na contramão do mundo, querendo aprovar mais e mais agrotóxicos, reduzindo os critérios legais, os tempos de pesquisa e ignorando os reclamos da sociedade civil.

A entrevistada e militante Juliana Acosta, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, acredita numa alternativa a esse PL do veneno e que deverá partir do novo governo Lula, já que este assumiu compromissos com a pauta do meio ambiente. Ela afirma que não se opõe a mudanças na legislação sobre os agrotóxicos, desde que elas tenham como objetivo priorizar a saúde e o meio ambiente, complementa que esse texto do PL é

impraticável, não dá para negociar com ele. Esse PL na sua visão é ruim para a sociedade, para o meio ambiente, para o governo e para o agronegócio também.

Uma parlamentar muito interessada na aprovação desse PL é a senadora Tereza Cristina (PP) que foi Ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, ela defende que o projeto modernizará a Lei dos Agrotóxicos, como aponta uma reportagem do G1 escrita por Sara Resende e Elisa Clavery. Contudo parece que quem substituiu Tereza Cristina no ministério - Carlos Fávaro - também concorda que o PL será um avanço. E na visão da senadora, a escolha do presidente por Fávaro aponta como um gesto positivo para a aprovação do PL.

Atualmente para um agrotóxico ser autorizado no Brasil precisa passar e ser aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério da Agricultura. A proposta do PL 6.299 atual 1.459/2022 é que a responsabilidade de aprovação do agrotóxico seja apenas do Ministério da Agricultura. Os defensores do projeto acreditam que isso irá agilizar o processo já que alguns pedidos esperam até 8 anos para serem avaliados. Já os críticos do PL afirmam que a alteração enfraquece a fiscalização, sendo assim, serão aprovados mais agrotóxicos do que o necessário, o que prejudicará muito a saúde e o meio ambiente.

Outros pontos que o texto propõe são: em alguns casos os agrotóxicos não precisam de registro, “A regra valerá para produtos biológicos produzidos por pessoa física ou jurídica para uso em lavouras próprias” (Sara Resende e Elisa Clavery, 2023). E ainda há a brecha para a obtenção de um registro temporário que seria expedido pelo Ministério da Agricultura “desde que as substâncias sejam vendidas em pelo menos três países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).” (SARA RESENDE E ELISA CLAVERY, 2023).

Acredito ser interessante trazer aqui algumas informações a respeito do político e empresário Blairo Maggi, o parlamentar que apresentou o PL em questão. Segundo o site da Forbes, matéria escrita por Lurdete Ertel, Blairo Maggi é filho de um agricultor pioneiro no plantio de soja no cerrado mato grossense - André Maggi - que fundou a Sementes Maggi o que foi transformado posteriormente em Grupo Maggi, que é um dos maiores produtores de soja do mundo, “os Maggi chegaram a ser líderes mundiais na produção de soja no início dos anos 1990 e 2000, o que rendeu a Blairo o epíteto de ‘rei da soja’.” (LURDETE ERTEL, 2017).

É agrônomo de formação, foi eleito governador do Mato Grosso pelo PPS, vencendo em primeiro turno, com 51% dos votos, foi reeleito em 2006 com 63% dos votos e migrou para

o partido PR. Blairo teve como opositores os ambientalistas, entretanto realizou algumas medidas a favor do meio ambiente para melhorar sua imagem, sua empresa acompanhou a mudança de postura. Foi eleito senador em 2010 e Ministro da Agricultura do governo de Michel Temer (12 de maio de 2016 a 1º de janeiro de 2019).

Passamos agora para o último PL a ser analisado neste trabalho, é também um dos mais discutidos nos últimos anos devido ao seu grau de importância e por ter contado com grande indignação da sociedade civil. Trata-se do **PL 490/2007**, também conhecido como PL 2.903/2023, o PL do marco temporal. O autor do PL 490/2007 é o deputado Homero Pereira - PR/MT, segundo o site da câmara.

Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

A tese surgiu em 2009, em parecer da Advocacia-Geral da União sobre a demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima, quando esse critério foi usado.

Em 2003, foi criada a Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, mas uma parte dela, ocupada pelos indígenas Xokleng e disputada por agricultores, está sendo requerida pelo governo de Santa Catarina no Supremo Tribunal Federal (STF).

O argumento é que essa área, de aproximadamente 80 mil m², não estava ocupada em 5 de outubro de 1988.

Os Xokleng, por sua vez, argumentam que a terra estava desocupada na ocasião porque eles haviam sido expulsos de lá.

A decisão sobre o caso de Santa Catarina firmará o entendimento do STF para a validade ou não do marco temporal em todo o País, afetando mais de 80 casos semelhantes e mais de 300 processos de demarcação de terras indígenas que estão pendentes. (CAMARA.LEG.BR, 2023).

Essa citação é uma introdução e definição sobre o que está sendo discutido e o porquê tal discussão veio à tona. O site da câmara segue apontando os argumentos a favor do marco temporal e os contrários. O site traz dos dois lados opinantes ministros do STF, o primeiro o ministro Nunes Marques que se posicionou pró PL e o ministro Edson Fachin, que é adverso ao PL. Após a citação segue a figura 10 que foi uma foto tirada na terra dos Xokleng que reivindica a demarcação.

Em 2021, o ministro do STF Nunes Marques votou a favor do marco temporal, no caso de Santa Catarina, afirmando que, sem esse prazo, haveria “expansão ilimitada” para áreas “já incorporadas ao mercado imobiliário” no País.

O ministro avaliou ainda que, sem o marco temporal, a “soberania e independência nacional” estariam em risco.

Ele destacou que é preciso considerar o marco temporal em nome da segurança jurídica nacional. “Uma teoria que defenda os limites das terras a um processo permanente de recuperação de posse em razão de um esbulho ancestral naturalmente abre espaço para conflitos de toda a ordem, sem que haja horizonte de pacificação”, disse. [Esbulho é a perda de uma terra invadida.]

Segundo Marques, a posse tradicional não deve ser confundida com posse imemorial. Marques

citou que a Constituição deu prazo de cinco anos para que a União efetuassem a demarcação das terras. Para ele, essa norma demonstra a intenção de estabelecer um marco temporal preciso para definir as áreas indígenas.

O ministro também entende que a ampliação da terra indígena de Santa Catarina requerida pela Funai é indevida, por se sobrepor a uma área de proteção ambiental. [...]

Representantes dos povos indígenas afirmam que o marco temporal ameaça a sobrevivência de muitas comunidades indígenas e de florestas.

Afirmam também que trará o caos jurídico ao País e muitos conflitos em áreas já pacificadas, por provocar a revisão de reservas já demarcadas.

O ministro Edson Fachin é o relator do caso e foi o primeiro a votar. Ele foi contrário ao marco temporal.

Para ele, a proteção constitucional aos direitos originários sobre as terras que os indígenas tradicionalmente ocupam independe da existência de um marco temporal e da configuração de renitente esbulho.

O ministro também afirmou que a Constituição reconhece que o direito dos povos indígenas sobre suas terras de ocupação tradicional é um direito originário, ou seja, anterior à própria formação do Estado.

Fachin salientou que o procedimento demarcatório realizado pelo Estado não cria as terras indígenas – ele apenas as reconhece, já que a demarcação é um ato meramente declaratório. (CAMARA.LEG.BR, 2023).

Figura 10: Indígenas Xokleng pedem demarcação do território



Fonte: camara.leg.br, 2023. Indígenas Xokleng pedem demarcação do território, em 2000.

O PL 490/2007 foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 30/05/2023, passando então para ser votado no Senado Federal onde tramitará como PL 2.903/2023. No Senado, diferente de como ocorreu na Câmara, o processo não tramitará em caráter de urgência, respeitando o regime da casa, afirmou o presidente Rodrigo Pacheco. Conforme o site do

Senado, e como já era de se esperar, alguns senadores consideram o PL um “retrocesso” e têm a esperança de que o PL seja já barrado no Supremo Tribunal Federal (STF) e não entre em votação no Senado. Outros senadores veem o PL como uma “segurança jurídica” para o país e até acreditam que trará “paz no campo”.

A proposta do PL tem mais alterações do que apenas o que envolve a ocupação de terras anteriores ao 5 de outubro de 1988. Conta ainda com ações a respeito do usufruto das terras, o projeto busca sobrepor questões de política de defesa e soberania nacional aos direitos indígenas sob suas terras demarcadas e isso sem a necessidade de consultar os respectivos indígenas e nem a Funai. As tais questões de política de defesa e soberania nacional seriam: a construção de rodovias, exploração de energia elétrica e cuidados das riquezas estratégicas.

As operações das Forças Armadas e da Polícia Federal em área indígena também não dependerão igualmente de consulta às comunidades ou à Funai. Já o poder público poderá instalar em terras indígenas equipamentos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos, especialmente os de saúde e educação. (AGÊNCIA SENADO, 2023)

De acordo com o texto disponível no site do Senado, indica-se também a necessidade da participação dos estados, municípios, comunidades interessadas, produtores agropecuários e os indígenas para a demarcação de terras indígenas, em todas as etapas do processo. Também será possível que os indígenas ou pessoas contratadas exerçam atividades econômicas nas terras demarcadas, o critério usado é que toda a comunidade seja beneficiada e tenha acordado com o contrato, e claro, que a terra permaneça sob a posse indígena. Esse contrato deverá ter registro na Funai.

Um estudo realizado por especialistas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) relata uma destruição catastrófica da mata nativa na Amazônia Legal, Cerrado e Pantanal, caso o PL 2.903/2023 seja aprovado. Os dados apontam para “23 milhões de hectares e 55 milhões de hectares de áreas nativas sejam desmatados e possam desaparecer, resultando na emissão de 7,6 a 18,7 bilhões de toneladas de CO₂”, o que corresponde a 5 e 14 anos das emissões produzidas no Brasil, “ou a 90 e 200 anos de emissões dos processos industriais, respectivamente.” (IPAM.OGR.BR, 2023).

O site do Ipam ainda afirma que o PL é inconstitucional e prejudica por completo o objetivo do Brasil de desmatamento zero e de reduzir as emissões de carbono, isso afeta negativamente o equilíbrio climático da região. Realça ainda que ir nessa direção nos levará para mais perto do “ponto sem retorno” e que iniciativas como essas colocam em risco a segurança nacional.

Os pesquisadores levantaram dois cenários para as terras indígenas existentes: I. grave, com previsão de desmatamento futuro de 20% nas terras indígenas na Amazônia e de 50% para Cerrado e Pantanal; e II. muito grave, com desmatamento de 50% nas terras indígenas da Amazônia e de 70% para Cerrado e Pantanal.

O avanço da destruição da vegetação nativa, previsto pelo estudo, trará implicações para o regime de chuvas na região, com consequentes alterações nas condições climáticas em todo o país. Os impactos na agricultura, pecuária e geração de energia poderão ser particularmente relevantes. Efeitos das mudanças climáticas em curso já afetam a produção em 28% das áreas agrícolas de soja e milho no centro-oeste brasileiro. Sem adaptação, a porcentagem de agricultura fora do ideal climático no Brasil pode chegar a 50% na próxima década e a 70% em trinta anos. (IPAM.OGR.BR, 2023).

Contribuíram para a matéria: Paulo Moutinho, pesquisador sênior do IPAM e coordenador do estudo e Martha Fellows, coordenadora do núcleo de estudos indígenas do IPAM. O estudo ainda propõe medidas a serem adotadas pelo Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal para garantir os direitos indígenas, são elas: Acabar com qualquer tentativa de diminuir ou subtrair direitos originários; prosseguir com o processo de demarcação e garantir uso adequado para as Florestas Públicas não destinadas; cessar atividades ilegais nos territórios indígenas; fortalecer a Funai e o Ministério dos Povos Indígenas; promover mais pesquisas.

Segundo uma matéria do Jornal da Unesp, a professora doutora Helena Salim de Castro “sinaliza que o PL 490 ignora toda a história de colonização e de violência do Brasil. E que o modo de vida de alguns grupos desses povos indígenas é visto como atrasado, suas crenças como inferiores e seus corpos como descartáveis.”

“Recentemente, acompanhamos um conjunto de denúncias e de relatos sobre violações sexuais contra mulheres indígenas do povo Yanomami. Essas denúncias refletem um pouco o modo como esses grupos são vistos de forma geral pela sociedade. Nesse sentido, o projeto representa um passo no histórico processo de invisibilização de povos indígenas e de imposição de uma visão de mundo e de projeto de desenvolvimento que é levado pelo sujeito branco ocidental que busca com esse projeto a exploração dos recursos naturais e também se sustenta em um entendimento de que a natureza está a serviço dos homens, para ser explorada e mercantilizada”, diz. (CASTRO, 2023)

Com base no que foi exposto até agora vimos que não há nenhuma entidade ou pessoa representante dos indígenas que ache o PL bom ou razoável, é unânime, todas as autoridades e cientistas voltados para a causa indígena concordam que a aprovação desse texto só pioraria a vida dos indígenas no Brasil. Esse PL é um bom exemplo do desmonte das políticas públicas que os indígenas conquistaram até agora, o texto chega a ser tão cruel que busca até retirar direitos já garantidos.

Vale ressaltar que os argumentos a favor dos direitos indígenas sob seus territórios são acompanhados não só da importância que isso tem para a preservação da vida e da cultura indígena, mas também o benefício que essas terras preservadas trazem para o planeta, que tem sofrido muito com a perda de vegetação nativa. Logo, demarcar terras para os povos originários

traz vantagem para todos, essa garantia de direito é tão importante que beneficia não só um grupo, mas todos os humanos que dependem de um planeta saudável para viver bem.

Dentre os protestos mais significativos estão o que ocorreu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo que contou com a presença de Daniela Mercury, Zélia Duncan, lideranças indígenas e sindicalistas (figura 11). O ator Leonardo DiCaprio usou seu perfil no Twitter para se manifestar contra o PL, divulgando uma petição feita pela deputada Célia Xakriabá (figura 12).

Figura 11: Protesto em São Paulo contra o marco temporal



Fonte: Fábio Vieira, retirado do site metropoles.com.

Figura 12: Leonardo DiCaprio divulga uma petição feita pela deputada Célia Xakriabá



Fonte: Retirado do site poder360.com.br

Em 2021, num momento mais controlado da pandemia do Covid-19, devido a vacinação em massa, Bolsonaro comemora o fato de que no seu governo nenhuma terra indígena ou quilombola foi demarcada, que nenhuma área de proteção ambiental foi criada e que nenhum parque nacional foi ampliado. Essa fala ocorreu numa cerimônia no interior de São Paulo.

O então presidente ainda citou o PL do marco temporal, na sua opinião caso ele seja aprovado traria como resultado a insegurança alimentar, reforçando o discurso de que o agronegócio garante a nutrição da população, que sabemos é apenas uma jogada dos ruralistas para que a sociedade os apoie. Já que o que eles plantam reduz a diversidade de espécies alimentares, pois é monocultura e é destinado para o público externo.

“O STF decide um processo conhecido como novo marco temporal, caso isso venha ser aprovado, uma outra área correspondente ao sudeste também será demarcada como terra indígena. Isso é o fim do agronegócio no Brasil. Isso é a certeza de que nós poderemos não ter mais a garantia alimentar”, declarou o presidente. (VERENICZ, CARTACAPITAL.COM.BR, 2021).

Essa fala demonstra o posicionamento de Bolsonaro favorável às pautas ruralistas e seus PL, e

contra as causas indígenas e da floresta, o ex-presidente durante sua campanha e todo o seu mandato se manteve do lado dos empresários do agronegócio. O apoio político dos ruralistas ao governo Bolsonaro foi constante, os fazendeiros muito se agradaram dos ministros Teresa Cristina e Ricardo Sales (ministros da agricultura e meio ambiente, respectivamente).

CAPÍTULO 3 - ATORES FINANCEIROS E POLÍTICOS RELEVANTES DA IDEOLOGIA DO BRASIL CELEIRO DO MUNDO - O APOGEU NA ERA BOLSONARO

Como visto anteriormente, o Agro foi favorecido pelos governos atuantes desde a inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, contudo essa pesquisa se propõe a destacar como o governo Bolsonaro, em particular, agradou aos empresários ligados ao Agro. Está exposto nesse capítulo as falas de Bolsonaro durante a sua campanha, onde ele faz afirmações convictas e claras sobre suas intenções quando eleito, suas declarações não deixam dúvidas.

Essas falas de Bolsonaro combatem um “inimigo” em comum dos empresários do Agro, que são os povos tradicionais, que possuem terras garantidas por lei e os que reivindicam a posse legal de suas terras. Tem também a legislação ambiental e sua fiscalização, realizada por órgãos como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que também são vistos pelo agronegócio como empecilhos aos seus negócios, devido ao controle do uso da terra, do uso de agrotóxicos e a exigência da preservação ambiental mesma em áreas particulares.

Assim sendo, declarações sobre desfazer reservas indígenas e ambientais, armar fazendeiros, dentre outras, agradaram o público do Agro; o que surpreende é que os eleitores de Bolsonaro que o elegeram por outros motivos como – ser a favor da família tradicional, ser religioso ou ter sido militar – não se incomodaram com as falas (que estão mais no tom de ameaças) contra os povos tradicionais e o meio ambiente, o que comprova que a pauta ambiental e dos povos originários é tida para a população brasileira como um assunto de pouca importância, secundário.

Ou ainda pior que ser visto como assunto secundário é ser considerado algo a ser combatido, afinal ainda paira sobre o senso comum que indígena é preguiçoso, não quer trabalhar e ainda atrapalha a vida de quem quer trabalhar, pois vive numa terra demarcada “improdutiva”, sem gerar lucro para o país, o indígena, assim como a floresta em pé são símbolos do atraso econômico do Brasil.

Essa visão preconceituosa e rasa é fomentada pelos empresários do Agro, que buscaram se beneficiar com a eleição de Bolsonaro, essa forma tão clara nas falas, sem medo de ofender

alguém ou de ser impedido de continuar a campanha e posteriormente o mandato, fez com que o Agro confiasse nas promessas e no pulso firme do candidato.

3.1 FINANCIADORES DA BANCADA RURALISTA

De acordo com Arroyo, o principal financiador abertamente declarado da Frente Parlamentar da Agropecuária é o Instituto Pensar Agropecuária (IPA). E o site do IPA confirma a afirmação, contudo o IPA usa outras palavras para definir seu relacionamento com a FPA, como: “prestar assessoria” e “acordo de cooperação técnica”. Segundo seu próprio site - o IPA - tem por objetivo “garantir o respaldo técnico e das ações específicas que tramitam no Congresso Nacional” e também fazem parte de seus objetivos: transparência, alcance social e compreensão da sociedade. O IPA é composto por 48 entidades ligadas ao agronegócio que além de montarem agendas devem fazer o diálogo entre os produtores rurais e os parlamentares comprometidos com a causa. Conforme vimos em Nico Poulantzas (2018), a Luta em torno do estado apresenta questões amplas de disputas de poder ao mesmo tempo que assentam sobre a perspectiva de desenvolvimento.

Que o IPA financie a FPA, tudo bem isso já era sabido e legalizado, mas de onde vem o dinheiro do IPA? Segundo Arroyo, vem de multinacionais, grandes empresas brasileiras do agronegócio e bancos. O site *de olho nos ruralistas* fez um levantamento sobre quais seriam essas empresas e apurou que “parte 22 das 50 maiores companhias do agronegócio no Brasil, de acordo com a revista Forbes. Bayer, Basf, BRF, JBS, Syngenta, Bunge e Cargill são algumas delas.” (Arroyo, 2019). O site preparou uma arte com nomes e logos das empresas, associações e bancos que estão envolvidos com o financiamento da FPA. Esse levantamento fica clara a tendência da elite empresarial vinculada ao Agronegócio que sustenta constrição do Brasil no Sistema Mundo (Wallerstein, Porto Gonçalves etc...) (Figura 13).

Figura 13: Quem financia da bancada ruralista

Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)



União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica)



Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo)



Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass)



QUEM FINANCIA A BANCADA RURALISTA?

IPA recebe ao menos R\$ 760 mil* por mês

Recursos para a Frente Parlamentar da Agropecuária saem do Instituto Pensar Agro, financiado por 38 associações do agronegócio; conheça as principais empresas que bancam 12 dessas associações.

Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações)



Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan)



Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)



Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg)



Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)



Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)



Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)



Viva Lácteos



*Projeção considerando que cada uma das 38 associações mantenedoras doa pelo menos R\$ 20 mil por mês.

Fonte: Instituto Pensar Agropecuária e sites das associações / De Olho nos Ruralistas

Com tantos patrocinadores de peso a FPA seguirá angariando seguidores e elegendo

cada vez mais parlamentares defensores da sua causa. Fazer oposição à FPA é um desafio gigante, ela já soma a maior parte dos parlamentares do país, possui aliados e patrocinadores que ocupam diversas esferas de poder nacional e internacional. Arroyo ainda lembra que os votos dos membros da bancada ruralista foram fundamentais para a execução do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. E que setores do Agro - envolvidos com a FPA - financiaram a campanha de Bolsonaro, em 2018.

Conforme a matéria são as empresas que financiam indiretamente a FPA, o site não conseguiu identificar 26 das 38 associações que fazem parte do IPA. Ainda afirma Arroyo, que membros do IPA e da FPA costumam se reunir uma vez por semana, num almoço, para discutir suas pautas, essas reuniões são feitas a portas fechadas, sendo permitido à imprensa ficar no saguão.

Outra matéria do *de olho nos ruralistas* - feita por Ramos - traz dados sobre os faturamentos obtidos por empresas que apoiam o IPA. De acordo com a matéria 47 das 100 empresas do Agronegócio brasileiro financiam o IPA, dado trazido pela Forbes, e elas juntas somam aproximadamente R\$1,47 trilhão, esse valor é referente apenas ao Brasil, não conta com valores obtidos em outro país, e também não foram contabilizados os bancos, que conforme a matéria constam como financiadores ocultos do IPA.

A financiadora mais rica é a JBS, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, que obteve uma receita recorde em 2020 de R\$270,2 bilhões. A JBS também é patrocinadora da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), que por sua vez é mantenedora do IPA. Seguida da Raízen com R\$120,6 bi; Cosan R\$68,6 bi; Marfrig R\$67,5 bi; Cargill R\$67,2 bi; Ambev R\$58,4 bi; Bunge R\$50,5 bi; Copersucar R\$38,7 bi; BRF R\$33,5 bi e Cofco R\$33,22 bi, (Ramos, 2022). O ranking das financiadoras do IPA ainda conta com: Suzano, Amaggi, Aurora, Bayer, Frimesa, Itambé, dentre outras.

A Forbes considera em sua lista apenas as empresas com faturamento no Brasil superior a R\$1 bilhão. A pesquisa se baseia no grau de atuação de cada uma ou no grupo do agronegócio brasileiro, mesmo que sua atividade principal não tenha relação direta com a produção agropecuária nacional. A Ambev, por exemplo, uma das líderes do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), recém-filiado ao IPA, produz cevada no Paraná e no Rio Grande do Sul. (RAMOS, 2022).

A crise que se agravou com a chegada da pandemia do covid-19 não abalou os negócios do Agro brasileiro, pelo contrário, este teve um aumento recorde de 24,31% quando comparados do ano de 2019 para 2020, e para 2021 obteve mais um crescimento, dessa vez menor, foi de 8,36%, (Ramos, 2022). O sucesso do Agro foi noticiado pela mídia com o slogan “o agro não

para” e chegou até virar refrão de música, segundo Ramos.

O que mostra o alinhamento do Agro com as ideias do ex-presidente Bolsonaro, que era contra manter os trabalhadores em casa (para evitar a proliferação do vírus, medida recomendada pela Organização Mundial da Saúde) para ele era necessário que continuassem indo às ruas para que a economia não fosse gravemente prejudicada.

Bolsonaro não conseguiu manter as pessoas nas ruas, o *lockdown* foi realizado, mas mesmo assim o Agro se posicionou, afirmando que ele não pararia, afinal “todos precisam dele para se alimentar” e não seria possível um isolamento social se o Agro parasse de produzir. De alguma forma a propaganda do Agro nesse período queria levar alguma vantagem, sair como herói, pois a família dos agricultores estaria se sacrificando para que parte da população (urbana) pudesse se dar ao luxo de se manter segura em casa.

3.2 GOVERNO BOLSONARO E O AGRONEGÓCIO - ideologias geográficas do agro nos discursos do ex-presidente.

A presente parte da dissertação é produzida por uma pesquisa exploratória sobre discursos e falas do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que trata de representações de ideologias geográficas relacionadas ao Agronegócio.

Jair Bolsonaro, nascido e criado no interior de São Paulo, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar primeiro em Resende e depois na capital do estado. Não vem de família ligada ao agronegócio e nem a agricultura familiar, seu pai trabalhava como dentista, embora não tivesse formação acadêmica, foi indiciado por exercício ilegal da profissão, contudo foi absolvido. A família não desfrutava de recursos, eram “pobrezinhos”, conforme consta na matéria.

Assim, sendo descendente nem de agricultores e nem de militares, Bolsonaro ingressa na carreira militar, acaba tendo uns percalços dentro do quartel e passa para a vida política ainda jovem, sendo eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro com 33 anos, em 1988. Com o palco que a vida política lhe deu, Bolsonaro o usou desde o princípio para divulgar suas convicções, dentre elas estão a defesa da ditadura militar (1964-1985) e seu desprezo pelos indígenas e seus direitos.

A revista Survival fez um apanhado de falas de Bolsonaro a respeito dos indígenas que serão aqui analisadas com o objetivo de evidenciar a aversão do ex presidente pelos povos

originários: “Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios’ Correio Braziliense, 12 abril 1998”. Essa forte declaração de Bolsonaro prova que ele lamenta que não tenha ocorrido um genocídio maior do que o que foi feito aqui no Brasil, ou seja, ele deixa claro que é contra a existência indígena no Brasil. Acredito que seria justo no mínimo que ele perdesse seu mandato por tamanha gravidade do pronunciamento, mas não o perdeu e infelizmente outros indivíduos concordam com essa fala assassina e passaram a se afeiçoar pelo ex capitão.

“Índio não fala nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado, tem que ser integrado à sociedade, não criado em zoológicos milionários.’ Midiamax, 22 de abril de 2015”. Mais uma fala preconceituosa, que defende o êxodo indígena para as cidades a fim de que possam então ser adaptados/integrados à cultura homogênea, ganhar dinheiro e deixar de ser “pobre coitado”. O termo “zoológicos milionários” se refere à Amazônia em especial, rica em minérios, apontando assim o interesse do deputado em viabilizar a retirada dos indígenas de suas terras (empecilho principal) e explorar o potencial econômico do local.

“essa política unilateral de demarcar a terra indígena por parte do Executivo vai deixar de existir, a reserva que eu puder diminuir o tamanho dela eu farei isso aí. É uma briga muito grande que você vai brigar com a ONU”. Vídeo pelo Correio do Estado, 10 junho 2016”. (SURVIVELBRASIL.ORG).

Essa afirmação já demonstra que o então deputado estava já em campanha, almejando o cargo mais alto do poder executivo do país. Ele reconhece o interesse de órgãos internacionais importantes como a ONU na preservação da floresta em pé e com os indígenas presentes nela e reconhece que “brigar com a ONU” não será uma tarefa fácil. “Briga” essa, que ele pretendia começar, para reduzir direitos já garantidos pelos indígenas, se colocando não só numa posição contra os indígenas, mas pior que isso, promotor do desmonte político dos seus direitos já consolidados.

“Em 2019 vamos desmarcar [a reserva indígena] Raposa Serra do Sol. Vamos dar fuzil e armas a todos os fazendeiros’ No Congresso, publicado em 21 janeiro 2016” (SURVIVELBRASIL.ORG). Mais uma fala repugnante sobre o tratamento que Bolsonaro queria dar aos indígenas, desumano e cruel, indefensável. Contudo o que cabe analisar é que os tais “fazendeiros” gostaram dessa fala e possivelmente votaram nele, nada obstante não foram só os votos dos fazendeiros e seus afins que deram a Bolsonaro o feito de ser eleito presidente. Logo, boa parte da população brasileira votou nele ou porque concordava com declarações como essas ou por outro motivo, que não a respeito dos indígenas, mas esses eleitores não se opuseram a esse tratamento assassino que o candidato Bolsonaro prometia aos povos

originários.

Os fazendeiros, ligados ao agronegócio extensivo e exportador, se não tinham um político favorito, passaram a ter, afinal essas falas se alinhavam muito com seus interesses particulares. O fato de um concorrente ao executivo que fosse contrário às políticas indígenas e por conseguinte ambientais e explicitamente favorável a armas, para que eles pudessem acabar com qualquer forma de resistência indígena, além de proporcionar mais terras a eles, era um candidato ideal.

Outros posicionamentos de Bolsonaro atraíram demais eleitores, a bancada ruralista já estava garantida, mas o que nos interessa é que o grande público que o elegeu não se importou com essas declarações assassinas, o que revela a falta de importância que a maior parte dos brasileiros dá aos povos originários e a floresta em pé. Propagandas difundem o que Bolsonaro afirmava, que o indígena - bem como a floresta - são signos do atraso econômico e da pobreza. A fama que caiu sobre os indígenas é que eles não querem trabalhar e nem deixar os outros trabalharem, afinal eles detêm uma parcela razoável de terras férteis e não as utilizam como os fazendeiros, deixando assim as terras improdutivas, sem geração de riqueza. Infelizmente essa má fama dos indígenas é antiga e penetrou no senso comum.

“Eu já briguei com o Jarbas Passarinho [ex-Ministro da Justiça] aqui dentro. Briguei em um crime de lesa-Pátria que ele cometeu ao demarcar a reserva Ianomâmi. Criminoso.” Entrevista com Marcelo Godoy, 2 Abril 2017

“Pode ter certeza que se eu chegar lá (Presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.” Estadão, 3 Abril 2017

“Se eu assumir [a Presidência do Brasil] não terá mais um centímetro para terra indígena” Dourados, Mato Grosso do Sul, 8 Fevereiro 2018

“Se eleito eu vou dar uma foçada na FUNAI, mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho. Não serve mais.” Espírito Santo, 1 Agosto 2018, mencionado no site Indigenistas Associados.

Ele posteriormente se corrigiu, e afirmou que quis dizer “nem um milímetro” em entrevista com Globo News, 3 Agosto 2018 (01:23:30).

“Com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós.” UOL Notícias, 23 Janeiro, 2020. (SURVIVELBRASIL.ORG).

Como é possível observar, Bolsonaro se orgulha de ser veementemente contrário à demarcação de terras, considera isso uma qualidade sua em defesa dos interesses do país. Reafirma diversas vezes que no seu governo os indígenas não terão mais direito a demarcação de terras e ameaça as que já foram demarcadas, faz também ameaças as ONG, que são aliadas da causa indígena e que defendem a floresta em pé, ou seja, ele cerca as pautas indígenas e seus partidários de todos os lados, com o objetivo de enfraquecer de todas as formas a luta dos

povos tradicionais por seus territórios e ainda ameaça a vida dessas pessoas, dando a entender que no seu governo ou elas se mudam para as cidades e se adaptam ao modo de vida urbano ou serão mortas.

Outro ponto que deve ser considerado é como Bolsonaro, que participava a pouca, da instituição democrática que é a Câmara, eleito por anos a permanecer na mesma, tem esse tipo de fala durante uma campanha eleitoral democrática a presidência, não se envergonha de tais discursos de ódio e nem é minimamente advertido por elas. O que revela uma impunidade e até uma admiração aos crimes de ódio nesse país, isso envergonha e expõe a fragilidade do nosso discurso político, das nossas instituições democráticas e órgãos de fiscalização, além de evidenciar que a barbárie está por um limite muito fino prestes a se sobrepor a civilização e seus valores.

3.3 DEPUTADOS E REPRESENTANTES SIGNIFICATIVOS DA IDEOLOGIA DO AGRO NO GOVERNO BOLSONARO.

Outro ponto que suscitou a afeição dos empresários do agronegócio por Bolsonaro foi a escolha dos ministros que comandaram as pastas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - Tereza Cristina e a do Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Ricardo Salles. Eles não só prometeram uma gestão voltada para os interesses do Agro, como cumpriram. Salles foi tão afoito a cumprir com o prometido que foi necessário que deixasse o cargo tamanho escândalo que ele se envolveu e pressão, até internacional, para que deixasse o cargo.

A ex-ministra e atual senadora **Tereza Cristina** possui um site e é a partir dele que foram tiradas as informações a seguir. Ela é natural de Campo Grande (MS), é bisneta e neta de políticos que possuíam terras e eram ligados ao agronegócio. É formada em Engenharia Agrônômica e foi trabalhar em São Paulo. Na década de 1990 voltou para seu estado natal e trabalhou como diretora da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), em 2007 assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo do estado Mato Grosso do Sul (Seprotur).

Em 2014 foi eleita deputada federal e já no seu primeiro mandato presidiu a Frente Parlamentar da Agropecuária, ou seja, a bancada ruralista. Em 2018 foi escolhida pelo então presidente para o cargo de Ministra da Agricultura, segundo informações do seu próprio site,

durante sua gestão “o Plano Safra bateu seguidos recordes em crédito, alcançando R\$300 bilhões 22/23, sendo mais de R\$60 bilhões para os pequenos produtores, o maior volume de recursos da história.” Em 2022 foi eleita senadora, seu partido é o Progressista (PP).

De acordo reportagem do jornal O Globo, Tereza Cristina foi indicada para o cargo de ministra do meio ambiente pela FPA, ela e Bolsonaro não tinham um relacionamento político próximo, embora ela tenha declarado apoio a ele durante as eleições. Não ter ele próprio já um nome para indicar ao cargo revela que Bolsonaro não era tão próximo politicamente da bancada ruralista, e acatar a escolha da FPA mostra que ele estava disposto a fazer as vontades do grupo.

Conforme informado pelo site *de olho nos ruralistas* a ex ministra possui próximo a cidade de Campo Grande a fazenda cachoeirão 409,6737 hectares e um lote de 323,85 has; em Corumbá a senadora possui 788,80 has de terra; assim ela tem um total de mais de 1.522,33 has de propriedade.

Cristina é uma líder bastante combativa do agronegócio, pelo seu feito como deputada de ter conseguido a aprovação do PL 6.299 - conhecido também como PL do veneno - ganhou mais apoio e financiamento dos empresários do Agro, seu feito também lhe rendeu o apelido de “musa do veneno”, o PL estava parado na Câmara esperando votação há 16 anos (Camargos, 2018). A ex-deputada em momento comemorativo pela aprovação do PL disse que ganhou uma batalha, mas que ainda estava em guerra.

Ainda segundo a reportagem de Camargos, Cristina recebeu doações de 12 empresários do Agro, até setembro de 2018 ela já tinha arrecadado um total de R\$350 mil, dado do Tribunal Superior Eleitoral, parte desse valor era destinado à reeleição da deputada em 2018. Um dos seus investidores é Ismael Perina Júnior, que contribuiu com 15 mil reais, “presidente do Sindicato Rural de Jaboticabal e membro do conselho consultivo da Coplana, que vende agrotóxicos para seus cooperados em sete cidades do interior de São Paulo” (Camargos, 2018). A matéria ainda afirma que não é a primeira vez que a Coplana patrocina a campanha de Tereza Cristina. O financiador Perina Júnior disse que Cristina está alinhada com suas convicções e mais que isso, seu trabalho de promover uma atualização na legislação irá beneficiar a economia, a sociedade e o meio ambiente.

O maior contribuinte para a campanha de Cristina foi “Celso Grieseang, um dos proprietários da Sementes Tropical, com doação de R\$ 37,5 mil” (Camargos, 2018), essa empresa mantém negócios com a multinacional Syngenta, seus principais materiais comercializados são fungicidas. Outro patrocinador importante é o Luis Alberto Moraes Novaes

presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação Nacional da Agricultura e Agropecuária (CNA), além de membro do conselho de administração e ex-presidente da Fundação MS, do Mato Grosso do Sul, que contribuiu com 10 mil reais.

O PL 6.299 que angariou a Cristina apoiadores importantes também despertou protestos contrários à sua política, em especial da comunidade científica, mais de 20 manifestações foram contabilizadas pela reportagem, com destaque para o Instituto Nacional do Câncer, Fiocruz e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Em 2015 o Supremo Tribunal Federal tornou inconstitucional o financiamento de campanhas políticas feitas por empresas. Então o maior financiador da campanha de Tereza Cristina era seu partido o DEM, com R\$1,3 milhão e em segundo lugar ficou o Marcos Marinho Lutz, importante executivo, “diretor-presidente da Cosan e membro do Conselho de Administração da Raizen, gigante da fabricação de etanol e maior exportadora individual de açúcar no mercado internacional. Lutz doou R\$100 mil para a campanha de Tereza Cristina.” (Camargos, 2018). É evidente que quem pode fazer doações expressivas para campanhas políticas são pessoas ricas, muitas vezes empresários, contudo Cristina retém um apreço dos empresários ligados ao agronegócio e que sim, se beneficiam diretamente com as pautas sugeridas e aprovadas por ela.

Em nota, o executivo explica que o financiamento não tem relação com a atuação da deputada: “A doação para a campanha da deputada Tereza Cristina foi realizada em caráter pessoal, considerando que nossas famílias são amigas há mais de 50 anos e, também, que somos amigos de infância e fomos criados juntos”.

Executivos da Cosan estão generosos nesta campanha. Colega de Lutz, o presidente do conselho de administração da empresa, Rubens Ometto Silveira Mello, é o maior doador individual de todas as campanhas até o momento. Já desembolsou R\$6,63 milhões para 57 candidaturas, sendo que doou R\$50 mil para candidatura de Cristina.

“As doações eleitorais foram realizadas em caráter pessoal e seguem as regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e demais normas aplicáveis”, afirma Mello, em nota. (CAMARGOS, 2018).

Segue abaixo mais nomes importantes que investiram na reeleição da deputada. Todos nomes ligados ao agronegócio, monocultor, extensivo e que corriqueiramente são alvos de ataques da comunidade científica, acadêmicos, pessoas ligadas a preservação ambiental e das comunidades tradicionais; isso porque esses empresários buscam a ampliação de agrotóxicos, flexibilização das leis ambientais, redução da demarcação de terras, mais investimento do governo em suas produções e o lucro.

Outros financiadores da campanha à reeleição da deputada são: o vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SBR), Pedro de Camargo Neto, que doou R\$ 20 mil e o ex-presidente da SBR, Flávio Pascoa Teles de Menezes, com R\$ 50 mil; o ex presidente do Sindicato Rural de Campo

Novo do Parecis no Mato Grosso, Alex Nobuyoshi Utida, com doação de R\$ 12,5 mil e o empresário rural Cláudio Fernando Garcia de Souza, criador de gado Nelore em no Mato Grosso do Sul, com R\$ 10 mil.

Também doaram o produtor de soja, Walter Schlaterr (R\$20 mil) e o vice-presidente da Cooperativa dos Cotonicultores de Campo Verde (Cooperfibra), Gustavo Pinheiro Berto (R\$25 mil). O empresário rural Adolpho Mellao Cecchi colaborou com R\$20 mil. “Não existe deputada igual ela no Brasil. Ela deve incomodar muita gente, pois trabalha seriamente”, afirma Cecchi. (CAMARGOS, 2018).

Em 2014, quando ainda era permitido que empresas financiassem campanhas, Cristina recebeu 100 mil reais da Vetorial Siderurgia, essa empresa foi multada pelo Ibama devido a ocorrência de infrações ambientais, afirma Camargos em sua matéria. Desde que ingressou na política em 2014, a deputada teve seu patrimônio ampliado por quase 500 vezes; de 10,3 mil reais em 2014 para 5,1 milhões de reais em 2018, de acordo com autodeclaração patrimonial apresentada ao TSE. Em sua defesa Tereza Cristina alegou que tal enriquecimento se deveu ao recebimento de herança.

Cristina foi a primeira mulher a ser anunciada ministra do governo de Bolsonaro, e conforme consta no site *carta capital*, seria preciso que o indicado para o cargo de ministro do meio ambiente tivesse a aprovação dela. Assim, é possível concluir que Ricardo Salles agradou a “musa do veneno” e a Frente Parlamentar da Agropecuária. O que nos possibilita inferir que Salles é visto pelo agronegócio como parceiro, como figura dedicada a contribuir com os interesses do grande capital das *commodities*.

No site *página rural*, o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC) - José Zeferino Pedrozo, redigiu uma matéria ainda em 2020, para tecer elogios à então ministra da agricultura.

Pedrozo inicia seu texto abordando a expectativa positiva que o setor primário tinha pela nova ministra e logo em seguida afirma que ela correspondeu muito bem. Sua experiência com a terra e com a política foram fundamentais para que ela se tornasse a pessoa competente que é; Cristina “conhece o campo, o produtor e o empresário rural, o mercado e o mundo globalizado.” (PEDROZO, 2020).

O texto segue a elogiar Cristina em sua atuação interna, com a consolidação do “agronegócio como a locomotiva das exportações brasileiras”, que resultaram em superávits comerciais e a promoção que os produtos brasileiros obtiveram em sua gestão. Enaltece o trabalho de Cristina para “robustecer” as relações comerciais com a China, que é a maior compradora de carne e soja brasileiras.

Ainda sobre a China, o autor prestigia a atuação de Cristina ao apaziguar a tensão criada

por membros do governo Bolsonaro que fizeram declarações “desastradas” contra os chineses, o que aponta para uma insatisfação de sua parte com o governo Bolsonaro, mas total apoio e agrado com a gestão de Cristina. Para Pedrozo ela “uniu o setor, ampliou e desburocratizou a ação do Ministério da Agricultura”.

Sensata, agregadora, conhecedora do setor, com grande capacidade de diálogo, entusiasta do trabalho em equipe, a ministra faz parte dos melhores quadros da alta administração do Governo Federal. É detentora, hoje, da maciça admiração das classes produtoras do campo e do empresariado rural. (PEDROZO, 2020).

O autor lamenta que mesmo Cristina sendo um exemplo de política sofre com ataques injustos ao seu trabalho. Ele afirma que a ministra é alvo de prática criminosa de injúria, difamação e calúnia que são compartilhadas em redes sociais. Ele caracteriza esse grupo que é contrário às medidas de Cristina como de “interesses escusos”, “índole radical” e “nada republicanos”.

Os brasileiros sabem que Tereza Cristina presta um admirável serviço ao País. O governo precisa mais dela do que ela do Governo. Não há dúvida que eventual saída da ministra Tereza Cristina do Ministério da Agricultura diminuirá o Governo de Jair Bolsonaro. (PEDROZO, 2020)

Essa última citação é reveladora pelo fato de que quem a escreveu foi um representante do agronegócio - formador de opinião dentro do seu meio - onde está presente uma insatisfação com o governo Bolsonaro, o que mostra que este foi eleito para que pessoas anteriormente ligadas ao agronegócio como Tereza Cristina pudessem acessar postos de poder, como o ministério da agricultura.

Não há contentamento com a vida política desempenhada ao longo dos anos por Bolsonaro, nem com seu presente político (tomando como referência o ano de 2020). Bolsonaro - na opinião de Pedrozo - foi o meio e não o fim, o meio que possibilitou a ascensão de Tereza Cristina, que é uma deles. O apeço por Bolsonaro foi pelo fato dele ter acatado a escolha da FPA em colocar Cristina como ministra.

Para Pedrozo, e possivelmente para outros empresários do agro, o interessante de Bolsonaro é que ele - no mínimo - permite que pessoas como Tereza Cristina cheguem a postos de poder. O que possivelmente seria mais difícil ou até mesmo inviável num governo que respeitasse as pautas e os interesses das comunidades tradicionais, bem como o meio ambiente.

Pelas mesmas atitudes, de um lado Cristina adquire aliados e até fãs ligados ao agronegócio e, por outro lado, angaria destaque nas pautas sobre o que ativistas do meio ambiente e dos direitos dos povos tradicionais devem se preocupar e unir forças para combater. Antes mesmo de ser ministra Cristina era vista como uma figura política contrária a preservação

ambiental, as atitudes durante sua gestão só confirmaram isso, como consta no texto de Denise Elias, 2021.

Ademais da bandeira pela liberação geral dos agrotóxicos, a atuação de Tereza Cristina à frente do Mapa vem contribuindo direta ou indiretamente para vários outros retrocessos, alguns promovidos pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, como a flexibilização das normas para licenciamento ambiental, a diminuição da fiscalização de instituições atuantes na proteção do meio ambiente, como o Ibama, e a suspensão da demarcação de terras indígenas, entre outros, comprometendo imediatamente alguns processos positivos que vinham em curso na última década, como a demarcação de terras de povos originários. Por outro lado, impactando gravemente o alarmante desmatamento no país, que vem batendo todos os recordes desde 2019. (ELIAS, 2021).

Assim, Tereza Cristina divide opiniões, é considerada ao mesmo tempo uma inspiração de profissional a ser admirada e respeitada, ao mesmo tempo, ela é vista como uma inimiga das causas ambientais e ao serviço do capitalismo financeiro. Pela sua trajetória é possível afirmar que ela sim defende os interesses particulares dos empresários do Agro, em detrimento dos povos da floresta e das áreas de preservação. Ela é uma líder, a personificação do agronegócio dentro do sistema do Estado, a fim de garantir que os interesses do grupo sejam atendidos.

Já Ricardo Salles é natural de São Paulo e formado em direito pela Universidade Mackenzie, tem pós-graduação em direito pelas Universidades de Coimbra e Lisboa, Portugal e pós em administração pela Fundação Getúlio Vargas. Assim como Tereza Cristina, também tem um site, contudo no momento da pesquisa estava em manutenção, orientando para que os interessados em obter informações sobre Salles o seguissem nas redes sociais.

Em seu perfil no instagram, Salles, se descreve como: Deputado Federal por São Paulo, advogado, fundador do Movimento Endireita Brasil, ex-secretário de estado e ex-ministro do meio ambiente. Ele é filiado ao Partido Liberal. E diferente de Tereza Cristina, Ricardo Salles não possui terras de grande extensão, segundo o site de olho nos ruralistas.

Conforme consta no site da Câmara, Salles tem uma vida política recente, assumindo seu primeiro cargo em 2013, no governo de Geraldo Alckmin, como secretário particular de governo, Governo do Estado de São Paulo, SP (2013-2014). Ainda com Alckmin, Salles foi Secretário de Meio Ambiente, São Paulo, SP (2016- 2017). Após esses cargos, Salles foi escolhido como Ministro do Meio Ambiente (MMA) do governo de Bolsonaro (2019-2021).

Contudo a caminhada política de Salles é anterior a 2013, segundo Thiago Herdy, Salles junto com colegas advogados e empresários de São Paulo, fundaram em 2006 o grupo Endireita Brasil. O grupo não via representatividade política da direita, insatisfeitos fundaram o Movimento que seria baseado nos princípios básicos defendidos pela direita clássica como:

livre mercado, defesa da propriedade privada e o Estado mínimo. A matéria aponta ainda que nesse período os partidos mais à direita buscavam encobrir de suas siglas o L de liberal, em busca de atender os eleitores que estavam no momento muito simpáticos aos partidos trabalhistas.

O Endireita Brasil era um movimento pela sobrevivência de seu ideal, com reverberação quase nula. Aparecia na mídia uma vez por ano, quando promovia um dia sem impostos, estimulando postos a vender combustível por metade do preço por um dia, gerando filas e filas de carros pelo país. Em 2011, a Folha de S.Paulo noticiava que de oito siglas com a palavra “liberal” no nome, sete tinham excluído a identificação para se adequar à realidade política brasileira. Os partidos da direita ideológica explícita estavam desaparecidos do mercado político brasileiro. Só restava um: o PSL, única a agregar o nome "social" ao "liberal". Tinha apenas um representante na Câmara Federal, contra 143 de legendas trabalhistas. (HERDY, 2019).

Ainda de acordo com a matéria de Herdy, o Endireita Brasil tem sua estreia no pleito na tentativa de eleger Ricardo Salles como deputado federal e depois como vereador, ambos pela cidade de São Paulo, não obtendo sucesso em nenhum deles. Foi só junto ao governador Alckmin que Salles - bem como o Endireita Brasil - conseguiram ascensão política. Ao fim da matéria, Gastão Mesquita, membro do Endireita Brasil e empresário, “admite que o ex-capitão não era sua primeira opção em outubro, tampouco dos colegas do Endireita Brasil. Mas foi a única que se viabilizou, por isso se uniu aos esforços por sua eleição.” (HERDY, 2019)

A afirmação dada por Gastão Mesquita vai ao encontro da opinião de Pedrozo, ambos não eram ligados ao político Bolsonaro e nem o admiravam, contudo viram que por meio dele seria mais fácil chegar ao poder executivo e ampliar seus canais de influência. A plataforma Bolsonaro deu certo do ponto de vista dos dois, conseguiram em 2019 colocar seus aliados Tereza Cristina e Ricardo Salles com cargos em ministérios e a visibilidade adquirida rendeu frutos na eleição de 2022 - com a eleição de Cristina para o Senado e Salles para a Câmara - ambos com expressiva quantidade de votos.

O resultado do ponto de vista dos empresários do Agro - representado por Pedrozo - e do Endireita Brasil - representado por Mesquita, foi promissor. Hoje ficou mais fácil para a FPA eleger aliados e agir na Câmara (é a maior bancada) e o Endireita Brasil ficou em evidência, com candidatos eleitos, Salles agora almeja a prefeitura de São Paulo e obtém um percentual competitivo nas pesquisas de intenção de votos. Vale ainda destacar que a maioria dos parlamentares da FPA são filiados ao Partido Liberal, mesmo partido de Salles.

Durante sua passagem pela secretaria do Meio Ambiente, Salles, foi acusado e condenado por perseguir funcionários públicos, coagindo-os a cometer e acobertar irregularidades; os funcionários eram ameaçados com transferências e perda de cargo, caso

fossem contrários ao secretário. Sendo assim, Salles (que na época fazia parte do Partido NOVO), foi condenado pela justiça de São Paulo devido às denúncias feitas.

Ricardo de Aquino Salles (Novo) foi condenado nesta semana pela Justiça de São Paulo por improbidade administrativa. Ele é acusado de fazer alterações fraudulentas no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea do Rio Tietê com o objetivo de favorecer uma série de indústrias. Entre as empresas beneficiárias da suposta fraude ambiental, estava um dos gigantes do agronegócio brasileiro: a Suzano Papel e Celulose S/A. Segundo a denúncia, o conglomerado comandado pelos irmãos Feffer foi citado em pelo menos duas reuniões, convocadas por Roberta Buendia Sabbagh, assessora técnica do gabinete de Ricardo Salles. (FUHRMANN, 2018)

Ao se tornar réu no inquérito, Salles foi retirado do cargo de secretário. A sentença o condenou:

[...]à suspensão dos direitos políticos por três anos, além do pagamento de multa civil em valor equivalente a dez vezes a remuneração mensal recebida no cargo de secretário e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

[...]

De acordo com a decisão do juiz Seabra, além de violar normas legais e regulamentares “com a plena consciência de que tolhia a participação de outros setores que compunham o sistema ambiental e de que atendia a interesses econômicos de um grupo restrito em detrimento da defesa do meio ambiente”, Ricardo Salles “violou os princípios constitucionais administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade”. (FUHRMANN, 2018)

O ministro do meio ambiente de Bolsonaro ganha destaque na imprensa e nas conversas do cotidiano do povo após sua emblemática fala na reunião ministerial, que a princípio era particular, mas que depois veio a ser de conhecimento público, sendo exibida inclusive no Jornal Nacional, programa de elevado número de telespectadores.

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. (PODER360.COM.BR, 2020)

A fala de Salles de forma geral não agradou e gerou um desgaste entre o governo de Bolsonaro e a população, no entanto deve ter agradado parte do eleitorado, já que essa foi a expressão mais difundida durante a gestão de Salles e ele foi eleito em 2022 como Deputado Federal, apontando assim que existe sim pessoas que concordam e apoiam a forma como Salles faz política.

Ricardo Salles não representa apenas Ricardo Salles. Mais de oitenta organizações patronais publicaram um anúncio de página inteira, nos jornais de hoje, em “total apoio” às políticas do Ministério do Meio Ambiente. Ainda que a nota não mencione o nome do ministro, trata-se de um aval à fala dele na reunião com Jair Bolsonaro no dia 22 de abril, quando ele disse que se deveria aproveitar a “tranquilidade” da cobertura da imprensa — que, segundo ele, só fala da Covid-19 — para aprovar as desregulamentações ambientais. Em suas palavras, “ir passando a boiada”.

Setores importantes do agronegócio estão entre os signatários do manifesto. Entre eles estão alguns dos principais financiadores do Instituto Pensar Agro (IPA), a organização que sustenta a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a principal face institucional da bancada ruralista. (CASTILHO, 2020)

Esse trecho retirado da reportagem de Alceu Luís Castilho diz muita coisa sobre como estão acontecendo as coisas na política na atualidade. Salles não é aliado histórico dos ruralistas e nem próximo ao campo, como é o caso de Cristina, pelo contrário, ele é urbano, sem familiares e sem padrinhos envolvidos com o Agro. No entanto, o posto de Ministro do Meio Ambiente e a obstinação em fazer “a boiada passar” deu a ele aliados e patrocinadores políticos de alto gabarito. Salles soube agradar as pessoas “certas” para que pudesse garantir vida longa a sua carreira política.

Outro ponto que merece destaque e que foi exposto no fragmento acima é o fato de empresários do Agro e fomentadores da Bancada Ruralista darem bastante importância à opinião pública, estão dispostos a desembolsar significativas quantias para colocar com destaque na mídia seus interesses, além das publicações estão também envolvidos propagandistas/publicitários experientes, que possuem a missão de contextualizar da melhor forma possível as falas e atitudes dos envolvidos com a FPA. Garantindo não só que a massa não fique contra suas pautas, mas que fique a favor delas. A ideologia para ter efeito precisa ser difundida de forma que pareça ser vantajosa para todas as camadas sociais.

Todavia, há uma parcela da sociedade que não aceita a “contextualização” de uma fala tão didática sobre o posicionamento do ministro, ele se revela com uma franqueza assustadora, sem ressalvas, deu sua opinião de forma transparente. “Em contrapartida, organizações ambientalistas de todo o país pedem a saída do ministro. Entre elas o Greenpeace e o Observatório do Clima.” (Castilho, 2020).

A lista de 88 apoiadores do ministro é encabeçada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Entre diversos representantes de empreiteiros e do mercado imobiliário, ela traz outros nomes importantes do agronegócio, como a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), uma das principais influenciadoras do Instituto Pensar Agro, a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas) e a Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (Acebra).

[...]

Vale mencionar entre os signatários a Associação Brasileira de Reciclagem Animal (Abra) — muito embora a pecuária tenha duas organizações mais poderosas na lista, a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) e a Sociedade Rural Brasileira. A Rural reúne, nos últimos anos, expoentes da extrema-direita em São Paulo, o que a levou a apoiar, em dezembro, a indicação de Ricardo Salles para o governo Bolsonaro. (CASTILHO, 2020)

Assim, conforme informa o trecho acima, Salles foi escolhido para participar do governo Bolsonaro, não por ter proximidade com o Agro, mas por ser da extrema direita e indo

além, o que tirou Salles do seu cargo de secretário do Meio Ambiente do governo Alckmin foi possivelmente o que o levou a ser indicado para o cargo de Ministro do Meio Ambiente, o fato de querer a todo custo privilegiar empresários em detrimento do meio ambiente. Caso o palpite esteja correto, os empresários foram correspondidos, como prova a fala de Salles na reunião ministerial, onde ele defende os interesses de seus patrocinadores.

Em outra matéria sobre Salles, Marina Atoji - que é gerente de projetos da organização Transparência Brasil - faz a seguinte afirmação exposta abaixo. Por ela pode-se observar como vão se tornando evidentes as razões que levaram a escolha e permanência de Salles como Ministro, justamente da pasta do Meio Ambiente. Tais razões são tão fortes que mesmo depois do “passar a boiada” ele permaneceu ainda um ano no cargo.

Por enquanto, o capitalismo interno ligado ao agronegócio não viu desvantagens de termos um ministro do Meio Ambiente que não defende o meio ambiente. Ao contrário: sua postura beneficia certos grupos e isso o ajuda a se manter no cargo. (FERNANDES, 2020).

Infelizmente a proposta de Salles foi posta em prática. Segundo Fernandes - que cita o Instituto Talanoa e a Folha - entre março e maio de 2020, o governo Bolsonaro “publicou 195 portarias, instruções normativas, decretos e outras normas sobre temas ambientais no Diário Oficial”, sendo que no mesmo período em 2019 apenas haviam sido 17 atos publicados. “Doze vezes mais: ‘Governo acelerou canetadas sobre meio ambiente durante a pandemia’” (Fernandes, 2020). Ou seja, a boiada passou.

Fernandes aponta ainda que o desmonte do meio ambiente também se deu pela flexibilização da legislação, falta de divulgação de dados, casos de multas ambientais invalidadas, além da perda de atuação do Ibama e do ICMBio. Embora essa necropolítica de Salles não o beneficie diretamente - já que não é empresário do Agro - tem feito com excelência o que seus patrocinadores esperam dele.

Em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura em 2019, Salles menosprezou um dos maiores ambientalistas brasileiros, de reconhecimento internacional, que morreu por lutar pelo meio ambiente: “É irrelevante, que diferença faz quem é Chico Mendes neste momento?” (Fernandes, 2020). O que comprova uma ignorância e até crueldade por parte do ministro que ocupava a pasta do meio ambiente.

Embora os países centrais estejam mais preocupados com o meio ambiente e com o desmatamento, isso não parece importar muito por aqui, já que Salles é uma figura admirada pelos empresários do Agro. Segundo Fernandes, a preocupação com o meio ambiente é particular dos países europeus, não importando para os asiáticos, o que mostra que apenas parte

dos exportadores terão problemas, mas não a maioria, assim a perda de parte do mercado europeu não afetaria expressivamente a receita.

Durante sua gestão, Salles ainda reativou o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o qual foi comandado por Hamilton Mourão (PRTB), vice-presidente da República, esse órgão tem a responsabilidade de coordenar políticas federais direcionadas para a Amazônia. Consta também que esse órgão exclui a participação dos governadores. O órgão também não contou com a integração de nenhum representante do Ibama, nem da Funai e de nenhuma outra instituição de proteção ambiental em seu conselho.

Ao invés de funcionários técnicos ligados à Amazônia e suas especificidades, Salles escolheu pessoas ligadas aos seus interesses particulares: “Joaquim Álvaro Pereira Leite e Lúcia Helena Amorim de Oliveira e o secretário André Pitaguari Germanos, que forneceu R\$ 15 mil para a frustrada campanha de Salles a deputado federal em 2018” (Fernandes, 2020).

Na prática, o ressurgimento desse órgão significou a transferência da responsabilidade do desmatamento da Amazônia do MMA para o Conselho Nacional da Amazônia Legal. “É muito preocupante porque o debate sai das mãos de órgãos especializados, deixa de ter participação da sociedade civil e assim se enfraquece a política ambiental como um todo”, diz Marina” (Silva). (Fernandes, 2020).

Outra marca da gestão de Salles foi a tentativa de controlar os servidores do ministério, como já era de se esperar, tendo em vista o que ele fez com os funcionários da secretaria de meio ambiente de São Paulo. Foi feita uma portaria pelo presidente do Ibama - indicado por Bolsonaro - Eduardo Bim, onde era restringido o contato entre funcionários do órgão e a imprensa, Bim estabeleceu que o diálogo deveria ocorrer somente intermediado pelo departamento de comunicação.

“São mecanismos de mordças em servidores, além de orientações que os constroem a dar entrevistas, mesmo que técnicas”, critica Marina. “Há oito meses o Ministério do Meio Ambiente não divulga dados sobre áreas embargadas por crimes ambientais”.

[...]

Em 6 de abril, quando a pandemia já crescia exponencialmente no país, o ministro demitiu o coordenador-geral de monitoramento de Biodiversidade e Comércio Exterior do ministério, André Sócrates de Almeida Teixeira, após ele ter se posicionado publicamente contra a exportação de madeira ilegal.

No mesmo dia o ministério publicou um despacho que anistiava acusados de desmatamento e incêndios na Mata Atlântica ocorridos até julho de 2008. Além disso, liberava trechos do bioma que eram Área de Preservação Permanente (APP) e cancelava milhares de multas e infrações contra desmatadores. O Ministério Público Federal (MPF) pediu a anulação do despacho. (FERNANDES, 2020).

Esses episódios foram seguidos de outros tão cruéis quanto. Como a exoneração do diretor de proteção ambiental do Ibama - Olivaldi Azevedo - após o Ibama fazer uma operação contra garimpos ilegais em terras indígenas, no sul do Pará. A atitude foi questionada pelo MPF, que buscava por justificativas plausíveis para a exoneração. E Salles continuou, demitiu dois chefes de fiscalização do Ibama, Renê Luiz de Oliveira e Hugo Ferreira Netto Loss. Ambos participaram de operações que foram divulgadas pela imprensa.

“Ao que parece, Salles demite quem quer trabalhar e fazer cumprir a lei, porque a legislação ambiental é algo que atrapalha esse governo”, diz Márcio Astrini. “Camuflar dados faz parte da prática do governo. Vamos lembrar que esse é o governo que criticou e colocou em dúvida dados do IBGE que mostraram aumento do desemprego e demitiu o presidente do Inpe, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que divulgou dados sobre desmatamento.” (FERNANDES, 2020).

Fernandes ainda critica a falta de transparência na agenda de compromissos do Salles, e o pouco que se tem acesso é sobre “reuniões com representantes de empresas como Vale S.A., Bayer e Volkswagen, além de viagens para conversas a portas fechadas com investidores, em Washington, Nova York, Paris e Berlim.” (Fernandes, 2020). Enquanto o ex-ministro comparecia às reuniões, eram divulgados os dados de recordes de queimadas e desmatamento na Amazônia.

Por fim, no dia 23 de junho de 2021, Ricardo Salles foi exonerado do cargo de ministro do MMA, segundo Bolsonaro foi Salles quem pediu a exoneração. Dentre as principais acusações que chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF), Salles era acusado de envolvimento com extração ilegal de madeira e comercialização do contrabando. Ele foi acusado de: corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando, de acordo com o jornal BBC Brasil.

Além das acusações, Salles também sofria pressão política no âmbito nacional e internacional por causa dos recordes seguidos de desmatamento. O principal líder político internacional que cobrou uma mudança de atitude do presidente do Brasil e de seu ministro, foi o presidente dos Estados Unidos (EUA) Joe Biden, acompanhado de outros membros de seu governo.

A troca de comando da Casa Branca, com a posse de Joe Biden como novo presidente dos Estados Unidos, também aumentou a cobrança por resultados concretos do Brasil na preservação ambiental.

Pressionado, Bolsonaro chegou a prometer em abril mais recursos para proteção das florestas ao participar da Cúpula de Líderes sobre o Clima, organizada por Biden. Logo depois, porém, o presidente sancionou o Orçamento de 2021 prevendo um corte de R\$240 milhões da pasta do Meio Ambiente. (BBC Brasil, 2021).

A pressão por sua demissão era crescente em todo o mundo. Em abril deste ano, senadores do

Partido Democrata dos Estados Unidos enviaram carta ao presidente Joe

Biden, alertando que Bolsonaro e Salles abriram a porteira para o crime ambiental. (BRASIL DE FATO, 2021).

A pressão dada pelo governo dos EUA infelizmente não conseguiu reverter por completo a agenda de desmonte ambiental de Bolsonaro e equipe. Os planos contra as políticas ambientais seguiram até o fim do mandato. Segundo o Brasil de Fato, Salles era considerado uma ameaça global - devido a política de devastação que ele aplicou - contudo Salles não se intimidou e nem tão pouco achou ruim ser considerado uma ameaça, seguiu firme seu propósito de destruição ambiental. Com a facilitação de exploração da Amazônia, garimpo ilegal, mineração ilegal, favorecimento ao agronegócio e invasão de terras indígenas.

Outro aspecto que vale destacar quando estamos avaliando o governo Bolsonaro e o ex-ministro Salles é o negacionismo. A falta de confiança na ciência foi uma marca da gestão Bolsonaro. Salles não possui nenhuma formação técnica a respeito do meio ambiente e mesmo assim ocupou o cargo de ministro do MMA. Salles, com nenhum embasamento científico, faz pouco caso do aquecimento global e ao ocupar o cargo de ministro fez o que pôde para minimizar as preocupações pertinentes ao meio ambiente, até o evento para discutir as mudanças climáticas ele tentou cancelar.

Para Ricardo Salles, que não tem no currículo nenhuma formação ambiental, o aquecimento global não é uma questão prioritária e serve apenas ao “debate acadêmico”. Em maio de 2019, ele tentou cancelar a realização da Semana do Clima da América Latina e Caribe (Climate Week), em Salvador. Seria apenas uma “oportunidade” para se “fazer turismo em Salvador” e “comer acarajé”, argumentou Salles sobre o evento. Mas não resistiu à pressão do então prefeito ACM Neto. (BRASIL DE FATO, 2021).

De acordo com o Brasil de Fato, outros escândalos que envolveram a gestão de Salles foram: as manchas de óleo que apareceram no litoral do nordeste, Salles acusou sem provas a Venezuela, discutiu com o Greenpeace e até hoje não se encontrou de fato o responsável e a área ambiental prejudicada ainda sofre as consequências, pois ainda não teve os devidos cuidados. Também em 2019, Salles tentou junto ao presidente do Ibama leiloar campos para a extração de petróleo no arquipélago de Abrolhos, mas felizmente o leilão não ocorreu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideologias, concebidas pelas classes dominantes são um mecanismo utilizado em todas as sociedades que se dividem em estratos sociais, utilizar os aparelhos como: religião, instituições de ensino e militares, para garantir esse domínio e exercer controle sobre a maioria, de modo que a mesma não ouse protestar, também é uma estratégia utilizada desde a antiguidade. Neste sentido, as ideologias produzidas em torno do Agronegócio Brasileiro são em parte produto de uma disputa de classes que tenta impor práticas econômicas e políticas no âmbito do Estado Brasileiro. Essas ações fomentam inclusive, o papel que o país, deve desempenhar no sistema mundo. A manutenção de um país entre as maiores economias do mundo, porém ainda majoritariamente agroexportador, coopera para a manutenção de uma potência subimperialista e de pensamento dependente como pensaria Ruy Mauro Marini.

A elite capitalista – como foi analisada neste trabalho – tem feito uso do Estado para propagar sua ideologia e garantir benefícios. Em especial foi analisada a elite ruralista brasileira, que por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tem assegurado que pautas que beneficiam seus negócios particulares serão acatadas, fazendo isso por meio dos Projetos de Lei (PLs).

Assim, foi observado que a força da FPA é bastante expressiva, pois mesmo com as manifestações civis contrárias a aprovação de diversos PLs que agridem o meio ambiente e por consequência o ser humano, foram aprovados. O maior número de PLs a favor do agravamento da exploração da natureza e liberação de agrotóxicos se deu durante o governo de Jair Bolsonaro.

Esse fato já era previsto, posto que durante sua campanha o candidato afirmou várias vezes como projeto de campanha aumentar a exploração da natureza para favorecer os produtores do agronegócio, em detrimento das comunidades tradicionais. O que se concretizou após a eleição, esse apoio foi importante para que a bancada ruralista ganhasse mais força no Congresso Nacional e colocasse suas pautas como prioritárias e posteriormente suas aprovações.

No entanto, a ideologia da elite agrária brasileira se concretiza na FPA e por meio dela faz uso do Estado. Membros significativos dessa elite como Blairo Maggi e a ex-ministra Tereza

Cristina, são exemplos disso, entraram para a política e através dela melhoraram seus negócios particulares, sem preocupação com a população que os elegeu e por vezes prejudicando-a.

O Estado está repleto de pessoas dispostas a defenderem seus interesses particulares como prioridade. A ideologia “Brasil celeiro do mundo” contribuiu e ainda contribui para que a elite agrária possa aprovar a liberação de mais agrotóxicos, colocar como necessário a redução de áreas de preservação ambiental, bem como dificultar a demarcação de terras indígenas e quilombolas, ou até pior, desfazer a demarcação já estabelecida – como é o caso do PL do marco temporal.

Em suma, o que foi apresentado pelos autores como Chauí, Marx e Poulantzas se realiza na FPA e seus PLs. A consequência desse sucesso da bancada ruralista se reflete na redução dos investimentos para a indústria e aumento dos subsídios para o campo, ou seja, se estabelece a reprimarização da economia brasileira, como apontou Lamoso, Carleial e Porto-Gonçalves. Reafirmando a dialética da dependência, estudada por Marini, o que dificulta a saída do país da condição de periferia dependente, apesar de já deter um expressivo parque industrial, assim o Brasil segue sua contradição, apresentada nesse trabalho por Oliveira e Furtado.

O objetivo de contribuição desse trabalho para a sociedade brasileira é pôr em evidência a necessidade sobre os estudos de ideologias geográficas. Como o território é gerido, pensado, dividido e a quais interesses isso serve é o que determinará se deixaremos essa dialética da dependência no passado ou se seguiremos alimentando o ornitorrinco descrito por Oliveira.

A atenção deve se voltar para os tomadores de decisões que ocupam cargos importantes nesse país, não apenas no executivo, mas sobretudo no Congresso Nacional, as discussões a respeito dos projetos de campanha dos que pleiteiam um cargo no legislativo ainda ficam em segundo plano em ano de eleição e mais ainda depois que o período eleitoral passa.

É fundamental uma população atenta sobre o que está sendo feito no território nacional e na legislação que o regem, para que o corpo do Estado possa operar a favor da preservação da vida e da natureza, e não o contrário, dando preferência para interesses econômicos particulares. A elite agrária se encontra massivamente ocupando cargos importantes e trabalhando em prol dela mesma, usando a ideologia para garantir os votos populares que a colocou naquelas cadeiras.

Sair da alienação, entender que o país celeiro do mundo não contribui em maioria para a soberania alimentar da sua sociedade, mas sim para a exportação de *commoditie* e que eliminar

a fome não é uma prioridade para esses produtores de “alimentos”, contribui para que os cidadãos possam escolher melhor seus representantes e cobrar dos mesmos melhorias reais para a nação.

A ideologia depende da alienação para garantir seu sucesso, conscientizar a população brasileira para que a mesma possa identificar e criticar essa ideologia, é tarefa de quem tem acesso a educação, de quem está nos centros de pesquisa voltados para as questões da sociedade. Assim sendo, é tarefa dos acadêmicos de geografia produzir e divulgar conteúdo de qualidade capaz de minar com a ideologia dominante, que só destrói a natureza, as relações sociais e também mantém a economia nacional dependente e frágil.

O presente trabalho foi propositalmente limitado a alguns Projetos de Lei desenvolvidos no último ano, para facilitar a pesquisa, o que acaba de certa forma limitando a compreensão sobre quão ampla é a influência da bancada ruralista dentro do Estado e a execução de suas ações. Certamente outros autores que abordam questões sobre ideologia, teoria política e teoria do Estado, também poderiam ter sido mencionados neste trabalho, no entanto, isso tornaria o trabalho demasiadamente longo, fugindo assim da proposta de uma dissertação de mestrado.

Outras análises da atuação dos empresários do agronegócio também poderiam ter servido de base para exemplificar o uso que a elite agrária faz do aparelho do Estado. Logo, existem diversas possibilidades para futuros trabalhos, tanto para aprimorar e aprofundar o que foi nesse exposto, como para continuar atualizando o que foi mostrado, por exemplo: os PLs foram aprovados? Como isso impactou a vida das pessoas? Houve agravamento do aquecimento global e seus eventos catastróficos? Afinal os PLs aqui discutidos ameaçam a preservação ambiental, com destaque para a maior floresta tropical do mundo, a amazônica.

Os estudos sobre ideologias geográficas, campo voltado a filosofia e a política, deve ser mais explorado pelos geógrafos, poucos estudos foram encontrados sobre esse assunto, e esse tema é bastante importante para que se compreenda como o território está sendo usado e a que interesses ele está sendo útil.

Assim sendo esse trabalho tem a missão de informar mais o povo brasileiro a respeito dos projetos particulares dos indivíduos que elegemos. Elucidar também a qual estrato social pertencemos hoje. O Brasil passou por diversas mudanças desde sua independência, entretanto existem modelos político-econômicos que permanecem, afinal como afirmou Porto-Gonçalves, algumas práticas adotadas pelo agronegócio – que se pretende moderno – remontam ao período colonial. Essas estruturas do passado colonial devem ser superadas e trazer vantagens para os

que aqui residem, priorizar a população nacional e não a deixar com o resto que não foi vendido para o mercado externo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROSABER. Brasil, celeiro do mundo! Brasília, mundo Agro, 2019. Disponível em: <<https://agrosaber.com.br/brasil-celeiro-do-mundo/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

A VERDADE. 33,1 milhões de pessoas passam fome sob governo Bolsonaro. Várzea Paulista, 2022. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2022/06/331-milhoes-de-pessoas-passam-fome-sob-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 25 jul 2022.

AMÂNCIO, Adriana. Aprovação do PL do Veneno é um teste dos compromissos de Lula com o meio ambiente. *O Eco*, Lençóis Paulista, Reportagens, 2023. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/a-aprovacao-do-pl-do-veneno-e-um-teste-dos-compromissos-de-lula-com-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ANDES. Sob protestos de milhares, Câmara aprova urgência do PL que libera mineração em terras indígenas. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/sob-protestos-de-milhares-camara-aprova-urgencia-do-pl-que-libera-mineracao-em-terras-indigenas1>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ARROYO, Priscilla. Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BBC NEWS BRASIL. Ricardo Salles deixa o Ministério do Meio Ambiente. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57590198>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BITTENCOURT, Thaís Ponciano. ROMANO, Jorge Osvaldo. CASTILHO, Ana Carolina Guiar Simões. O discurso político do agronegócio. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 186-207, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63680>>. Acesso em: 01 mar 2022.

BRASIL DE FATO. Por que o ex-ministro Ricardo Salles era considerado ameaça mundial ao meio ambiente. São Paulo, 2021. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/23/por-que-o-ex-ministro-ricardo-salles-era-considerado-ameaca-mundial-ao-meio-ambiente>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Saiba quais são as atribuições do deputado federal. Brasília, política e administração pública, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/903471-SAIBA-QUAIS-SAO-AS%20ATRIBUICOES-DO-DEPUTADO-FEDERAL/>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. Projeto do governo viabiliza exploração de minérios em terras indígenas. Brasília, meio ambiente e energia, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao%20de-minerios-em-terras-indigenas/>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. PL 2633/2020. Brasília, projetos de lei e outras proposições, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____. PL 6299/2002. Brasília, projetos de lei e outras proposições, 2002. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____. O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários. Brasília, meio ambiente e energia, 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os%20argumentos-favoraveis-e-contrarios/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CAMARGOS, Daniel. ‘Musa do veneno’, deputada Tereza Cristina recebe doações de empresários ligados a agrotóxicos. *Repórter Brasil*, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2018/09/musa-do-veneno-deputada-tereza-cristina-recebe-doacoes-de-empresarios-ligados-a-agrotoxicos/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 126-157,

2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/HG3c7qBQctJR9Vd6vpHfKVm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CARTA CAPITAL. Quem é Tereza Cristina, ‘musa do veneno’ confirmada na Agricultura. São Paulo, política, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-tereza-cristina-muda-do-veneno-confirmada-na-agricultura/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CASTILHO, Alceu Luís. Financiadores da bancada ruralista publicam anúncio em “total apoio” a Ricardo Salles. *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/26/financiadores-da-bancada-ruralista-publicam-anuncio-em-total-apoio-a-ricardo-salles/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CASTILHO, Alceu Luís. Vídeo mostra face ruralista do rolo compressor no Congresso. *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/08/22/video-mostra-face-ruralista-do-rolo-compressor-no-congresso/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CASTILHO, Alceu Luís; CARVALHO, Igor. Só Ricardo Salles e Tereza Cristina? Conheça os políticos anti-indígenas e “com cocar”. *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/02/20/so-ricardo-salles-e-tereza-cristina-conheca-os-politicos-anti-indigenas-e-com-cocar/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

COELHO, Renato. Aprovação do marco temporal prejudica tanto direitos dos povos indígenas quanto proteção do meio ambiente no Brasil, diz pesquisadora da Unesp. *Jornal da Unesp*, São Paulo, acontece, 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/06/01/aprovacao-do-marco-temporal-prejudica-tanto-direitos-dos-povos-indigenas-quanto-protecao-do-meio-ambiente-no-brasil/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

DA AGÊNCIA DO SENADO. Aprovado na CRA, PL dos Agrotóxicos vai a Plenário. Brasília, senado notícias, 2022. Disponível em: <

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/19/aprovado-na-cra-pl-dos-agrotoxicos-vai-a-plenario>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____. Projeto do marco temporal das terras indígenas chega ao Senado. Brasília, senado notícias, 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-chega-ao-senado>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

DE OLHO NOS RURALISTAS. “Nem um centímetro a mais para terras indígenas”, diz Bolsonaro. São Paulo, de olho na política, 2018. <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ERTEL, Lurdete. De Rei da Soja a ministro: conheça a trajetória de Blairo Maggi. *Forbes*, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://forbes.com.br/negocios/2017/03/de-rei-da-soja-a-ministro-conheca-a-trajetoria-de-blairo-maggi/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ESTADÃO. O que é o PL nº 191 e como ele afeta o agronegócio? São Paulo, notícias do campo, 2022. Disponível em: <<https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/o-que-e-o-pl-no-191-e-como-ele-afeta-o-agronegocio/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

FERNANDES, Sarah. Esplanada da Morte (V) — Por que Ricardo Salles e sua “boiada” continuam passando? *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/03/esplanada-da-morte-v-por-que-ricardo.salles-e-sua-boiada-continuam-passando/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

FUHRMANN, Leonardo. Mapa das Terras dos Parlamentares mostra que eles acumulam fazendas na Amazônia e no Matopiba. *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/12/mapa-das-terras-dos-parlamentares-mostra-que-congressistas-acumulam-fazendas-na-amazonia-e-no-matopiba/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____. Justiça diz que Ricardo Salles perseguiu servidores para cometer e encobrir irregularidades. *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2018. Disponível em:

<<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/12/20/justica-diz-que-ricardo-salles-perseguiu-servidores-para-cometer-e-encobrir-irregularidades/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Governo Lula pede retirada de tramitação de projeto de lei que prevê mineração em terras indígenas. Brasília, meio ambiente e clima, 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/governo-lula-pede-retirada-de-projeto-de-lei-que-preve-mineracao-em-terras-indigenas> >. Acesso em: 04 jun. 2024.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do livro s.a., 1974.

GREENPEACE BRASIL. PL da Grilagem legaliza o desmatamento e o roubo de terras públicas no Brasil. São Paulo, blog, 2022. Disponível em: < <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/pl-da-grilagem-legaliza-o-desmatamento-e-o-roubo-de-terras-publicas-no-brasil/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

HAESBAERT, Rogério. A (des)ordem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. *Terra Livre*, [S. l.], n. 9, 2015. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/106>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERDY, Thiago. Movimento Endireita Brasil na posse. *O Globo*, São Paulo, época, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/movimento-endireita-brasil-na-posse-23339002>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

IPA. História do IPA. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

IPAM. Combinação nefasta: PL 490 e Marco Temporal ameaçam direitos indígenas. Brasília, notícias, 2023. Disponível em: <<https://ipam.org.br/combinacao-nefasta-pl-490-e-marco-temporal-ameacam-direitos-indigenas/?gclid=CjwKCAjwo9unBhBTEiwAipC118kvgqsCbTk7e4imWo%20MX4Hsv4S4f>>

izer73Mw9ATKI7HI1q4UGo84xoCkmsQAvD_BwE>. Acesso em: 04 jun. 2024.

LAMOSO, L. Reprimarização no Território Brasileiro. *Revista brasileira de geografia econômica*, ano XI, n. 19, set 2021.

MANUELZÃO. PL da Grilagem é aprovado na Câmara; entenda as ameaças que ele oferece aos povos indígenas. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://manuelzao.ufmg.br/pl-da-grilagem-e-aprovado-na-camara-entenda-as-ameacas-que-ele-oferece-aos-povos-indigenas/>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MATOSO, Felipe; SALOMÃO, Lucas; SOUSA, Yvna. Ruralistas indicam, e Bolsonaro anuncia Tereza Cristina como ministra da Agricultura. *G1 e TV Globo*, Brasília, política, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/07/tereza-cristina-assumira-ministerio-da-agricultura-no-governo-bolsonaro-informa-gabinete-de-transicao.ghtml>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Cidade do México: Editora Era, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 2 ed. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO, Thiago. A IDEOLOGIA POR TRÁS DO TERMO AGRONEGÓCIO. *Pegada*, São Paulo, v. 19, n. 2, 2018.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Território e história no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

NOTÍCIAS AO MINUTO. ‘Se eu assumir, índio não terá mais 1 cm de terra’, diz Bolsonaro. *Dourados, política ao minuto*, 2018. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com.br/politica/520688/se-eu-assumir-indio-nao-tera-mais-1cm-de-terra-diz-bolsonaro#google_vignette>. Acesso em: 04 jun. 2024.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEDROZO, José Zeferino. Tereza Cristina! Página rural, Florianópolis, artigos, 2020. Disponível em: <<https://www.paginarural.com.br/artigo/3022/tereza-cristina>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

PODER 360. Leonardo DiCaprio se manifesta contra o marco temporal. São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/leonardo-dicaprio-se-manifesta-contrao-marco-temporal/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____. Salles sugere ‘ir passando a boiada’ para mudar regras durante pandemia. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

PORTO, Renan. Protesto contra Marco Temporal reúne indígenas e artistas em SP. Metrôpoles, São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/sao-paulo/protesto-contramarco-temporal-reune-indigenas-e-artistas-em-sp>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Interthesis*, v. 1, n. 1, 2004.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Análise sobre novo texto do PL da Grilagem é adiada para 2022. *O Eco*, Lençóis Paulista, Reportagens, 2021. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/analise-sobre-novo-texto-do-pl-da-grilagem-e-adiada-para-2022/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

RAMOS, Mariana. Principais financiadores da bancada ruralista faturam mais de R\$ 1,47 trilhão. *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/20/principais-financiadores-da-bancada-ruralista-faturam-mais-de-r-147-trilhao/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

RESENDE, Sara; CLAVERY, Elisa. Com respaldo do governo, senadores devem destravar o 'PL do Veneno', que tramita há 21 anos. *TV Globo*, Brasília, política, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/31/com-respaldo-do-governo-senadores-devem-destravar-o-pl-do-veneno-que-tramita-ha-21-anos.ghtml>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SAMPAIO, Cristiane. Milhares de indígenas protestam em Brasília contra mineração em terras tradicionais. *Brasil de fato*, Brasília, política, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/11/milhares-de-indigenas-protestam-em-brasilia-contramineracao-em-terras-tradicionais>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____. 'PL do Veneno': organizações se mobilizam para tentar evitar tramitação atropelada no Senado. *Brasil de fato*, Brasília, política, 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/04/pl-do-veneno-organizacoes-se-mobilizam-para-tentar-evitar-tramitacao-atropelada-no-senado>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SOUZA, Sônia; THOMAZ JR, Antonio. A dimensão espacial do discurso do agronegócio e a expansão do capital no campo. *Okara: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 6, n. 1, 2012.

VERENICZ, Marina. Bolsonaro celebra que governo não demarcou nenhuma terra indígena. *Carta capital*, São Paulo, política, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-celebra-que-governo-nao-demarcou-nenhuma-terra-indigena/>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

